

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MAYALA TEREZA FERNANDES

MULHERES E TERRA - DIREITOS, LUTAS E CONSEQUÊNCIAS DA DESIGUALDADE DE  
GÊNERO NO CAMPO

CURITIBA

2024

MAYALA TEREZA FERNANDES

MULHERES E TERRA - DIREITOS, LUTAS E CONSEQUÊNCIAS DA DESIGUALDADE DE  
GÊNERO NO CAMPO

Trabalho apresentado como requisito para aprovação  
na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II, do  
curso de Jornalismo, do Setor de Artes, Comunicação e  
Design da Universidade Federal do Paraná

**Orientadora:** Professora Doutora Myrian Regina Del  
Vecchio de Lima

CURITIBA

2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
 DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL  
 Rua Bom Jesus, 650, -- Bairro Juvevê, Curitiba/PR, CEP 80035-010  
 Telefone: 3360-5000 - <http://www.ufpr.br/>

## ATA DE REUNIÃO

### ATA DA BANCA DE APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE JORNALISMO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

No dia 13/12/2024, às 10 horas, os membros da banca de avaliação reuniram-se no Departamento de Comunicação Social da UFPR, com a finalidade de avaliar a aluna **MAYALA TEREZA FERNANDES** que apresentou o trabalho de conclusão de curso em jornalismo intitulado: **MULHERES E TERRA: Direitos, Lutas e Consequências da Desigualdade de Gênero no Campo**. Após informar as normas do exame de avaliação, a orientadora passou a palavra para que a aluna realizasse a apresentação. Finalizada a exposição, a aluna foi arguida pelos membros da banca que atribuíram as seguintes notas:

Professora	Nota	Assinatura
EDNÚBIA GHISI	100	<i>Ednubia Ghisi</i>
LUCIANA PANKE	100	<i>Luciana Panke</i>
MYRIAN REGINA DEL VECCHIO DE LIMA	100	<i>Myrian Regina Del Vecchio de Lima</i>

Sendo assim, a média aritmética atribuída à aluna na defesa de seu Trabalho de Conclusão de Curso, foi \_\_\_\_\_, nota que será lançada no SIGA pela Professora Orientadora somente após realizadas as considerações sugeridas pela banca. A aluna foi considerada aprovada na disciplina e deverá entregar o trabalho com alterações sugeridas pela banca em até 10 dias.



*Myrian Regina Del Vecchio de Lima*  
 MYRIAN REGINA DEL VECCHIO DE LIMA  
 Professora Orientadora

## AGRADECIMENTOS

A jornada que culmina neste livro-reportagem é, antes de tudo, um testemunho da força coletiva que me sustentou ao longo deste processo. Agradeço profundamente aos meus pais, Elza e Paulo, que foram as minhas principais fontes de inspiração e suporte. Minha mãe, Elza, não apenas inspirou minha conexão com as mulheres do campo, mas também despertou em mim um olhar sensível para suas histórias de vida. Meu pai, Paulo, esteve ao meu lado, oferecendo apoio em cada etapa das entrevistas de campo, garantindo que eu pudesse percorrer os caminhos que este trabalho exigiu.

Ao meu companheiro, Matheus, minha gratidão eterna. Ele esteve presente em cada detalhe deste projeto, lendo e relendo cada parágrafo, me incentivando nas noites de escrita e acompanhando, com paciência e cuidado, as viagens necessárias para a realização do livro-reportagem. Sua presença foi um alicerce em momentos de cansaço e dúvida.

Aos meus irmãos, Milton, Márcia, João Paulo e Mariane, devo muito do amor pelas palavras e pela leitura que floresceu em mim e me trouxe até a finalização deste trabalho. Cada um, à sua maneira, contribuiu para que a semente deste livro germinasse e se fortalecesse.

Minha orientadora, professora Myrian, merece um agradecimento especial. Ela compreendeu que o caminho para a conclusão deste trabalho seria repleto de curvas, mas jamais deixou de me guiar com paciência, sabedoria e dedicação. Sua orientação foi essencial para que este livro se tornasse uma obra madura e coerente, sempre instigando em mim a busca por uma escrita mais apurada e sensível.

Por fim, dedico este agradecimento às mulheres do campo que compartilharam suas histórias comigo. Elas não são apenas as protagonistas deste trabalho, mas também as guardiãs de uma sabedoria ancestral que transcende palavras. Este trabalho é, acima de tudo, uma homenagem a elas, que diariamente escrevem suas histórias na terra, no campo e na vida. Que suas vozes continuem ecoando por muito tempo.

## RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II) em Jornalismo apresenta o livro-reportagem intitulado Mulheres e Terra - Histórias de vida e resistência no campo, que aborda os direitos, as lutas e as consequências da desigualdade de gênero no cotidiano de vida e trabalho das mulheres do campo no estado do Paraná. A obra reúne histórias que evidenciam como as desigualdades de gênero se perpetuam no meio rural, afetando a autonomia financeira, a qualidade de vida e o exercício da cidadania dessas mulheres. Ao longo do processo, foram realizadas etapas de mapeamento, busca ativa de fontes, entrevistas, viagens e observações de campo, culminando na escrita do livro-reportagem. A abordagem se fundamentou nos relatos orais das mulheres do campo, estabelecendo um panorama das características dessas desigualdades e das formas como essas personagens resistem e lutam por seus direitos. Este trabalho busca contribuir para o entendimento das dinâmicas de gênero no meio rural e fortalecer o debate sobre justiça social e igualdade para mulheres em contextos historicamente marginalizados.

Palavras-chave: Livro-reportagem; Mulheres do Campo; Jornalismo em Profundidade; Reforma Agrária; Desigualdades e Direitos.

**LISTA DE SIGLAS**

<b>Amcev</b>	Associação das Mulheres Camponesas do Assentamento Eli Vive
<b>ANMTR</b>	Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
<b>Assessorar</b>	Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
<b>CEB</b>	Comunidades Eclesiais de Base
<b>CNDM</b>	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
<b>CPT</b>	Comissão Pastoral da Terra
<b>Capes</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>Contag</b>	Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais
<b>CUT</b>	Central Única dos Trabalhadores
<b>DAP</b>	Declaração de Aptidão
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
<b>IN</b>	Instrução Normativa
<b>MDA</b>	Ministério do Desenvolvimento Agrário
<b>MMA</b>	Movimento de Mulheres Agricultoras
<b>MMC</b>	Movimento de Mulheres Camponesas
<b>MMTR</b>	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
<b>MMTR-NE</b>	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste
<b>MMTR-RS</b>	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul
<b>MPMP</b>	Movimento Popular de Mulheres do Paraná
<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
<b>OIT</b>	Organização Internacional do Trabalho
<b>OMTR</b>	Organização de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Paraná
<b>ONU</b>	Organização Mundial das Nações Unidas
<b>PAA</b>	Programa de Aquisição de Alimentos
<b>PNRA-NR</b>	Plano Nacional de Reforma Agrária na Nova República
<b>Pronaf</b>	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores
<b>Sipra</b>	Sistema de Processamento de Informações da Reforma Agrária
<b>SPM</b>	Secretaria de Políticas para as Mulheres

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>6</b>
<b>1 POLÍTICA DE ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA E O ACESSO DAS MULHERES DO CAMPO À TERRA</b>	<b>17</b>
<b>2 GÊNERO E MULHERES DO CAMPO E SUAS LUTAS</b>	<b>28</b>
2.1 AS MULHERES E A LUTA PELA TERRA E PELO TERRITÓRIO	30
2.1.1 A organização das mulheres no MST	38
2.2 MULHERES DO CAMPO ORGANIZADAS NO PARANÁ	40
<b>3 A GRANDE REPORTAGEM EM FORMATO LIVRO</b>	<b>48</b>
3.1 O ELO ENTRE O LIVRO E O JORNALISMO	50
3.2 JORNALISMO LITERÁRIO	55
3.3 JORNALISMO DE GÊNERO	60
<b>4 METODOLOGIA E PLANEJAMENTO DE UM PRODUTO JORNALÍSTICO</b>	<b>64</b>
4.1 JORNALISMO COMO MÉTODO	66
4.1.1 Entrevista e História Oral	67
4.2 ETNOGRAFIA E AUTOETNOGRAFIA	70
4.3 PROJETO DO LIVRO E EXPERIÊNCIA DE PRODUÇÃO	71
4.3.1 Materiais que inspiram	77
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>79</b>

## INTRODUÇÃO

O acesso das mulheres à terra é menor que o dos homens no mundo todo. Na América Latina, não há exceções. Segundo relatório da Oxfam Brasil, divulgado em novembro de 2016, as mulheres têm a posse de 12,7% da totalidade de estabelecimentos rurais do país, sendo que esses representam apenas 5,5% da área rural total brasileira. Sem o direito de uso e controle do território, as mulheres do campo se tornam dependentes dos detentores da terra, tendo sua autonomia financeira, qualidade de vida e exercício de cidadania comprometidos. Apesar disso, as mulheres foram/são protagonistas na conquista de direitos no campo, ao se postar na esfera pública em defesa do reconhecimento de seus trabalhos na agricultura e na luta por direitos trabalhistas. Também lutam por políticas públicas para produção alternativa e pela saúde nas áreas rurais.

Com base nesse tema e suas problematizações, esse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Jornalismo, em sua primeira etapa (TCC1), propõe como produto um livro-reportagem, intitulado como “Mulheres e Terra - Histórias de vida e resistência no campo”, para investigar a relação ancestral das mulheres com a terra e a desigualdade que encontram no seu cotidiano de vida e trabalho. E foi a oportunidade de aliar os estudos sobre disparidade de gênero no campo com a área da Comunicação e, mais especificamente do Jornalismo, que despertou o interesse em trazer mais luz sobre o cotidiano das mulheres do campo, suas lutas, direitos e as consequências da desigualdade no meio rural.

Aponta-se ainda que a escolha dessa modalidade jornalística, considerada jornalismo de imersão ou grande reportagem (LOBATO, 2016) e que pode apresentar variações de forma e formato, se deu por consistir em uma produção do jornalismo que permite liberdade para escolher angulações diferenciadas de temas não-factuais e a possibilidade de um exercício mais autônomo, aprofundado e contextualizado das práticas da profissão.

Assim, o produto jornalístico desenvolvido problematiza o tema, ao pretender responder à seguinte *questão central*:

*“Como as desigualdades de gênero que se perpetuam no campo influenciam na autonomia financeira, qualidade de vida e exercício da cidadania das mulheres do campo?”.*

O livro-reportagem foi produzido a partir de encontros e entrevistas com mulheres de diferentes perfis que vivem em áreas rurais – agricultoras, mulheres do lar, lideranças de movimentos rurais, entre outras – e através da *premissa* que impulsiona esse trabalho: a de que a desigualdade de gênero em terras rurais provoca consequências e efeitos negativos no cotidiano da maioria dessas mulheres.

A partir disso, o produto aqui discutido tem como *objetivo geral* :

*Estabelecer entendimentos sobre as características das desigualdades de gênero no campo e da luta das mulheres do campo pelos seus direitos como base para o livro-reportagem, que resultará no produto final da disciplina de TCC2 em Jornalismo.*

Nesse contexto, também foi abordada a política da Reforma Agrária, considerada por Deere (2002), como a única ação civil pública realmente capaz de diminuir a disparidade de gênero no campo. Assim, os movimentos sociais rurais são aqui considerados um dos fios condutores para as histórias a serem narradas, uma vez que as mulheres desempenharam significativo protagonismo na luta pela terra ao longo dos anos.

Os *objetivos específicos* se concentram em:

1) *Investigar* qual a disparidade entre homens e mulheres no quesito acesso à terra e suas consequências e, com base nisso, compreender a importância do direito e posse da terra para as mulheres do campo.

2) *Entender* qual o impacto da Reforma Agrária brasileira no direito das mulheres à terra e, com base nisso, estudar o protagonismo das mulheres na conquista de direitos no campo e o histórico de movimentos de mulheres rurais.

3) *Pesquisar*, para finalidades de produção jornalística, na região Sudoeste e Norte do Paraná, como a disparidade de gênero é reproduzida e afeta o cotidiano de mulheres do campo, em variados aspectos.

Neste trabalho, optou-se pelo uso da expressão “mulher do campo”, conceituado nas obras das escritoras Paulilo (2016) e Carneiro (1994), considerando que esta seja mais apropriada para o tratamento de mulheres que vivem e trabalham em áreas rurais. Contudo, conceituar o que são essas mulheres não é o objetivo desse projeto, pois segundo Paulilo:

[...] pode-se afirmar, com segurança, que a “mulher” em abstrato não existe nem mesmo para fins de estudo. Toda mulher está inserida em uma realidade socioeconômica e cultural que, por ser heterogênea e conflitante, não permite que o problema “mulher” seja um problema único dependendo de uma solução que possa ser benéfica para toda a população feminina. Em um mundo de interesses antagônicos, sempre haverá ganhadores e perdedores, e isso é verdadeiro para homens e mulheres. Assim, o problema das mulheres não é um problema só delas, mas sim das mulheres, dos homens e de toda a sociedade (PAULILO, 2016, p. 53).

A mulher do campo é, muitas vezes, a base de sua família, responsável pela educação dos filhos, pelos serviços domésticos e pelo trabalho na lavoura. Esta mulher está inserida em uma sociedade ainda mais patriarcal do que nas cidades – no cenário rural, as mulheres se defrontam com conflitos e barreiras culturais ainda mais enraizadas quando o assunto é a busca pela igualdade de direitos.

Dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), no Censo Agropecuário de 2017, mostram que são os homens que controlam a maioria das propriedades rurais. Enquanto as mulheres são responsáveis por 946.075 estabelecimentos (19% do total), o que corresponde a apenas 8,5% da área ocupada por estabelecimentos rurais no país, sendo que os homens ocupam 4.110.450 estabelecimentos (81% do total).

Já o relatório de Estatísticas de Gênero, divulgado em 2010 pelo IBGE – o último disponível até o momento –, comprova a importância econômica das mulheres no

campo. Segundo os dados, elas contribuíram naquela década com 42,4% do orçamento do lar, enquanto as mulheres que viviam na cidade ajudavam com 40,7%. Elas ainda integravam 40% da força de trabalho no campo, contabilizando apenas as que tinham vínculo empregatício, ou seja, remunerado, excluindo os trabalhos tradicionalmente destinados à mulher em uma sociedade rural patriarcal, como o serviço da horta, cultivos medicinais, criação de pequenos animais e o cuidado com a alimentação e saúde dos membros da família. Logo percebe-se a importância das mulheres rurais para o funcionamento da propriedade agrícola. Entretanto, sem acesso aos mesmos direitos e benefícios que os homens, como o crédito rural e formação especializada, uma vez que não possuem a titulação das terras, acumulam responsabilidades domésticas e comunitárias não valorizadas, o que acarreta uma série de desigualdades que geram efeitos diretos no cotidiano dessas mulheres.

No Paraná, ainda segundo o Censo Agropecuário de 2017, a presença feminina em estabelecimentos rurais representava então apenas 13%, totalizando cerca de 40 mil mulheres. Nas diferentes regiões do estado, a mulher do campo desempenha um papel importante no contexto histórico de lutas e conquista de direitos. Na região Sudoeste do Paraná, as mulheres estiveram presentes na Revolta dos Posseiros ou Revolta dos Colonos, um levante realizado por colonos e posseiros armados, em outubro de 1957, como forma de repúdio aos sérios problemas de colonização da região. Segundo Francischett (2022), as mulheres também colaboraram na revolta, portanto, não ficaram restritas aos cuidados dos filhos e da casa. Contudo, a mulher não aparece enquanto sujeito da história nos registros sobre a Revolta dos Posseiros – foram necessárias pesquisas e o resgate de relatos por meio de descendentes para que a existência dessas pioneiras fosse revelada. Kramer e Zanella (1997) escreveram o primeiro estudo especificamente sobre mulheres na Revolta dos Posseiros e já evidenciaram o contexto machista e patriarcal enfrentado na época, limitando a mulher do campo a uma posição de inferioridade e passividade. Segundo eles, “a cultura machista da sociedade e dos maridos impedia que as mulheres pudessem expressar seus sentimentos e interesses. Nada era permitido a elas, além do trabalho doméstico e da lavoura” (KRAMER; ZANELLA, 1997, p. 125).

Na região Norte do Paraná não foi diferente – as agricultoras estavam presentes na efervescência política e na organização de conflitos fundiários como a Guerrilha de Porecatu, que ocorreu na década de 1940 e início da década de 1950. Em Porecatu, houve conflitos armados pela posse da terra envolvendo os posseiros em confronto com grileiros, jagunços e a política. Nesta revolta, as mulheres tiveram uma participação fundamental, inclusive na luta armada, tanto que foi criada a Associação Feminina de Londrina, principal cidade do Norte do estado, que contava com a participação de 150 mulheres (SILVA et al, 2016, p. 6).

Além do protagonismo das mulheres do campo em conflitos históricos, atualmente elas também se fazem presentes nestes territórios. No Sudoeste, a Assesoar (Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural) é uma das organizações que reúne mulheres do campo para reivindicar pautas para políticas públicas estaduais, promoção à agroecologia e inserção de mulheres jovens nos sistemas produtivos do Estado do Paraná, por exemplo. Essa organização se dá por meio do Coletivo Regional de Mulheres do Sudoeste do Paraná, mas também por outros coletivos e associações rurais que atuam no estado, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Na região Norte, a Associação das Mulheres Camponesas do Assentamento Eli Vive (Amcev), atuante no município de Londrina, é uma das iniciativas de organização de mulheres do campo que chama a atenção. O coletivo é composto por militantes do MST e, inclusive, já recebeu menção honrosa no dia 28 de abril de 2022, no Prêmio “Espanha Reconhece – Mulheres Rurais”, da Embaixada da Espanha. A participação feminina em movimentos sociais e coletivos vinculada à reivindicação de políticas públicas e reconhecimento como trabalhadora do campo será abordada novamente adiante.

Apesar da presença destas mulheres em momentos de luta para garantir o acesso e a permanência da agricultura familiar, o estado do Paraná reproduz, territorialmente, as bases culturais e políticas que o caracterizam como uma sociedade patriarcal, com predominância da religião católica e da instituição familiar, a pequena propriedade e a produção agrícola de alimentos. Essas condições e perspectivas podem ser intensificadas em determinadas regiões e contribuir para a reprodução da disparidade de gênero entre as mulheres e homens rurais do estado.

Diante dessa problemática, e ao levar em consideração a relevância da mulher no meio agrícola, seu contexto histórico no estado do Paraná, sua luta por reconhecimento como trabalhadora rural e sua representatividade na comunidade onde vive, a produção desse livro-reportagem se justifica, do ponto de vista acadêmico e social, ao buscar entender como as desigualdades sociais no campo influenciam na autonomia financeira, qualidade de vida e exercício da cidadania das mulheres rurais. Os dados e relatos aqui levantados – neste documento teórico-metodológico e no livro-reportagem – poderão ser utilizados por trabalhos futuros num diálogo permanente dentro da academia e fora dela, nos espaços de debate e formação dos movimentos sociais, inclusive.

*Sob o ponto de vista pessoal, venho de uma família composta, predominantemente, por pequenos agricultores da região Norte do Paraná, no município de Ribeirão do Pinhal, com aproximadamente 12 mil habitantes (IBGE, 2020). Neste cenário algumas nuances da agricultura paranaense fizeram parte da minha infância e adolescência. Minha mãe trabalhou na lavoura da família e como “boia-fria”, como é popularmente conhecido o trabalhador temporário assalariado da zona rural, grande parte de sua vida. Minhas tias trabalham na lavoura e realizam trabalhos domésticos não remunerados até os dias de hoje. Ao observar as vivências das mulheres da minha família, suas relações com o trabalho e, principalmente, a sua invisibilidade, comecei a me questionar sobre como as desigualdades de gênero no campo impactaram e continuam impactando a vida dessas mulheres, que sempre foram tão próximas a mim.*

Colocadas essas observações gerais sobre a temática e sua problematização e justificativas, apontam-se os principais *aspectos teóricos e metodológicos* que embasam esse trabalho.

No *primeiro capítulo* apresenta-se o histórico das políticas de reforma agrária e de titulação conjunta de terras, sob a perspectiva de gênero traçada na obra da autora Carmen Diana Deere (2000). O capítulo propõe traçar o surgimento de tais políticas desde o governo federal de João Goulart, no início dos anos 1960, passando pelos anos de regime militar, quando foi criado o Estatuto da Terra (novembro de 1964), a

elaboração do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (1985) já no período de redemocratização e a Constituição Federal (1988) – denominada Constituição Cidadã –, que pela primeira vez registrou que as mulheres também podem ser titulares dos lotes de reforma agrária, independentemente de seu estado civil. Também serão apresentadas as instruções normativas e políticas elaboradas para promover a materialidade em termos de igualdade entre os gêneros, em especial no que diz respeito ao acesso à posse de terra – é o caso da Instrução Normativa (IN) nº 981, que instituiu que a titulação das terras da reforma agrária fosse obrigatoriamente feita em nome do homem e da mulher residentes no lote, caso eles estejam em união estável ou matrimônio.

Tais políticas públicas coincidem historicamente com reivindicações e o surgimento de movimentos sociais de mulheres do campo, que passaram a se colocar fortemente na esfera política. Autoras como Fernanda Folster de Paula e Mariana Miggiolaro Chaguri (2018) escrevem sobre esses movimentos e destacam que o questionamento do papel da mulher na sociedade e a conquista de direitos relacionados a essa luta criaram um acúmulo para as demandas pela igualdade de direitos das mulheres do campo (PAULA; CHAGURI, 2018).

Na finalização deste primeiro capítulo emerge a importância da titulação da terra na qualidade de vida destas mulheres. A não titulação não tem efeitos apenas formais, mas ocasiona também consequências econômicas e afeta diretamente o acesso pleno à cidadania. Ao levar isso em consideração, o direito à terra possibilita que as mulheres do campo tenham acesso ao crédito, aos programas de geração de renda e formação profissional, à assistência médica, previdência social, programas de apoio à comercialização da produção agrícola familiar e a participação nas políticas públicas de preservação ambiental (CINTRÃO; HEREDIA, 2016, p.10).

O *segundo capítulo* busca relacionar o conceito de gênero e a crítica à sociedade capitalista e patriarcal a partir da perspectiva classista de Saffioti (2013), autora de referência para o pensamento e a pesquisa feminista no Brasil. Ante esta exposição inicial, torna-se imprescindível a compreensão da história de luta e resistência das mulheres do campo brasileiras pela visibilidade e valorização de seu trabalho. Por isso, o capítulo também se propõe a apresentar um breve histórico dos

movimentos sociais de mulheres trabalhadoras rurais e suas lutas e reivindicações por políticas públicas. Além de usar como exemplo ilustrativo a organização das mulheres no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um dos movimentos mais importantes na luta pela reforma agrária e o direito à terra. Neste caminho, por fim, traça-se um panorama sobre as mulheres do campo organizadas no Paraná, como seu deu sua organização histórica, a partir de registros de Kageyama (2004), Gadelha et al. (2007) e Knapik (2005) e os principais expoentes de luta na atualidade. Como cita Gadelha et al. (2007) “compreender as lutas que foram travadas e todo o processo de construção dessas lutas nos revela que nenhum direito, transformação social, ocorre se não nos mobilizarmos e organizarmos socialmente” (GADELHA et al., 2007, p. 181). Por isso, é importante resgatar e conservar vivas as histórias de lutas dessas mulheres, para que as futuras gerações compreendam que as conquistas foram adquiridas à custa de muito esforço, organização e resistência (GADELHA et al., 2007).

O *terceiro capítulo*, com base na proposta de organização de um livro-reportagem como produto desse projeto, traz a concepção da grande reportagem, ou reportagem em profundidade, a partir da conceituação de José Mendes Lobato (2016), por permitir que a informação fosse aprofundada, com a possibilidade de um retorno às origens do fazer jornalístico e a adoção de uma narrativa com um ar de antropologia (LOBATO, 2016). A grande reportagem se insere na proposta de livro-reportagem, uma vez que permite a descrição dos fatos por meio das histórias de personagens, pessoas comuns e a escolha de fontes distintas das institucionais.

Em um segundo momento, o capítulo propõe a análise do elo que une o livro e o jornalismo, chegando, enfim, à conceituação de livro-reportagem, suporte e modalidade jornalística que é aqui observado sob a ótica de autores como Edvaldo Pereira Lima, pioneiro, do ponto de vista teórico, sobre o livro-reportagem no Brasil, por meio de tese de doutorado defendida em 1985<sup>1</sup>. Lima (2009) define este formato como “o veículo de comunicação não impresso, não periódico, que apresenta reportagem em grau de amplitude superior ao tratamento costumeiro nos meios de comunicação jornalísticos periódicos” (LIMA, 2009, p. 26). Outro autor importante para a conceituação do gênero é Alexandre Zarate Maciel (2018), que enfatiza que apenas no livro-reportagem o

---

<sup>1</sup> LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas**: livro-reportagem como extensão do jornalismo. 4. ed. São Paulo: Manole, 2009.

jornalismo é praticado em condições de plenitude, com paciência e complexidade, mas consciente de sua falibilidade (MACIEL, 2018, p. 44).

Contudo, tamanhas condições e flexibilidade podem gerar um efeito “opressor” no jornalista escritor. As autoras Paula Melani Rocha e Cíntia Xavier (2013) também contribuem para a conceituação de livro-reportagem. Segundo elas, no livro-reportagem os limites da produção jornalística são diluídos e, no que diz respeito ao gênero jornalístico, há a possibilidade de um se sobressair no conteúdo de uma obra. Neste sentido, se destaca nesse trabalho a influência do jornalismo literário, aqui utilizado em confluência com os demais gêneros jornalísticos, permitindo a construção de um livro-reportagem híbrido. Para a recapitulação histórica, conceituação, definição de características e recursos do discurso do jornalismo literário, este documento teórico-metodológico recorreu a Monica Martinez (2017). Segundo a autora, o jornalismo literário permite ao jornalista escritor apresentar seu modo de ver e relatar ao mundo e ao leitor a possibilidade de escolha entre diferentes pontos de vista, complementares ou opostas ao seu modo de pensar (MARTINEZ, 2017, p. 8).

Finalmente, o *quarto capítulo* apresenta os aspectos da metodologia jornalística aqui considerada, assinalando-se que, conforme Gandour (2020, p. 10), o jornalismo é uma prática que exige método. Para o autor, “o jornalismo se tece na conjugação de três ‘pilares’, que são a *atitude*, o *método* e a *narrativa*.” (*italics* do original), “pilares” que são as balizas desse trabalho em sua proposta de grande reportagem. Um dos processos metodológicos em si será a etnografia aplicada ao jornalismo, de acordo com autores como Izabel Travancas (2006) e Lucas Tavares (2006).

Neste capítulo também será apresentado o planejamento do produto jornalístico, produções outras que o inspiraram e a experiência de sua elaboração.

## **1 A POLÍTICA DE ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA E O ACESSO DAS MULHERES DO CAMPO À TERRA**

A desigualdade de gênero no meio rural brasileiro se apresenta ao lado de um conjunto de outras questões sociais, que se estabelecem historicamente quando se compara a população rural e a urbana, por exemplo. Assim, para identificar as desigualdades presentes na vida das mulheres do campo é preciso levar em conta as condições de vida e de acesso a políticas públicas nas zonas rurais. As populações do campo tiveram acesso às políticas públicas e direitos trabalhistas muito tardiamente se comparadas às populações urbanas. Enquanto a legislação trabalhista urbana data dos anos 1940, apenas no final dos anos 1960, cerca de trinta anos depois, é promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural. Os trabalhadores rurais também tiveram acesso tardio a políticas como cobertura previdenciária, educação e infraestrutura (BRUMER, 2000). Neste cenário histórico de desigualdades entre a população rural e urbana no Brasil, a mulher do campo foi ainda mais afetada e luta até os dias de hoje por políticas públicas e reconhecimento como trabalhadora rural.

A propriedade da terra é um direito fundamental para os trabalhadores rurais, por isso deve ser bem planejada e organizada a sua distribuição, a fim de garantir vida digna àquelas e àqueles que dela utilizam como fonte de sustento. Para promover a distribuição de terras para a devida utilização e exploração da propriedade agrária, visando atender aos princípios da justiça social, surge o instituto da reforma agrária (ZANNETTI, 2017). A Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, no Art. 1º, § 1º, cuidou de conceituar a reforma agrária nos seguintes termos:

*Art. 1, § 1º – Considera-se reforma agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.*

O autor Raphael Augusto de Mendonça Lima conceitua a reforma agrária, acrescentando a ela o aspecto da eficiência: “A reforma agrária é a modificação da estrutura agrária deficiente de um país, ou de uma região, para torná-la eficiente, de

acordo com uma política do Poder Público, a ser executada segundo as instituições jurídicas que foram especialmente elaboradas a sua execução, modificando, assim as até então existentes (LIMA, 1997, p. 231).

A luta pela reforma agrária no Brasil teve início no começo da década de 1960. Carmen Diana Deere (2004) indica que, neste período, os movimentos operário e camponês foram ganhando força, sendo o camponês organizado, principalmente, contra as injustiças do sistema de posse de terra tradicional, a fazenda ou a grande propriedade (DEERE, 2004).

Durante o mandato do presidente João Goulart (8 de setembro de 1961-1 de abril de 1964), fase da pré-ditadura militar, foi aprovada a primeira legislação trabalhista que estendia aos trabalhadores rurais os direitos e privilégios já definidos para os trabalhadores urbanos, inclusive o direito de se organizar em sindicatos. Ainda no governo João Goulart, foi criado um instituto de reforma agrária e uma legislação que definia quais terras poderiam ser expropriadas para a medida. Segundo Deere (2004) tais medidas contaram com um alto grau de mobilização e foram suficientes para provocar um golpe em 1964, introduzindo o país a 21 anos de regime militar.

Como consequência da mobilização popular em torno da reforma agrária naquele momento, o governo militar do general Castelo Branco foi forçado a adotar uma lei de reforma agrária branda em 1964, quando se estabelece o Estatuto da Terra. Esta lei permitia que grandes latifúndios fossem expropriados desde que houvesse uma compensação e quando isso fosse considerado de interesse social. Apesar da criação do Estatuto da Terra, a redistribuição durante o regime militar não estava dentre as prioridades do governo, a serviço da tradicional classe de proprietários e que tinha como seu primeiro interesse na área a modernização da agricultura (DEERE, 2004).

Em termos de problemas e conflitos rurais, os militares nas mais de duas décadas da ditadura focaram seus esforços na colonização espontânea e planejada da fronteira amazônica e “para os milhões de expropriados pela política de modernização, a principal opção era a migração para as áreas urbanas e para as grandes cidades brasileiras, as quais se expandiam em tamanho” (DEERE, 2004, p. 178), gerando

fenômenos como os “boias-frias”<sup>2</sup> e a migração de trabalhadores rurais e suas famílias para as franjas metropolitanas, o que por sua vez resulta em uma periferização urbana marcada pela pobreza e falta de infra-estrutura. Segundo o Censo Agropecuário de 1985, do IBGE, durante todo o regime militar (1964 a 1984), somente 185 propriedades foram expropriadas no âmbito da redistribuição social de terras.

Em uma análise da reforma agrária brasileira sob a perspectiva de gênero, Deere (2004) ressalta a baixa parcela de mulheres beneficiárias desta política, em comparação com outros países latino-americanos. A autora demonstra surpresa ao constatar que o Brasil estava, em 1988, entre os primeiros a estipular, explicitamente, que as mulheres poderiam ser potenciais beneficiárias da posse da terra e, junto com a Colômbia, introduzir a possibilidade de distribuição e titulação conjunta para casais de terra distribuídas pelas políticas de reforma agrária. Mas, segundo Deere (2004), ainda na metade da década de 1990, as mulheres constituíam somente 12,6% das beneficiárias no Brasil, enquanto nas distribuições de terra na Colômbia esse percentual chegava a 45%.

Ao terminar o longo regime militar, a década de 1980 foi um período no qual se redefiniu a atuação do Estado no país, num processo no qual atores anteriormente excluídos do diálogo institucional se apresentaram e trouxeram para a cena suas pautas (BUTTO, 2011). Neste período, a elaboração do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (1985) e de uma nova Constituição Federal (1988) são exemplos da redefinição institucional do país.

A proposta do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária na Nova República (PNRA-NR) surge no governo de José Sarney (1985-1990), ainda no processo de redemocratização nacional. Além do plano, também se criou o Ministério para a Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (Mirad), com o objetivo de desestimular a migração rural-urbana e encorajar a produção em pequena escala no campo. Segundo Deere (2004), o ministério teve como objetivo expropriar 43 milhões de hectares de terra e assentar 1,4 milhão de famílias em um período de quatro anos.

---

<sup>2</sup> Bóia fria é o trabalhador agrícola que se desloca diariamente para a propriedade rural, geralmente para executar tarefas sob empreitada. Os trabalhadores têm o costume de levar uma marmita consigo logo cedo, e na hora do almoço comê-la fria mesmo, daí surge o nome em destaque.

Antes de ser estabelecido como lei em outubro de 1985, o PNRA-NR teve dificuldades para ser aprovado e chegou a ser redigido doze vezes. Na última versão, mais propriedades eram inelegíveis para a expropriação do que sob a legislação original (DEERE, 2004). Assim, pouco progresso foi feito em relação à reforma agrária. Ao todo, entre 1964 e 1994, somente 850 assentamentos de reforma agrária foram criados, beneficiando 143.514 famílias (CARDOSO, 1997, p. 23). A quantidade total de terra incorporada nesses assentamentos (8,1 milhões de hectares) representava apenas cerca de 2% do total de terras relatado no Censo Agrícola de 1985 (DEERE, 2004).

A alta mobilização popular diante das políticas de reforma agrária na década de 1980 foi motivada, em grande parte, como resultado das ações do Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O movimento nasceu no Sul do Brasil ainda na década de 1970, após uma série de ocupações que se expandiram nacionalmente com a transição do regime militar para a democracia. O MST tem grande importância e destaque ao pensar e analisar políticas públicas para os trabalhadores rurais. As origens do movimento vêm das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que se proliferaram nas áreas rurais e periféricas, no início da década de 1960, sob a égide da Teologia da Libertação<sup>3</sup>. As ocupações de terras também foram construídas ao lado de outras organizações religiosas, principalmente no que diz respeito ao processo de conscientização do indivíduo. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) é um exemplo de organização que desempenhou importante papel em reunir trabalhadores sem-terra de diferentes estados, o que resultou em um encontro nacional em 1984 que definiu a criação do MST, que hoje está por todo o país e representa a principal força na luta pela reforma agrária (DEERE, 2004).

No contexto de luta pela reforma agrária e conquista de direitos trabalhistas, a organização e as mobilizações das mulheres trabalhadoras rurais desempenharam um papel importante na reivindicação pelas respostas às questões colocadas. Por exemplo, é em 1983 que surge o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), que buscava melhor representatividade para as mulheres dentro dos sindicatos rurais. Na mesma

---

<sup>3</sup> Teologia da Libertação é um movimento sócio-eclesial que surgiu dentro da Igreja Católica na década de 1960 e que, por meio de uma análise crítica da realidade social, buscou auxiliar a população pobre e oprimida na luta por direitos (BOFF, 1985).

época surgem também os Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), bem como a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), que buscava a articulação nacional dos diferentes movimentos relacionados à condição da mulher com relação aos direitos à terra (BUTTO, 2003).

Como consequência, a partir de 1985 começam a surgir programas e projetos que buscavam incorporar componentes de gênero em suas ações (HEREDIA; CINTRÃO, 2006). Teixeira (1984) observa que antes de 1985, com algumas exceções, os programas governamentais voltados para as mulheres eram conduzidos em separado dos projetos de desenvolvimento e, em sua maioria eram iniciativas voltadas para a saúde, mais especificamente ao atendimento materno-infantil. Heredia e Cintrão (2006) ressaltam que não por acaso há coincidências entre as mobilizações das mulheres do campo e a criação dos novos projetos.

Um primeiro grande exemplo de pioneirismo nesta área foi a criação do “Programa de Apoio à Mulher Rural”, em 1985, no âmbito do Ministério da Agricultura, que contou com incentivo do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. O programa tinha como objetivo principal “estudar e desenvolver planos de ação que proporcionem à mulher trabalhadora rural melhores condições de trabalho, possibilitando sua maior participação no processo de Reforma Agrária” (TEIXEIRA, 1994 e BARSTED, 2022). Em seguida, no ano de 1988, começa a ser desenvolvido o “Projeto de Apoio à Organização da Mulher Rural”, que realizava o treinamento dos extensionistas na adoção de considerações de gênero em âmbito local. No entanto, essas ações tiveram seu andamento interrompido no governo Collor (primeiro presidente eleito de forma direta após a ditadura militar, em 1989), com o desmonte dos órgãos a que estavam vinculados os projetos em questão (TEIXEIRA, 1994).

Ainda no ano de 1988, é importante destacar o processo de elaboração pelo Congresso Nacional da Constituição Federal, responsável por colocar nacionalmente uma negociação de políticas públicas que levava em conta a questão das mulheres do campo (HEREDIA; CINTRÃO, 2006). Na constituinte foi registrado pela primeira vez que as mulheres também podem ser titulares dos lotes de reforma agrária, independente do seu estado civil.

Também é importante evidenciar os acordos internacionais dos quais o Brasil era signatário na época, e que tinham o propósito de diminuir as desigualdades entre homens e mulheres, sendo alguns casos específicos para o meio rural. Um exemplo é o Comitê para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, convenção estabelecida pela Organização Mundial das Nações Unidas (ONU), da qual o Brasil se tornou signatário em 1981. Este tratado estabeleceu que “os Estados-parte tomarão medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher nas zonas rurais a fim de assegurar, em condições de igualdade de mulheres e homens, que elas participem do desenvolvimento rural e dele se beneficiem [...]” (CEDAW, art. 14, 1979). Em 1992, na Conferência Mundial de Nairóbi, a ONU, de forma consensual, define que a titulação da terra em nome das mulheres é importante para não apenas garantir a segurança alimentar e a integridade da família, mas também por ter impactos em seu empoderamento e sua barganha no campo público e privado (DEERE, 2000).

Após 1995, como consequência da pressão dos movimentos sociais de luta pela terra, os assentamentos começaram a se expandir (HEREDIA; CINTRÃO, 2006). De acordo com dados disponibilizados pelo portal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), entre 1985 e 1995 foram assentadas cerca de 350 famílias no Brasil, já no ano de 2002 houve um crescimento exponencial, registrando mais de 500 famílias assentadas. Embora na época esse percentual estivesse longe de modificar o quadro de elevada concentração de terras existente no país, os esforços da reforma agrária trouxeram mudanças significativas e a melhora das condições para as regiões onde os assentamentos foram inseridos, garantindo acesso à terra, políticas públicas, educação e crédito (HEREDIA; CINTRÃO, 2006).

Autoras como Heredia e Cintrão (2006) destacam que “é possível dizer que, ao melhorar as condições de vida das famílias assentadas, os assentamentos vêm contribuindo também para a melhoria geral das condições de vida das mulheres que compõem estas famílias” (HEREDIA, CINTRÃO, 2006, p. 15). Alguns exemplos de melhoria são a diversificação da alimentação e produção, moradia própria e fixa e qualidade de vida das mulheres, uma vez que têm a possibilidade de desenvolver atividades nos quintais e de criação de pequenos animais (LEITE et al, 2004).

Apesar da existência de tais melhorias na condição de vida das mulheres do campo, o Primeiro Censo de Reforma Agrária de 1996 mostra que somente 19.905 mulheres foram beneficiárias diretas da reforma agrária, representando 12,6% do total nacional de 157.756. É interessante destacar também a diferença deste percentual de acordo com cada região do país: as mulheres mais beneficiadas eram do Sudeste (13,8%), seguido pelo Nordeste (13,4%) e as menos beneficiadas no Sul (7,9%). Deere (2004) pressupõe que “a fração relativamente baixa de beneficiárias reflete a discriminação às mulheres [...] e o fato de que ela não foi eliminada por medidas que estabelecem a igualdade formal entre mulheres e homens” (DEERE, 2004, p. 184).

Outro dado importante para compreender o cenário de desigualdade de gênero para as mulheres do campo é o registro de que, de acordo com o Censo Agropecuário de 1996, a maioria das mulheres titulares da terra na época viviam em união estável ou eram casadas, enquanto a maioria das mulheres solteiras, viúvas ou divorciadas não eram titulares da terra onde moravam (DEERE, 2002). Deere (2004) aponta ainda que esses dados confirmam a hipótese de que as mulheres do campo detêm a titularidade das terras, em sua maioria, quando seus maridos estão legalmente impedidos de portarem a titulação. Mesmo nos casos em que há a ausência de um companheiro, a titulação do lote era registrada no nome de algum filho ou outro parente do sexo masculino (DEERE, 2002).

A discussão sobre a possibilidade das mulheres serem titulares das terras é uma bandeira essencial para a luta contra a desigualdade de gênero no campo. A titulação do lote é o que permite que os trabalhadores rurais tenham a Declaração de Aptidão (DAP) ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que dá acesso aos créditos de produção desse programa e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), política de compra institucional de alimentos da agricultura familiar, dentre outras políticas. Além disso, a titularidade também tem implicações sobre a mulher no caso de separações conjugais, uma vez que o marido tende a ficar com o lote, bem como sobre o reconhecimento da importância e do valor da mulher do campo enquanto trabalhadora.

Embora a Constituição de 1988 tenha garantido legalmente a igualdade de direitos ao título de domínio e concessão de uso da terra, independente do seu estado

civil, este acesso não aconteceu na prática. Segundo Heredia e Cintrão (2006), os dados indicavam que “o não acesso da mulher à titularidade da terra (seja por herança seja pelo processo da reforma agrária) depende da posição específica da mulher no processo produtivo e dos valores que sustentam esta posição” (HEREDIA; CINTRÃO, 2006, p. 16). As autoras destacam que outro obstáculo para o acesso à terra se refere às práticas institucionais dos funcionários dos órgãos governamentais, que nos anos 80 tendiam a discriminar as mulheres (HEREDIA; CINTRÃO, 2006). No sentido de superar estes obstáculos, o movimento de trabalhadoras rurais apresentou uma política que foi acatada em 2003: a Instrução Normativa nº 981, que estabelecia a obrigatoriedade do Incra colocar a terra em nome do casal e não apenas do homem.

A Instrução Normativa nº 981 foi criada no primeiro ano do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), do Partido dos Trabalhadores (PT). A IN representou um avanço na luta pelos direitos das mulheres do campo por estabelecer que a titulação das terras da reforma agrária deveria, obrigatoriamente, ser feita em nome do homem e da mulher residente do lote, nos casos em que eles estejam em união estável ou em matrimônio. Uma consequência da implementação desta instrução foi a elaboração da IN nº38, no ano de 2007, que serviu como complementação da anterior. Neste caso, era exigido também a titulação conjunta do homem e da mulher para acessar qualquer política elaborada a partir do Programa Nacional da Reforma Agrária, sendo que as famílias chefiadas por mulheres teriam preferência no acesso às políticas públicas. A IN nº38/07 estabeleceu ainda que em casos de separação, a posse da terra será automaticamente para a mulher, caso ela tenha a guarda dos filhos. Caso a mulher não ganhe a posse da terra, ela tem acesso garantido aos créditos de instalação, construção e produção para que estabeleça residência em outra área de reforma agrária (PAULA; CHAGURI, 2018).

As instruções normativas nº 981/23 e nº 38/07 influenciaram que o Incra alterasse os procedimentos e instrumentos para a emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural e o Cadastro das Famílias nas áreas de Regularização Fundiária e de Titulação. Também foi criada a Certidão da Mulher Beneficiária da Reforma Agrária, para facilitar o requerimento pelas mulheres dos seus direitos junto aos órgãos governamentais (BUTTO; HORA, 2009). Paula e Chaguri (2018) evidenciam que a

instituição das instruções normativas representa avanços consideráveis para os direitos das mulheres do campo, em especial depois de 2007. Se o Censo de 1996 registrou apenas 12,6% dos lotes em nome das mulheres, nos anos de 2003 a 2006 o Sistema de Processamento de Informação da Reforma Agrária (Sipra) registrou uma média de 25,6% de mulheres titulares. Entre 2008 e 2010 este número subiu para 48%.

Além da titularidade da terra, mas não tão distante desta reivindicação, um dos outros aspectos vistos como estratégicos pelos movimentos de mulheres rurais é o seu acesso ao crédito agrícola, que tem no Pronaf um dos pilares fundamentais. O Pronaf é um programa de crédito rural que contempla exclusivamente os agricultores familiares – nomeação que emerge justamente com a criação do programa na década de 1990 e é popularizada em 2006, com a criação da Lei nº 11.326 que estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Heredia e Cintrão (2006) apuram que, no ano 2000, dados levantados por instituições de mulheres do campo estimavam que seu acesso ao crédito através do Pronaf restringia-se a 7% do total de beneficiários. Informações da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério de Desenvolvimento Agrícola indicam que, em 2003, o acesso das mulheres ao crédito evoluiu para 12%. Neste caso é interessante observar que as mulheres do Sul do Brasil, berço do MST, aparecem novamente com o menor percentual, em torno de 10%. Mas, esse trabalho não investiga as causas desse menor percentual.

O movimento das trabalhadoras rurais tinha a ampliação do acesso ao crédito como uma de suas principais pautas. Nesse sentido, uma das reivindicações nas Marchas das Margaridas – manifestação nacional das mulheres do campo – refere-se à criação de um crédito especificamente voltado para as mulheres rurais. A mobilização rendeu frutos e, em 2003, foi criada uma linha de ação no Pronaf, intitulada “Pronaf Mulher”. A nova iniciativa foi considerada um avanço em termos de conquistas para as mulheres do campo, principalmente porque o acesso ao crédito era concedido somente ao homem, na maioria dos casos (HEREDIA; CINTRÃO, 2006).

Para as mulheres do campo, o acesso ao crédito possui um valor para além do econômico, representa também garantia à segurança alimentar (HEREDIA; CINTRÃO,

2006). Com tal política, as mulheres podem ter acesso a uma nova linha de crédito, dedicada a atividades agrícolas e não agrícolas, podendo envolver financiamentos para hortas, roçados e criação de animais, assim como para a produção de alimentos, como queijos, biscoitos, geleias etc.

Nos últimos anos, os avanços nas organizações rurais e de mulheres vêm se refletindo na implementação de diversas políticas que visam a população rural, e embora nem sempre dirigidas especialmente às mulheres, acabaram tendo efeitos positivos para atenuar a situação de desigualdade social e de gênero (MESQUITA, 2021). Em 2022, por exemplo, a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 810/20, segundo o qual o Incra deverá adotar medidas para estimular e facilitar a titulação de terras em nome de mulheres trabalhadoras rurais familiares, sejam elas casadas, solteiras ou em união estável. O texto foi aprovado na forma do substitutivo, que havia sido acatado no ano anterior pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, que inclui ainda, na legislação vigente, novos critérios de prioridade na distribuição dos lotes. Nesta nova medida, passarão a ter prioridade a mulher titular da família monoparental (família em que somente uma pessoa arca com todas as responsabilidades da criação dos filhos), a mulher vítima de violência doméstica e a família que tenha entre seus integrantes uma pessoa com deficiência.

Visto tudo isso, fica claro que a superação das desigualdades de gênero no campo passa pelo acesso das mulheres à terra e ao crédito. Conforme cita Mesquita, "a luta pela titulação conjunta dos lotes não diz respeito apenas ao acesso à posse da terra, mas a todas as políticas públicas que a têm por requisito fundamental" (MESQUITA, 2021). O autor discorre ainda que as lutas travadas pelas mulheres do campo representam a defesa da segurança alimentar e qualidade de vida da comunidade e da sociedade de maneira mais ampla.

A não titulação da terra na qual estas mulheres moram e trabalham não tem efeitos apenas formais, mas também impedem que elas construam estruturas comunitárias de vida que superem os modelos apresentados pelo projeto neoliberal como únicos possíveis (MESQUITA, 2021). Para que essas figuras não se mantenham dependentes materialmente dos detentores do título do lote – perpetuando a impossibilidade de

autonomia financeira (LAGARDE, 1991) – e não tenham o exercício da cidadania negado, é necessário o reconhecimento da mulher do campo enquanto trabalhadora rural, de forma a garantir sua segurança e de seus dependentes.

Mesquita (2021) realça em sua obra que “a terra é um elo entre trabalho, sobrevivência e autonomia para as mulheres trabalhadoras rurais e, portanto, viabilizar o seu acesso é uma forma de viabilizar o empoderamento social, político e econômico dessas mulheres, construindo sua emancipação enquanto sujeitos de direitos” (MESQUITA, 2021, p. 2).

No capítulo seguinte, busca-se aprofundar a relação entre as mulheres do campo na luta por seus direitos em territórios rurais onde habitam.

## 2 GÊNERO E MULHERES DO CAMPO E SUAS LUTAS

Desde que foi forçosamente incorporada ao capitalismo mercantil, a América Latina enfrenta um cenário de concentração da terra. Conseqüentemente, o Brasil tornou-se um dos países com os piores indicadores de desigualdade na propriedade da terra (MESQUITA, 2021). Nesse panorama de injustiça social, de acordo com o relatório de 2021 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), as mulheres integram mais de 40% da força de trabalho agrícola em países chamados “em desenvolvimento”. Além disso, são responsáveis por mais da metade da produção de alimentos pelo mundo, o que garante a soberania e a segurança alimentar própria e de sua família. Entretanto, muitas das mulheres que vivem e trabalham no campo encontram-se em contextos de desigualdade social, política e econômica.

Embora, como visto anteriormente, este cenário de desigualdade entre homens e mulheres seja formalmente combatido perante a lei – sendo estabelecido que ambos podem ter direitos à terra –, na prática certas regras e costumes seguem operantes, dificultando sua efetivação em uma ordem capitalista e patriarcal (DEERE; LEÓN, 2001). A desigualdade de gênero na posse e propriedade da terra acontece em um contexto no qual é respaldada por fortes tradições familiares, do Estado e, principalmente, do mercado, o que pode ocasionar “desdobramentos perversos sobre as vidas das mulheres que vivem e trabalham no campo” (MESQUITA, 2021, p. 3).

Para abordar questões teóricas relacionadas a gênero, este documento utiliza-se das obras da socióloga Heleieth Saffioti (1985, 2013), teórica do campo do feminismo e uma das pioneiras brasileiras a agregar o marxismo à situação das mulheres, revelando como o capitalismo, ao enovelar as hierarquias de gênero, raça/etnia e classe, consegue aumentar ainda mais seus lucros. Saffioti corrobora com Engels (1984) em relação à origem do patriarcado: que esse teria surgido concomitantemente à origem da propriedade privada. Sendo assim, a autora defende que o patriarcado e o capitalismo são duas faces de uma mesma moeda. Saffioti (2013) explica que é possível observar que, nas progressivas etapas da formação do capitalismo, o elemento que sempre esteve presente foi o patriarcado, independente dos diferentes modos de produção (escravista, feudal, capitalista).

Segundo a autora, que realiza uma análise a partir da perspectiva classista, o gênero está relacionado à crítica à sociedade capitalista e patriarcal (SAFFIOTI, 2013). Saffioti (2013) baseia-se na historiadora norte-americana e estudiosa de gênero, Joan Scott ao definir que gênero “diz respeito às imagens do feminino e do masculino, historicamente construídas” (p.1), no entanto, é preciso evidenciar a hierarquia dos homens sobre as mulheres. Assim, busca-se o entendimento do gênero a partir do sexo, tendo em vista a compreensão histórica das intervenções sociais entre o sexo (biológico) e o gênero (social).

A autora revela que, apesar da sociedade contar com mudanças frequentes no seu modo de vida, o patriarcado se faz presente e reforça a exploração e a dominação do sexo masculino sobre o feminino, que permanece até os dias atuais (SAFFIOTI, 2004). Em outras palavras, a autora afirma que a dominação-exploração patriarcal se constitui no controle tanto das classes sociais quanto da raça/etnia. Ou seja, uma das estratégias do patriarcado é controlar a todas e todos, fazendo com que esse controle percorra todas as áreas da convivência social (FRANCO, 2018).

Para Saffioti (2013), a inserção da mulher na sociedade capitalista ocasionou uma desvantagem social de dupla dimensão, uma vez que era tradicional a subvalorização da capacidade das mulheres diante dos mitos de supremacia masculinos e, ao mesmo tempo, sua marginalização no mundo do trabalho. Assim, revela-se que, para a sociedade capitalista manter sua estrutura e reprodução, é necessária a inferiorização social feminina (SAFFIOTI, 2013).

Nessa perspectiva, a sociedade capitalista renovou-se e expandiu-se, mas as mulheres são historicamente limitadas a alcançarem sua emancipação plena (FRANCO, 2018). “A opressão das mulheres continua sendo, para os capitalistas, um instrumento que permite gerir o conjunto da força de trabalho” (GONÇALVES, 2013, p. 24). Ademais, a dominação capitalista cria e recria desigualdades de gênero, raça/etnia e classes, isto é, a liberdade e a igualdade não são compatíveis com o modo de produção capitalista (GONÇALVES, 2013). Esse contexto favorece a criação de espaços de resistência, em que as mulheres buscam formas de se organizar e lutar, cotidianamente, seja nos espaços públicos ou privados (FRANCO, 2018).

Em suma, o debate feminista em torno das desigualdades de gênero perpassa por conceitos fundamentados na teoria crítica da economia política, como trabalho, modo de produção e sociedade de classes, visando as transformações sociais (FRANCO, 2018). Nesse sentido, o presente trabalho busca compreender a relação entre esses conceitos a partir da perspectiva de gênero, partindo do trabalho e das desigualdades de gênero presentes na vida das mulheres do campo.

É importante ressaltar que o trabalho das mulheres no campo, em sua maioria, é inferiorizado e considerado apenas como uma “ajuda” e não como essencial para a reprodução e existência da família (PAULILO, 2016). No entanto, como visto anteriormente, o trabalho que não está inserido na lógica capitalista – seja o cuidado com os filhos, com a casa, a produção de hortas viabiliza a produção de alimentos a serem comercializados e/ou consumidos pela família (FRANCO, 2018). Nesse contexto, a família que vive no meio rural reproduz constantemente relações não capitalistas e capitalistas, cuja força de trabalho não é reconhecida e contabilizada. Ante o exposto, torna-se clara a importância de compreender a história de luta e resistência das mulheres do campo brasileiras pela visibilidade e valorização de seu trabalho, direitos sociais e pela terra, conforme será demonstrado a seguir.

## 2.1 AS MULHERES E A LUTA PELA TERRA E PELO TERRITÓRIO

A presença das mulheres do campo na produção agrícola familiar é um fato. Como cita a autora Celecina de Maria Veras Sales (2007), “mesmo na invisibilidade, não se pode negar que elas estão ocupando terras, plantando, colhendo e cultivando o desejo de ter uma terra livre e usufruí-la com seu trabalho” (SALES, 2007, p. 1).

As desigualdades de gênero e trabalho das mulheres passaram a ser combatidas no final da década de 1960, a partir da sua conscientização pela inserção em organizações vinculadas à igreja, principalmente a católica, ligadas à Teologia da Libertação (AGUIAR, 2016). Essas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) muitas vezes forneceram a experiência formativa que levou as mulheres a questionarem a injustiça social, frequentemente ligada a questões de saúde e educação (CAPPELINI, 1997, p. 646). Os primeiros resultados desse processo de conscientização se deram na

década de 1980, quando as mulheres do campo passaram a se organizar em movimentos sociais autônomos e em articulações de setores específicos de mulheres em prol do reconhecimento do trabalho que desenvolviam (AGUIAR, 2016; SILIPRANDI, 2009).

As primeiras organizações específicas de mulheres do campo se expressaram com maior força no Sul do país (especialmente no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina), e no Nordeste (especialmente Pernambuco e Paraíba), provavelmente sob influência da chamada “década da mulher” (1975-1985), das Nações Unidas, que contribuiu para dar visibilidade às discriminações políticas, econômicas, sociais e culturais sofridas pelas mulheres e incentivar a atuação dos movimentos em todo o mundo no sentido de reverter este quadro (HEREDIA; CINTRÃO, 2006).

As organizações e movimentos recém articulados ganham visibilidade através da realização de manifestações, congressos e passeatas. O Rio Grande do Sul, por exemplo, foi palco do “1º Congresso da Mulher Camponesa” (1982), do “1º Encontro de Líderes Trabalhadoras” (1983), da celebração do 8 de março em 1984 – que reuniu mais de mil mulheres –, da “Caminhada das Mulheres da Roça” (em 1986, no contexto das mobilizações para a Constituinte). No Nordeste são exemplos o “1º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central” (1984), realizado no estado de Pernambuco, e o “1º Encontro das Mulheres Trabalhadoras da Paraíba” (1986). Tais encontros regionais se conectam e se consolidam com a fundação do “Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul - MMTR-RS” (1989) e do “Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste - MMTR - NE” (1986), movimentos que se mantêm até hoje independentes, embora próximos, do movimento sindical (HEREDIA; CINTRÃO, 2006).

O ano de 1985 concentrou um expressivo número de processos organizativos de mulheres do campo – foram 12 encontros de trabalhadoras rurais nas mais diversas regiões do país. Neste período da década de 1980 surgiram também no Sul do país as reivindicações referentes aos direitos da mulher à terra. Novamente as trabalhadoras rurais do Rio Grande do Sul encabeçam, em 1986, a confecção de um texto que propunha que “o título de propriedade distribuído pela reforma agrária fosse emitido em

nome do casal, independente de seu estado civil legal” (DEERE, 2004, p. 181). O grupo que liderava a reivindicação era conhecido como “as Margaridas” – nome que homenageia a líder nordestina assassinada Margarida Alves.

Entre os anos de 1986 e 1988, já no período pós-ditadura militar, os movimentos de mulheres do campo, até então incipientes e de abrangência geográfica relativamente limitada, começam a se engajar nas mobilizações para a participação popular na Assembleia Constituinte, o que permite a ampliação das organizações e garante o apoio de sindicatos de âmbito nacional, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), o Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (CUT), e o Departamento de Mulheres, também da CUT (HEREDIA; CINTRÃO, 2006). Esta parceria entre movimentos independentes, organizações sindicais, conselhos e até mesmo organizações feministas internacionais – juntamente com o *lobby* realizado na Assembleia Constituinte –, resultou em importantes conquistas para as mulheres na Constituição de 1988, principalmente na área da previdência e do direito à propriedade da terra.

Em 1988, a Constituinte passou a ser considerada um marco para a luta das mulheres do campo, pois pela primeira vez viu-se uma negociação de políticas públicas, que levava em conta a questão das trabalhadoras rurais, sendo posta nacionalmente. A partir deste momento, os movimentos sociais que pautam esses debates ganham visibilidade e têm um impulso para a sua nacionalização (HEREDIA; CINTRÃO, 2006).

Foi ainda neste mesmo ano, sob influência da mobilização da Constituinte, que aconteceu o 1º Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag, responsável pelos esforços iniciais para a organização nacional das mulheres dentro do movimento sindical de trabalhadores rurais, dada a presença capilar e a estabilidade de Sindicatos de Trabalhadores Rurais em todos os estados e num enorme número de municípios (HEREDIA; CINTRÃO, 2006). Esse esforço da nacionalização resultou em um aumento progressivo na participação das mulheres no movimento sindical, segundo Heredia e Cintrão (2006) – tais resultados podem “ser constatados tanto na ampliação do número de mulheres nos congressos como no aumento das resoluções e propostas referentes à mulheres rurais, e que vão ser elemento de negociação e de construção de políticas públicas” (HEREDIA; CINTRÃO, 2006, p. 8).

Entretanto, como já vimos anteriormente, apesar da Constituinte representar um marco para o impulsionamento dos movimentos das mulheres do campo, a efetivação dos direitos conquistados na nova Constituição não foi garantida pelo Estado (PAULA; CHAGURI, 2018). Questões relacionadas aos procedimentos administrativos para inscrição, seleção e destinação dos lotes da reforma agrária continuaram por anos inalteradas. A titularidade da terra continuava a ser um entrave histórico à concretização do acesso à terra pelas mulheres.

No início dos anos 1990, instituições como a Igreja Católica, que desempenham importante relevância no cotidiano das mulheres do campo, iniciam um período de adesão às campanhas que combatem as desigualdades de gênero. Um exemplo é a Campanha da Fraternidade, de 1990, cujo tema foi “Deus quer homem e mulher como companheiros, iguais nos direitos porque os dois são imagens e semelhança d’Ele”. Espaços de diálogo como esses incentivaram o debate sobre a condição da mulher, tanto na cidade como no campo (SALES, 2007), onde elas exerciam o direito de falar, discordar, concordar, propor e reivindicar direitos. Assim, o processo de organização das mulheres do campo formou uma rede de comunicação e significados, resultando na criação da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), em 1995.

Nos anos 2000, pela primeira vez, a reivindicação da titulação conjunta de terra apareceu de forma proeminente na maior manifestação nacional de mulheres do campo até então realizada. A Marcha das Margaridas, coordenada pela Comissão de Mulheres da Contag, aconteceu em Brasília e foi fruto de uma aliança com diversos grupos independentes de mulheres. Se espelhando em exemplos de outros países latino-americanos, uma vez organizadas, as mulheres começaram a reivindicar o direito à terra e, consistentemente, confrontaram o Estado nessa questão, forçando o Incra a revisar seus regulamentos (DEERE, 2004).

Segundo Deere (2004), existem duas razões para que as mulheres do campo reconheçam a importância dos direitos à terra, que são chamados pela autora de argumentos “produtivistas” e “de empoderamento” (DEERE; LEÓN, 2001).

O argumento produtivista refere-se ao reconhecimento de que o direito das mulheres à terra está associado com o argumento do bem-estar de mulheres e seus filhos, bem como com sua produtividade e, portanto,

com o bem-estar de sua comunidade e sociedade. O argumento do empoderamento reconhece que os direitos das mulheres à terra são decisivos para aumentar seu poder de barganha dentro da família e da comunidade, para acabar com sua subordinação aos homens e, assim, atingir uma real igualdade entre homens e mulheres. (DEERE; 2004, pp. 174-177).

Ainda de acordo com a autora, no Brasil, as mulheres ganharam o direito formal à terra como um subproduto do processo de alcançar a igualdade entre homens e mulheres em todas as suas dimensões legais. Contudo, para a obtenção de mecanismos específicos de inclusão na reforma agrária, como o aumento da parcela de mulheres proprietárias de lotes, foi necessário que os argumentos produtivistas fossem melhor compreendidos e internalizados tanto pelo Estado como por todos os movimentos sociais rurais (DEERE, 2004).

Mas a luta continuou: em 2003 foi realizada a 2ª Marcha das Margaridas, que desta vez reuniu cerca de 50 mil manifestantes (FRANCO, 2018). A pauta da manifestação foi um conjunto de reivindicações históricas dos movimentos, e seguem alguns exemplos: o reconhecimento enquanto agricultoras; reforma agrária com acesso às mulheres; ampliação dos direitos trabalhistas e previdenciários; acesso a políticas de crédito; participação nas políticas de preservação ambiental; acesso à documentação básica; políticas de saúde, educação, e prevenção da violência contra as mulheres no meio rural (SILIPRANDI, 2009).

As Marchas das Margaridas desempenharam um importante papel nas lutas e conquistas no campo, uma vez que permitiram colocar diretamente em negociação com o governo federal as antigas e as novas reivindicações. Na primeira edição da marcha, por exemplo, as demandas foram entregues ao então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Na segunda edição, em 2003, já no primeiro governo Lula, foi organizada uma comissão de 30 mulheres que entregou a pauta de reivindicações nas mãos do vice-presidente José Alencar. Além do alcance dentro do governo, tais mobilizações muito provavelmente permitiram que mais mulheres do campo tivessem acesso a discussões sobre as desigualdades de gênero, dado que a preparação para a Marcha Nacional envolveu todo um processo de organização no qual sindicatos e associações regionais participaram, bem como incentivaram atos públicos

voltados para pautas específicas nos estados e municípios (HEREDIA; CINTRÃO, 2006).

Neste cenário de efervescência política, surge o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), no ano de 2004, fruto da unificação de diversos movimentos autônomos de mulheres do campo. A união dos movimentos sociais foi em busca de uma identidade articulada à Via Campesina, um movimento internacional – autônomo e pluralista – que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres camponesas e comunidades tradicionais (SILIPRANDI, 2009). Desde então, muitas organizações não governamentais têm surgido no país, várias delas voltadas para a discussão da pauta de gênero. Este contexto de luta e reivindicações históricas também proporcionou o surgimento, nos últimos anos, de um maior número de organizações feministas que atuam diretamente com as pautas das mulheres do campo.

No governo, o histórico de luta das mulheres possibilitou a criação de programas e ações, que acabaram dando origem a instituições voltadas para a questão de gênero (HEREDIA; CINTRÃO, 2006). Uma das iniciativas pioneiras do Governo Federal no que se refere à incorporação do enfoque de gênero nas políticas públicas refere-se à criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), criado em 1985 no contexto de abertura política, vinculado ao Ministério da Justiça. Com o passar dos anos o conselho passou por algumas mudanças, sendo a mais importante em 2003, quando foi vinculado à Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). Pouco tempo depois, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, que tinha *status* semelhante ao de um Ministério, o que “pode ser considerado um avanço significativo enquanto reconhecimento, pelo Estado, da importância de políticas públicas voltadas para a questão de gênero” (HEREDIA; CINTRÃO, 2006, p. 17). Esta secretaria tinha como uma das prioridades o “Combate à Violência contra a Mulher”, no entanto acaba desempenhando uma atuação incipiente nos temas relacionadas às mulheres rurais, incorporando algumas das reivindicações dos movimentos, como o apoio e pressão junto aos ministérios e órgãos do governo para a titulação da terra em nome da trabalhadora rural, e para a participação da mulher na produção agrícola (HEREDIA; CINTRÃO, 2006).

Outra iniciativa importante foi a criação do “Programa de Ações Afirmativas para Promoção de Igualdade e Oportunidades de Tratamento entre Homens e Mulheres”, em 2001, vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). No ano de 2003 o nome do projeto foi alterado para “Programa de Promoção da Igualdade em Gênero, Raça e Etnia”. Este programa tinha como objetivo promover e articular ações para fortalecer a cidadania e a justiça social no meio rural brasileiro. Segundo Heredia e Cintrão (2006), sua atuação envolvia o diagnóstico, a viabilização e o aperfeiçoamento de políticas públicas capazes de corrigir processos de exclusão, subsidiando o MDA e o Inbra na elaboração de políticas.

A organização política das mulheres do campo também resultou em um conjunto de outros programas que, mesmo sem se voltar especificamente para a questão de gênero, certamente tiveram impactos sobre as trabalhadoras rurais. Primeiro, o Programa Fome Zero, criado em 2003 para combater a fome e as suas causas estruturais e para garantir a segurança alimentar dos brasileiros. No ano de criação do programa existiam 44 milhões de pessoas ameaçadas pela fome no Brasil. O programa foi o responsável por dar às mulheres a preferência na titularidade do Cartão Alimentação e do Bolsa-Família – um programa federal de transferência direta e indireta de renda que integra benefícios de assistência social, saúde, educação e emprego, destinado às famílias em situação de pobreza.

As políticas públicas voltadas para as mulheres do campo, a nível nacional, buscam atender às demandas específicas de uma parcela significativa da população brasileira que historicamente enfrentou exclusão econômica, social e política. Outra iniciativa relevante é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf Mulher), criado em 2003-2005, com o intuito de fomentar a autonomia financeira das mulheres agricultoras por meio de linhas de crédito exclusivas. Este programa incentiva até os dias de hoje atividades produtivas sustentáveis e proporciona maior independência econômica às mulheres.

Outra política de destaque é o Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais (POPMR), criado em 2008, que promove a inclusão produtiva e a capacitação técnica de mulheres do campo, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade. O programa busca fortalecer grupos produtivos liderados por mulheres, promovendo o

acesso a tecnologias, mercados e redes de comercialização. Além disso, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) contempla ações específicas voltadas para mulheres, considerando o protagonismo feminino na agricultura agroecológica e na produção de alimentos saudáveis para o mercado interno e para a subsistência.

No campo dos direitos sociais, a extensão das diretrizes da Lei Maria da Penha, sancionada em 7 de agosto de 2006, para áreas rurais tem sido fundamental para enfrentar a violência de gênero em regiões com pouca infraestrutura de proteção e apoio. No entanto, a efetivação dessas políticas enfrenta desafios consideráveis, como a dificuldade de acesso aos programas por parte das mulheres devido à falta de informações, burocracia excessiva e insuficiência de serviços em regiões remotas. Além disso, muitas dessas iniciativas carecem de monitoramento contínuo e de recursos financeiros adequados para alcançar seu pleno potencial.

De acordo com Renata Brasileiro Franco (2018), a organização das mulheres do campo em movimentos sociais “(re)ssignificou processos de lutas e resistências para a transformação social, que se materializaram em conquistas legais referentes ao reconhecimento enquanto trabalhadoras, além do direito à terra e a seguridade social” (FRANCO, 2018, p. 20). E com o passar dos anos as lutas e resistências dessas mulheres continuou se fazendo presentes, visto a instabilidade política na qual o país se encontrou em diversos momentos e a ameaça constante de retirada de direitos e políticas públicas de incentivo às mulheres do campo, principalmente (FRANCO, 2018).

Heredia e Cintrão (2006) ressaltam que “como a história do movimento organizado de mulheres mostra que, sem essa organização, que redundava em reivindicações concretas, as políticas públicas continuariam inexistentes ou nunca sairiam do papel” (HEREDIA; CINTRÃO, 2006, p. 21). No entanto, embora as medidas tomadas até o momento sejam passos importantes para a equidade de gênero, ainda são insuficientes frente às grandes demandas e desigualdades existentes. Por isso, é fundamental a continuidade da luta e da resistência dos movimentos sociais, tanto para a correção de rumos das políticas quanto para a garantia de efetivação do acesso das mulheres aos direitos conquistados (HEREDIA; CINTRÃO, 2006).

### *2.1.1 A organização das mulheres no MST*

Como exemplo da organização das mulheres no campo e de como a preocupação com as desigualdades de gênero passam a ser articuladas em seus discursos, é importante um olhar especial para a história da organização das mulheres dentro do MST.

Desde a sua criação, em janeiro de 1984, o principal objetivo do MST tem sido a luta pela reforma agrária e por uma sociedade mais justa e igualitária. Para alcançar tal objetivo, o movimento reconheceu que era necessária a participação de todos os trabalhadores rurais, inclusive o estímulo da participação das mulheres em todos os níveis (NAVARRO, 1996, p. 98). A partir deste entendimento, as mulheres sempre foram muito visíveis na condução das ocupações de terra do MST e muitas vezes estiveram na linha de frente nos confrontos com a polícia (DEERE, 2004).

Contudo, a autora Carmen Deere (2004) analisa a atuação no MST a partir de uma perspectiva crítica e revela que, em seus anos iniciais, o movimento deu pouca importância às questões de gênero: “De acordo com as mulheres nos assentamentos percebe-se que as relações de gênero dentro do movimento são consideradas de importância secundária, quando não consideradas um transtorno” (LECHAT, 1996, p. 108). Essa também foi uma tendência de grande parte de outros importantes movimentos sociais no Brasil e no mundo, antes dos anos 1990, que privilegiavam sempre as questões classistas. Todavia, na última metade dos anos 1980, as próprias militantes, ao notarem a negligência dos dirigentes e lideranças – em sua maioria homens –, se organizaram na chamada Comissão Nacional de Mulheres do MST e começaram a pressionar os dirigentes e lideranças para que fossem criadas comissões femininas em cada assentamento e acampamento do movimento; essas comissões ficariam responsáveis pela organização de discussões e denúncias voltadas para a desigualdade de gênero dentro do MST (DEERE, 2004).

Os manuais de treinamento do MST, publicados no período de 1989 a 1993, reconhecem a importância de aumentar a participação de mulheres do movimento e destacam a necessidade de “criar as condições para que as mulheres jovens fossem capazes de participar na produção coletiva e em todas as atividades do

movimento” (DEERE, 2004, p. 187). Apesar do MST dar início a uma linha política mais voltada para as questões de gênero, Deere (2004) aponta que, durante esse primeiro período, o movimento não dedicou nenhuma atenção especial aos direitos da mulher à terra. Para a autora:

A falta de atenção do MST aos direitos das mulheres à terra, principalmente à distribuição e titulação conjunta da terra para casais, também está relacionada ao fato de que, durante todo esse período, uma prioridade do MST foi a distribuição e titulação coletiva da terra, ao invés de sua divisão e distribuição formal às famílias individualmente: “a titulação da terra deve ser coletivo, em nome de todos os assentados, independentemente de se a produção for executada coletivamente ou individualmente, garantindo assim os direitos de usufruto, mas que a terra não possa ser alienada”. Com a luta pelos direitos à terra definida como uma questão coletiva, havia pouco espaço para a discussão dos direitos individuais das mulheres à terra. (DEERE; 2004, p. 187).

A autora destaca ainda que no final da década de 1980, a Comissão Nacional de Mulheres do MST foi esvaziada e teve seu funcionamento paralisado (DEERE, 2004). Segundo ela, foi repassada a orientação de que as pessoas interessadas em discutir questões de gênero deveriam buscar espaços junto a outras organizações, como os Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTRs), que se organizavam em diversos estados. Deere (2004) acredita que as questões de gênero eram vistas como questões causadoras de divisões para o movimento, especialmente durante o governo Collor (1979-1988), um momento em que as lutas pela reforma agrária estavam se tornando ainda mais disputadas e, em alguns casos, violentas.

O MST deu um passo à frente nas questões de gênero, em 1995, durante a realização do 3º Congresso Nacional, que contou com uma seção dedicada à “Situação das mulheres no campo”, que incluía o reconhecimento de que, frequentemente, eram as mulheres que mais sofriam com os “padrões de vida miseráveis” no meio rural, incluindo uma dupla jornada de trabalho (DEERE, 2004). Neste congresso foi aprovado o reconhecimento e a especificidade da subordinação de gênero, evidenciado no Programa Agrário do MST, do mesmo ano.

Neste cenário, em 1996 aconteceu o “1º Encontro Nacional de Mulheres Militantes do MST”, que resultou na fundação do Coletivo Nacional das Mulheres do

MST e na elaboração de uma cartilha, em que o direito das mulheres à terra é diretamente tratado pela primeira vez. A publicação começa constatando que “a dominação de gênero se manifesta na sociedade em geral e internamente no MST”, e segue com uma série de resoluções para o movimento sobre como lidar com a desigualdade de gênero (PAULA; CHAGURI, 2018).

Com o passar dos anos o MST realizou uma abertura gradual e lenta às questões de gênero, principalmente após a década de 1990. Para Deere (2004), isso se relaciona, em especial, com “a crescente aceitação do argumento produtivista, ou seja, que o não-reconhecimento dos direitos da mulher à terra é prejudicial ao desenvolvimento e à consolidação dos assentamentos e, portanto, ao movimento” (DEERE, 2004, p. 195). Atualmente, o movimento reconhece que a distribuição e a titulação conjunta da terra para casais são uma pré-condição para a participação das mulheres nos processos organizativos e políticos do movimento. Há também uma consciência de que os direitos à terra fortaleceram o que Deere (2004) chama de argumentos “de empoderamento”, isto é, as habilidades da mulher em defender e perseguir seus próprios interesses de gênero práticos e estratégicos. Ao se comprometer com a igualdade social e de gênero, a cúpula de dirigente e lideranças do MST passa por uma aceitação crescente de que as relações de gênero devem mudar, o que requer estratégias, táticas e resoluções sobre o reconhecimento da mulher do campo enquanto trabalhadora.

## 2.2 MULHERES DO CAMPO ORGANIZADAS NO PARANÁ

O desenvolvimento rural da região Sul, formada pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, se caracteriza pelo grande número de pequenas propriedades familiares e com diversificação das atividades (KAGEYAMA, 2004). Nestas pequenas propriedades prevalece a agricultura familiar, na qual a produção depende diretamente da mão de obra familiar. De acordo com Silva e Mendes (2015, p 229), “a produção familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde há relações com o espaço e com as dinâmicas do sistema de trabalho, no vínculo entre a família e seu entorno sociocultural”. Nesta estrutura familiar, conforme as

autoras, as mulheres do campo desempenham um papel fundamental, pois cabe a elas a responsabilidade pela sobrevivência e reprodução.

Neste cenário, a estrutura familiar é fundamental para o perfil de desenvolvimento dos estados do Sul do Brasil e conhecê-la é importante para a implementação de políticas públicas apropriadas para o desenvolvimento rural. Apesar das grande similaridades entre os estados desta região em relação às demais regiões e homogeneidade em termos de desenvolvimento rural (KAGEYAMA, 2008; STEGE, 2011), as trajetórias têm percursos sociais, econômicos e políticos particulares, principalmente no que diz respeito ao histórico de luta das mulheres do campo organizadas no estado do Paraná. Quando comparado com os outros estados do Sul, o Paraná possui um movimento social rural muito mais fraco. Além disso, a baixa organização política no estado reflete a natureza muito conservadora da região, caracterizada pelo domínio contínuo dos proprietários de terra (DEERE, 2004).

As raízes dos movimentos de mulheres no Paraná estão no Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MPMP) (GADELHA et al., 2007), que seria o primeiro movimento de mulheres trabalhadoras rurais no estado e que integrava as articulações para o que seria futuramente o Movimento de Mulheres Camponesas do Paraná (MMC/PR). A origem do movimento está bastante atrelada aos espaços de conscientização e discussão promovidos pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que também impulsionaram a criação de outros movimentos, já citados anteriormente.

Em 1981, agentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que realizavam trabalhos com mulheres, organizaram o 1º Encontro de Mulheres, em Francisco Beltrão, com o objetivo de discutir temas como: a participação nas organizações sociais, questões específicas das mulheres, e como transformá-las em sujeitos de sua própria libertação (KNAPIK, 2005). Neste espaço surge o MPMP, que contou com a participação de mulheres urbanas e rurais de todas as regiões do estado.

Na sua criação, o MPMP abrangia as sete regiões do estado (Sul, Oeste, Região Metropolitana, Sudoeste, Centro, Norte e Nordeste). Cada região construía o movimento apresentando seu contexto e problemas específicos, sendo que na maioria delas, com exceção da região metropolitana, eram as mulheres do campo que tocavam o movimento (GADELHA et al, 2007). Nas diferentes regiões do estado do Paraná,

surgiam distintas realidades que se somavam para discussão, as pautas mais recorrentes eram: situação dos bóias-frias nos latifúndios, salários menores para as mulheres, ocupação de terras, sindicalização, comunidades indígenas, construção da barragem de Itaipu, entre outras (KNAPIK, 2005).

Na sua criação, o MPMP tem como eixo central de formação política três objetivos principais: “a) a importância de a mulher começar a dar valor a si mesma; b) conscientizar homens e mulheres do modo como a exploração e subordinação da mulher contribui e é fundamental para a manutenção do sistema capitalista; c) formular o projeto de uma sociedade nova” (KNAPIK, 2005, p. 93). Para perseguir tais objetivos, o movimento dividiu as tarefas em diferentes bandeiras de luta, que seriam responsáveis pela criação de equipes focadas em temas específicos. As primeiras bandeiras estavam concentradas em quatro grandes temas: Mulher e Bíblia; Mulher e Sindicato; Mulher e Constituinte e Política; Mulher e Saúde. No ano de 1993, foram criadas mais três: Mulher e Educação; Mulher e Meio Ambiente; Mulher e Autossustento (KNAPIK, 2005).

Devido ao seu histórico de criação muito relacionado com os grupos de debates formados por entidades da Igreja Católica e à dedicação religiosa das mulheres do campo, uma das bandeiras que mais marcaram o movimento foi a “Mulher e Bíblia”, com mulheres que se reuniam para fazerem uma releitura da Bíblia a partir de uma perspectiva feminina (KNAPIK, 2005).

Na bandeira “Mulher e Sindicato” realizava-se a discussão e luta pelo reconhecimento da profissão de agricultora, de seus direitos específicos e do direito de sindicalização que ainda era barrado em alguns sindicatos para as mulheres. A criação deste espaço acabou permitindo que algumas lideranças do movimento ingressassem na CUT, em 1990, se desligando do MPMP. Apesar da perda de integrantes, essas mesmas militantes se mobilizaram internamente na CUT e criaram a Comissão das Mulheres Trabalhadoras Rurais, no Departamento Estadual de Trabalhadores Rurais, que vai se articular com o MPMP (KNAPIK, 2005).

A bandeira “Mulher e Política e Constituinte” surge num cenário intenso de debate sobre a elaboração da Constituição Federal na década de 1980. Neste espaço, se discutia sobre os direitos das mulheres que deveriam estar presentes na

Constituição, formações políticas e a promoção da eleição de candidatas no estado. Em “Mulher e Saúde”, o movimento se dedicava à discussão acerca de questões como sexualidade, gravidez, planejamento familiar, políticas de saúde etc (KNAPIK, 2005). Era constante o debate sobre o “resgate do poder da mulher”, realizado pelo resgate de práticas antigas realizadas por processos de cura com ervas medicinais, xaropes e pomadas. Além disso, o tema da esterilização também era muito discutido, visto que na década de 1970 houve uma esterilização em massa nas mulheres, impulsionada pelo Estado (KNAPIK, 2005).

O MPMP acabou perdendo força no início da década de 1990, devido às articulações das mulheres urbanas com as organizações cidadinas, e, com o fortalecimento das mulheres do campo na Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul (AIMTR-Sul). Das conquistas do MPMP pode-se citar a transformação das mulheres que integraram e se formaram no movimento, que passaram a ter suas vozes ouvidas nos espaços que frequentavam, seja na igreja, sindicato, partidos políticos e até mesmo na própria família. Adquiriram coragem para denunciar, reivindicar e transgredir normas e valores que as discriminavam e oprimiam (KNAPIK, 2005).

Posteriormente, havia a demanda pela criação de um movimento que representasse as mulheres do campo no Paraná, com suas necessidades específicas. Surge, então, a Organização de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Paraná (OMTR), um ano após a formação da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), com isso a OMTR passa a fazer parte dessa articulação, como um movimento autônomo de mulheres rurais do Paraná (GADELHA et al, 2007).

A OMTR tinha uma identidade cheia de simbologias e significados relacionados diretamente com a realidade da mulher do campo. Sua bandeira apresentava uma mulher amamentando seu filho no meio da roça com uma Araucária no fundo. O lema do movimento era: “A nossa história a gente faz”. A OMTR tinha sua secretaria fixada na cidade de São Mateus do Sul, na região Sul do Paraná, mas atuava em todas as regiões do estado através de processos de formação de base, mobilizações, manifestações etc (GADELHA et al, 2007).

Com a consolidação da Via Campesina, instância que passou a articular os diversos movimentos sociais do campo, a ANMTR se tornou um espaço de articulação dos movimentos autônomos de mulheres do Brasil, percebe-se, então, a necessidade de um novo espaço mais consolidado para as mulheres do campo (GADELHA et al, 2007). Dessa forma, em 2004, ocorre o congresso de consolidação do que seria o Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (MMC), antigo OMTR. O evento aconteceu entre os dias 5 e 8 de março e contou com a participação de aproximadamente 1.400 mulheres de 14 estados do país, sendo expressiva a presença do Paraná, que chegou a enviar três ônibus com militantes de diversas cidades do estado (GADELHA et al, 2007).

Em entrevista feita por Paulilo (2007), uma das lideranças do MMC, Adélia Schmitz, explica que o MMC surge como um movimento democrático, popular, classista, feminista, autônomo, de mulheres que trabalham no campo.

Nossa causa é a transformação da sociedade. Por isso nós lutamos: por direitos sociais, garantia de uma Previdência pública universal e solidária, salário-maternidade. Foi uma conquista nossa a aposentadoria da mulher com 55 anos e homem, 60. [Lutamos por] saúde pública integral com atendimento humanizado para todas e todos, SUS, um direito conquistado em lei; fim da violência contra as mulheres da classe trabalhadora; por uma agricultura camponesa com políticas públicas na agricultura, produção de alimentos saudáveis, soberania alimentar e reforma agrária, crédito especial para as mulheres, que é uma luta também; defesa, preservação, multiplicação e conservação da biodiversidade, e com monocultura a biodiversidade vai desaparecendo; acesso a garantia de documentos pessoais e profissionais, bloco de notas e produtora rural em todos os estados do Brasil, campanha nacional de nenhuma trabalhadora rural sem documentos (PAULILO, 2007, p. 407).

As reivindicações dos diversos movimentos sociais do campo que se estabeleceram entre os anos 1980 e 1990 eram semelhantes e refletiam a necessidade de políticas públicas voltadas para as mulheres no meio rural, antes invisibilizadas e esquecidas. Mas a estabilidade de tais movimentos, principalmente em âmbito estadual, sempre foi bastante comprometida pelo caráter de instabilidade política da época e também pela consolidação das linhas políticas de atuação, o que causava muitos “rachas” nas organizações.

Segundo Gadelha et al (2007), a coordenação estadual do MMC/PR se manteve na cidade de São Mateus do Sul, onde antes operava a secretaria da OMTR. Para lá eram enviadas todas as informações, diretrizes e recursos para a realização de encontros, formações, etc. Contudo, integrantes do movimento apontam que o MMC/PR acaba se fragilizando após o afastamento de muitas mulheres que estavam descontentes com algumas situações de desvios éticos, políticos e financeiros dentro da organização (GADELHA et al., 2007). Essa situação levou a coordenação nacional do MMC a se desvincular da coordenação estadual e a deixar de reconhecer o espaço. A decisão ocorreu no ano de 2006 e as mulheres do campo que permaneceram no movimento ficaram sem estrutura para a continuidade da atuação de forma plena.

Diante deste trajeto percorrido pelo MMC/PR, Gadelha et al (2007) observam alguns avanços que podem ser considerados significativos na vida das mulheres que integram aquele espaço; por exemplo, “as mulheres que participaram do MMC buscam trabalhar a questão da autonomia econômica, diversificando e comercializando a produção em feiras, fazendo a venda direta, e/ou em programas institucionais como o PPA” (GADELHA et al., 2007, p. 193). Além disso, as mulheres também se instrumentalizam com conhecimento e informações acerca dos seus direitos, se organizando e cobrando dos órgãos públicos sua implementação e cumprimento. Embora tímido no início dos anos 2000, conforme já explicitado por Deere (2004), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) também desempenhou e continua desempenhando atividades importantes para a organização e formação política das mulheres do campo no Paraná. Em 2007 foi realizada uma importante manifestação no Dia Internacional da Mulher, na época a construção da igualdade de gênero também foi anunciada como demanda das mulheres do MST. Nesta ocasião, as manifestantes fecharam as vias de trânsito em frente à uma fábrica de agrotóxicos, localizada na cidade de Londrina, no Norte do Paraná, e celebraram um ato de repúdio à passagem do presidente estadunidense, George Walker Bush, pelo Brasil. O mesmo ano também foi marcado pela elaboração do documento “Carta das Mulheres Camponesas do Paraná à Sociedade”, na qual se referiram aos crimes ambientais, à privatização das sementes, a organismos geneticamente modificados e ao aquecimento global.

Como exemplo da presença e reivindicações dessas mulheres no MST, apresenta-se também a organização de diversos coletivos nos assentamentos do estado. O Coletivo de Mulheres Ana Maria Primavesi, por exemplo, surgiu em 2019 a partir de provocações geradas durante a Escola Estadual de Mulheres do Paraná. O coletivo é o principal caminho para a organização de base das mulheres do acampamento Terra Livre, na cidade de Clevelândia, onde vivem 15 famílias do movimento. Coletivos semelhantes se organizam em quase todos os assentamentos do MST no estado, embora com variadas forças e participações em cada espaço.

A Escola Estadual de Mulheres do Paraná foi uma iniciativa do MST voltada para a formação de base das mulheres do movimento, tendo como principal tema “Mulheres e a Agroecologia”. A formação foi paralisada com a chegada da pandemia do coronavírus, em 2020, mas as mulheres dos assentamentos continuaram motivadas a construir novas iniciativas de atuação e, principalmente, ações de solidariedade, como foi o caso em Clevelândia.

Entre as diversas ações apoiadas pelo Coletivo Ana Maria Primavesi, estão a doação de grandes quantidades de alimentos saudáveis e diversificados, doação de sangue e a fabricação de sabão ecológico para distribuição às famílias carentes da região urbana. O coletivo carrega como objetivo principal o trabalho sobre a lógica da agrofloresta, com a implantação de quintais agroflorestais, com plantas medicinais, hortaliças, frutas e árvores nativas. Este objetivo está alinhado com a escolha do nome do coletivo. Ana Maria Primavesi foi uma agrônoma austríaca, radicada brasileira, pioneira no estudo da agroecologia e no manejo ecológico do solo; sua obra é reconhecida como fundamental para transmissão de conhecimento sobre uma agricultura de mínimo impacto, que respeita processos naturais e compreende o solo como um organismo vivo e em constante interação com as plantas.

Na atualidade, as mobilizações das mulheres do campo continuam levantando bandeiras que em muito são similares com aquelas levantadas no início da década de 1990. Atualmente, um importante movimento de mulheres do campo é a Jornada Nacional de Luta das Mulheres Sem Terra. No Paraná, em 2023, a jornada reuniu 600 mulheres do campo em marcha, partilha e cultura, de acordo com informações da coordenação estadual do MST. Na jornada, o lema das mulheres era:

“O agronegócio lucra com a fome e a violência. Por Terra e democracia, mulheres em resistência!”. As mulheres do campo denunciaram as diversas formas de violências patriarcal e racial, que atingem as pessoas em condições de vulnerabilidade e o avanço nos casos de feminicídio, assassinatos LGBTIfóbicos e suicídios no campo. Marcharam também na defesa da reforma agrária popular e soberania alimentar, na construção de relações humanas emancipadas, livres de todas as formas de violência.

No Paraná, o encontro ocorreu depois de três anos sem jornadas massivas das mulheres integrantes do MST, entre os dias 6 e 8 de março de 2023, na cidade de Curitiba e Almirante Tamandaré. O encontro contou com uma programação de três dias, que equilibrou espaços de formação teórica, debates organizativos, atividades culturais, marchas unitárias pelo centro da capital, negociações com o poder público e solidariedade. Alguns desses momentos foram realizados somente com a participação de mulheres, chamados espaços auto-organizados, que garantem um ambiente mais seguro e confortável para lidar com temas muitas vezes delicados e dolorosos.

Resgatar a história dos movimentos sociais é tarefa essencial para que possamos compreender a realidade atual das mulheres do campo no estado do Paraná. Segundo Gadelha et al (2007, p. 181), “compreender as lutas que foram travadas e todo o processo de construção dessas lutas nos revela que nenhum direito e/ou transformação social, ocorre se não nos mobilizarmos e organizarmos socialmente”. Ainda segundo a autora, a possibilidade de conservar vivas as histórias de lutas dessas mulheres é importante para que as futuras gerações compreendam que “as vitórias contra a discriminação e exploração em nossa sociedade foram feitas à custa de muito esforço, organização e resistência” (GADELHA et al., 2007, p. 181).

### 3 A GRANDE REPORTAGEM EM FORMATO LIVRO

Com os avanços da tecnologia e a rapidez da informação, o jornalista está, cada vez mais, estimulado a não apenas narrar o que acontece, mas também a ser capaz de compreender e atribuir significados aos fatos (CHAPARRO, 2006). Ao longo da sua história, o jornalismo passou por transformações que permitiram a criação de novos paradigmas (informativo, opinativo, interpretativo, sensacionalista etc). Contudo, a criação de novos meios de informar e de comunicar não significa a anulação de um antigo meio por outro, mais recente – eles coexistem e permitem uma dinâmica de trocas e novas experiências no âmbito da produção e do consumo de conteúdos jornalísticos.

Por estar inserido nas sociedades democráticas e nela desempenhar uma função e um papel fundamental (SCHUDSON, 2010), o jornalismo se desenvolve e dialoga com o contexto histórico, político, econômico, cultural, tecnológico, social e, conseqüentemente, com a dinâmica da sociedade. Na perspectiva do desenvolvimento do jornalismo, que envolve externalidades como a invenção e reinvenção de técnicas, procedimentos e modelos, além da criação de novos meios e suportes, encontra-se, em termos de formação de diferentes gêneros e modalidades, a grande reportagem, ou reportagem em profundidade – base do livro-reportagem, gênero e suporte aqui selecionado para desenvolver narrativas sobre as mulheres do campo.

Previamente, é preciso lembrar que “a reportagem constitui (...), basicamente um dos gêneros jornalísticos.” (SODRÉ; FERRARI, 1986, p.11). Esses autores, que estão entre os pioneiros no Brasil no estudo das técnicas de reportagem, salientam que, do ponto de vista histórico, o gênero reportagem intensificou-se nos Estados Unidos, desde meados da década de 1920, com a transformação de notícias simples em narrativas que desdobravam as perguntas fundantes da notícia que constituem o lide – quem, o quê, como, quando, onde, porquê. Ainda nesses pontos prévios, Sodré e Ferrari (1986) apontam as principais características de uma reportagem: predominância da forma narrativa, humanização do relato, texto de natureza impressionista, objetividade dos fatos narrados (entendendo-se objetividade em relação aos fatos, sem abrir mão das subjetividades das experiências narradas, da interpretação do próprio

narrador etc). Mas, a narrativa sempre deve estar presente, asseveram os autores, senão não há reportagem, daí o nome inglês *story*.

A reportagem em profundidade ou grande reportagem – uma verticalização da reportagem mais simples – é a responsável pelo retorno da humanização ao jornalismo, característica que foi se tornando cada vez mais rara, com a mecanização e o uso de fórmulas prontas e impessoais no cotidiano do jornalista. Na grande reportagem tem-se a descrição dos fatos por meio das histórias de personagens, pessoas comuns ou não, e a possibilidade da escolha de fontes que fogem daquelas estampadas diariamente nos veículos. Mas acima de tudo, a reportagem em profundidade permite a ficcionalização da narrativa, sem se desprender do compromisso com a verdade, e se tornar uma “narrativa noticiosa” (MEDINA *apud* LOBATO, 2016, p. 75).

José Mendes Lobato (2016) destaca cinco fatores que caracterizam a grande reportagem, são eles: ampliação espaço-temporal do fato real; construção dramática das cenas; “dramaturgia jornalística”; singularização da notícia; reforço da enunciação e autoria e a ficcionalização do relato (LOBATO, 2016). Para ele, as cinco características chegam a se confluir e levam a reportagem em profundidade a subverter as normas clássicas e renová-las por meio de “técnicas da ficção” (LOBATO, 2016, p. 73).

Edvaldo Pereira Lima autor pioneiro, do ponto de vista teórico, sobre o livro-reportagem no Brasil, por meio de uma tese de doutorado defendida na Universidade de São Paulo (USP), ainda nos anos 1980, acrescenta aspectos à discussão sobre a grande reportagem ao definir as liberdades praticadas nesse gênero, em especial quando produzida para o formato livro, ou quando migrada para esse formato. Para Lima (2009), inicialmente, há a *liberdade temática*, que permite ao jornalista não se encaixar nas lógicas dos valores-notícias comuns, fugir da cobertura do factual e superar as abordagens superficiais. Em seguida, na *liberdade de angulação*, Lima (2009, p. 83) cita que o “livro-reportagem é uma obra de autor”, ou seja, o autor estaria, teoricamente, comprometido apenas com “a sua própria cosmovisão e com o esforço de estabelecer uma ligação estimuladora com seu leitor” (LIMA, 2009, p. 84). Na *liberdade de fontes*, o jornalista escritor pode ir além das fontes institucionais e abrir o leque para um coral de vozes variadas, que melhor dialogam com o propósito da grande reportagem. A *liberdade temporal* permite que o profissional

avance com mais paciência na produção da obra, com liberdade de propósitos para resgatar, discutir e refletir sobre o acontecimento do presente e do passado. Assim, o jornalista tem a possibilidade de abordar e se aprofundar em temas pouco explorados e que, muitas vezes, estão fora das manchetes da grande mídia. Ao conseguir fugir da busca obsessiva pelo factual, Lima (2009, p. 85) também cita a *liberdade do eixo de abordagem*, que permite ao jornalista “vislumbrar um horizonte mais elevado penetrando na situação ou nas questões mais duradouras que compõem um terreno de linhas de força que determinam o acontecimento” (LIMA, 2009, p. 85). Por fim, a *liberdade de propósito* permite que a grande reportagem ascenda aspirações para um alvo mais elevado do que a reportagem comum em geral apresenta.

Lima explica que a reportagem se torna “grande” ao incorporar elementos que permitem a compreensão do tema no tempo e no espaço, “ao estilo do melhor jornalismo interpretativo” (LIMA, 2004, p. 26). Para ele, na grande reportagem o leitor amplia o conhecimento a partir de dados quantitativos (extensivo ou horizontal) e qualitativos (intensivo ou vertical), e esses dados podem se fundir e serem utilizados juntos. No extensivo, o leitor tem acesso a uma abordagem extensiva em termos de números e detalhes. Já no intensivo, tem a possibilidade de “uma análise multiangular de causas e consequências, de efeitos e desdobramentos, de repercussões e implicações” (LIMA, 2004, p. 40).

### 3.1 O ELO ENTRE O LIVRO E O JORNALISMO

A presença do livro no universo do jornalismo persiste no decorrer dos anos (ROCHA; XAVIER, 2013, p. 5). Os primeiros registros datam do século XVI, após o advento da prensa, com o livro sendo usado como suporte para fins informativos. Para Sousa (2008), o livro noticioso caracterizou-se como um “novo fenômeno pré-jornalístico”, capaz de contemplar as ambições historiográficas e jornalísticas, em um momento em que essas fronteiras ainda não estavam definidas. Com o decorrer dos anos, ocorreram contribuições significativas de livros para o que viria a ser o jornalismo literário, como o romance “As aventuras de Robinson Crusoe”, do jornalista e escritor inglês Defoe, ainda na metade do século XVIII. Posteriormente, Neveu (2003) pontua

que o *New Journalism*, que marcou a década de 1960, no cenário norte-americano, transcendeu a “clivagem jornalismo/ literatura”.

Neveu (2003) traça um raciocínio dos escritores e jornalistas nos séculos XVIII e XIX e mostra a contribuição deles no modelo que Tom Wolf define como *New Journalism*. Neste modelo, “a ideia era fornecer a descrição objetiva completa, e ainda outra coisa que os leitores encontravam nos romances e novelas: concretamente, a vida emocional e subjetiva dos personagens” (WOLF, 1975, p. 35). Wolfe (1975, p. 22) define, então, o *New Journalism* como: “(...) a descoberta que mostrava ser possível descrever um jornalismo que pudesse ser lido...”. Grandes jornalistas e escritores deixaram um legado nesta época, muitos faziam parte da equipe da revista *New Yorker*, como John Hersey, Gay Talese, Tom Wolfe, Truman Capote e Norman Mailer. A revista se tornou referência na área por viabilizar mais espaço para publicação de textos que, posteriormente, eram reeditados para divulgação em formato livro (ROCHA; XAVIER, 2013, p. 7).

No Brasil, o elo entre o livro e o jornalismo pode ser observado em exemplos que se preocuparam com a descrição sobre o comportamento social no estilo romance realista. No século XIX, o jornalista e escritor Euclides da Cunha é indicado por alguns estudiosos como o pioneiro na escrita de livro-reportagem, ao viajar à região de Canudos (BA) como correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo*. Euclides da Cunha enviava relatos para o jornal com tom favorável ao exército nacional e somente após a publicação do livro-reportagem é que os leitores tiveram acesso aos relatos críticos em relação à ação do Governo (PILAGALLO, 2009).

Para compreender, enfim, a conceituação de livro-reportagem recorreu-se a Edvaldo Pereira Lima (2009, p. 26), que diz que livro-reportagem “é o veículo de comunicação não impresso, não periódico, que apresenta reportagem em grau de amplitude superior ao tratamento costumeiro nos meios de comunicação jornalísticos periódicos”. O autor (2009, p. 28-29) busca complementar essa definição com o que ele chama de “condições essenciais que diferenciam o livro-reportagem”. Em primeiro lugar, é uma obra que corresponde ao real e factual. Assim, tanto a montagem, a linguagem e a edição do texto devem seguir critérios jornalísticos, preservando as características desta prática profissional, pois o objetivo ainda é informar, orientar e

explicar. A obra também mantém a universalidade e a difusão coletiva, mas definitivamente não é um produto periódico e deve ser mantido seu caráter de atualidade. Na concepção do autor, esse caráter se daria mais no sentido de abordagem do contemporâneo ao invés do real imediato.

O autor ainda pondera que, na elaboração do livro-reportagem, os vários elementos da prática jornalística atingem um patamar próprio, que pode ser entendido como um subsistema híbrido, interligado tanto ao sistema jornalístico quanto ao sistema de editoração. Assim, o livro-reportagem é, sim, considerado um gênero da prática jornalística, “dadas as suas especificidades (...) a função aparente que exerce (...), os elementos operativos que se utiliza e o modo como combina as regras que determinam as relações desses elementos” (LIMA, 2009, p. 62).

Alexandre Zarate Maciel (2018, p. 9) observa, de forma crítica, que Lima traça um elogio desmedido ao suporte livro-reportagem. Para ele, o autor conceitua o livro-reportagem como se o jornalista, ao dedicar-se a esse gênero, “ingressasse em um território ‘mágico’ de liberdades, livrando-se das pressões amargas da rotina profissional” (MACIEL, 2018, p. 9). O livro-reportagem possui, sim, inúmeras potencialidades que permitem melhores condições para a produção de um conteúdo mais aprofundado. Entretanto, Maciel (2018, p. 9) sustenta a hipótese de que o tempo para recolher tanto material documental e oral é também “opressor” no universo do livro-reportagem. Além disso, o jornalista-autor enfrenta uma batalha individual para ingressar no mercado editorial, que, segundo o autor, pode ser uma luta tão “ferrenha quanto os sentimentos de ‘pressão’ e ‘aprisionamento’ das rotinas produtivas de uma redação” (MACIEL, 2018, p. 9).

Entretanto, o autor destaca que o formato livro-reportagem permite que os jornalistas escritores disponham de mais tempo para efetuar angulações da realidade social não tão amarradas às convenções mercadológicas do factual e aos limites político-ideológicos, comuns em veículos diários de informação, assim, os jornalistas que adentram no campo dos livros são capazes de narrar a contemporaneidade com mais complexidade e paciência (MACIEL, 2018, p. 27).

No livro-reportagem o jornalismo é praticado em condições de plenitude de seus métodos, com paciência e complexidade, mas consciente de sua falibilidade (MACIEL,

2018, p. 44). Essas condições se dão uma vez que o jornalista pode exercitar as técnicas da entrevista em profundidade, minimizando, pelo menos em tese, a visão estereotipada dos fatos. Além de conviver, conseqüentemente, por um maior período com o material em produção. A junção dessas experiências, se executadas com perspectiva humanística e ética, podem resultar em produções de interpretação mais consistente das problemáticas da contemporaneidade (MACIEL, 2018, p. 44).

Na concepção deste autor, no livro-reportagem fica evidente que a autonomia do jornalista não é condição única para que as obras nasçam livres de estereótipos, tipificações e reducionismos (MACIEL, 2018, p. 12). Maciel (2018) alerta que a possibilidade de ter mais tempo para entrevistar e analisar os argumentos sobre fatos históricos ou personagens narrados não garantem, tão somente, que o livro proporcionará uma leitura complexa da realidade relatada. Não se pode ignorar ainda o fato de que o jornalista faz parte do mundo real e o interpreta cotidianamente, ou seja, está sujeito à forte carga de valores e crenças sociais.

Já as autoras Paula Melani Rocha e Cintia Xavier (2013) definem que o livro-reportagem se estabelece quando “uma obra trata de acontecimentos ou de fenômenos reais e utiliza, para sua produção procedimentos metodológicos inerentes ao campo do jornalismo, sem, contudo, descartar certas nuances literárias” (ROCHA; XAVIER, 2013, p. 7). Para elas, a retórica utilizada no livro-reportagem difere-se dos outros formatos jornalísticos (notícia, reportagem, nota) não pela simples constatação de ser mais extensa, mas por ter a possibilidade de mesclar diferentes gêneros, como o interpretativo e o investigativo, podendo adentrar ao estilo literário. Assim, este modelo se constitui como um suporte distinto dos outros meios (jornais, revistas, televisão), mas também permite o diálogo entre diferentes gêneros, por isso seu processo é considerado distinto dos demais, com especificidades. Segundo Rocha e Xavier (2013), “diluem-se os limites de cada etapa da produção jornalística na concretização do suporte. E no que diz respeito ao gênero, apresenta um aspecto híbrido” (ROCHA; XAVIER, 2013, p. 15).

Há ainda a possibilidade de um gênero se sobressair diante de uma obra. O gênero investigativo, por exemplo, se apresenta na medida em que se pede um trabalho de investigação na busca de informações até então não reveladas, a denúncia

do vazio das políticas públicas, desigualdades e mazelas sociais (ROCHA; XAVIER, 2013). O jornalismo investigativo permite que o jornalista vá além do simples monitoramento das ações do governo, descobrindo vidas anônimas, invisíveis aos olhos da sociedade mesmo vivendo nela (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004). Além do gênero investigativo, encontra-se também o gênero interpretativo. Este desponta em um momento em que o leitor requisitava mais informações que possibilitasse o entendimento da complexidade dos rumos do mundo (ROCHA; XAVIER, 2013), de forma a buscar aspectos como dimensão, história, interligação com outros fatos, incorporação do fato a uma tendência humanística e projeção.

E, mais uma vez, para finalizar essa seção, destaca-se a concepção mais atual de José Carlos Fernandes e Myrian Del Vecchio-Lima (2019, p. 361), que ressaltam ter como estratégia “definir o livro-reportagem, de modo a não cair na simplificação inicial de Lima (2004), que afirma se tratar de um produto derivado da inquietude de um repórter que não encontra uma brecha nos seus espaços diários de trabalho para veicular narrativas mais contextualizadas e aprofundadas”. Para esses autores (*Idem*), o livro-reportagem que se refere de forma objetiva a um texto mais longo, “se se expande ainda mais pelas possibilidades do *e-book* tradicional ou interativo, da publicação na internet em blogs, sites ou em espaços dedicados ao *longform*, marcados pelos recursos multimídia.”, mas apontam para outras características:

Muito além do suporte, que não busca superar a falta de espaço do jornalismo diário, mas se configura, por si só, como outro espaço além das mídias de periodicidade curta, o livro-reportagem representa a intenção autoral de compor uma estética narrativa própria que ressignifica o gênero jornalístico, em aprofundamentos, contextos, saliências, detalhes, descrições, diálogos etc. (FERNANDES; DEL VECCHIO-LIMA, 2019, pp. 361-362).

Enfim, segundo os autores acima o gênero reflete a tentativa, profissional ou experimental, de elaborar uma produção jornalística mais radical. E a maior liberdade proporcionada pelo livro-reportagem viabiliza também a exploração dos recursos do discurso do gênero literário. A história, características e peculiaridades intrínsecas do jornalismo literário serão esmiuçadas no próximo tópico, uma vez que se pretende

utilizar na produção do livro-reportagem objeto deste TCC, alguns aspectos da narrativa literária.

### 3.2 JORNALISMO LITERÁRIO

As ferramentas do jornalismo literário são utilizadas na produção deste livro-reportagem, embora de forma híbrida, em confluência com outros estilos jornalísticos. Aqui o objetivo é a produção de um livro-reportagem que carrega história, dados e fatos, mas também nuances e emoções de entrevistados.

Não existe consenso quanto às origens do jornalismo literário. Lima (2010) aponta que o termo surgiu nos Estados Unidos na década de 1930. Pena (2006) sugere que teria início junto com a comunicação humana, ainda na Pré-História, tendo como base o medo, no sentido de ser preciso organizar relatos para reportar informações à comunidade. Segundo Castro, “passar notícias de forma literária remonta aos egípcios” (CASTRO, 2019, p. 11). Para Mônica Martinez (2017), entretanto, as afirmativas desses autores podem ser questionadas e, paradoxalmente, consideradas verdadeiras, mas, ela adota a noção de que o gênero surge mais tarde, no século XVIII, no mesmo momento em que as características do jornalismo começam a ser identificadas, como a periodicidade, atualidade, universalidade e publicidade (GROTH, 2011).

No Brasil, os primeiros autores que uniram jornalismo e literatura remontam ao século XX, como, por exemplo, Euclides da Cunha (1944) e João do Rio (1976). Como já citado, Euclides da Cunha cobriu a insurreição de Canudos para o jornal *O Estado de São Paulo*, em 1897. O autor foi, provavelmente, o expoente nacional mais estudado em jornalismo literário e pode ser considerado um dos precursores do gênero na forma como é praticado na contemporaneidade (MARTINEZ, 2016). Fruto desta imersão jornalística, Euclides da Cunha usou o material excedente para escrever o livro *Os Sertões*, lançado em 1902, e traduzido nos anos 1940 para o inglês (CUNHA, 1944).

Martinez (2017) analisa que, do ponto de vista histórico, os estudos em jornalismo literário compartilham do mesmo atraso de três séculos que os do jornalismo como um todo apresentam no país. Contudo, a partir do final dos anos 1990, com o desenvolvimento da Internet e, por extensão, das mídias e ambientes digitais, a mídia

brasileira teve uma transformação sem precedentes na prática e nos modelos de gestão jornalísticos (MARTINEZ, 2017). Mesmo com as transformações em curso, seriam necessárias décadas para que as organizações jornalísticas percebessem que, segundo a autora (2017, p. 4), “o mercado não se constituía de venda de papel, mas de conteúdo noticioso, e que seu público buscava e estava disposto a pagar pela credibilidade propiciada pelas técnicas tradicionais praticadas por seus profissionais”.

Como consequência de uma inconsistente tentativa de adaptação às novas condições impostas ao jornalismo diário, os meios de comunicação estabeleceram um cenário de precarização do universo de trabalho no qual o jornalista está imerso (PAULINO; NONATO; GROHMANN, 2013), que acabou por decretar o fim das grandes redações e a necessidade de um novo perfil profissional, cada vez mais ligado ao empreendedorismo e à inovação. Este cenário apresentou implicações evidentes na prática do jornalismo literário, uma vez que esta modalidade valoriza a narrativa (CASTRO, 2010) e em geral demanda um maior espaço temporal para a apuração e redação.

Mas, apesar da crescente “extinção” das grandes redações nas formas como se instituíram anteriormente, recentemente se descortina um cenário novo e promissor para o jornalismo literário, por meio da criação de sites e revistas como a *Quatro Cinco Um*, a revista dos livros, e a *piauí*, ambos exemplos de iniciativas jornalísticas independentes. Além das revistas, os exemplos podem ser observados em sites, como é o caso da *Agência Pública*, que concentra premiações pelas reportagens extensas e aprofundadas que são produzidas, muitas delas com recursos do discurso literário.

Para Martinez (2017), não há consenso sobre a definição de jornalismo literário, seja no Brasil ou no exterior. A autora argumenta ainda que “podemos propor que é justamente esta porosidade conceitual o segredo do sucesso da práxis e do pensamento sobre jornalismo literário” (MARTINEZ, 2017, p. 5). Um dos primeiros registros da conceituação se deu em 1995, quando o jornalista Mark Kramer afirmava que o jornalismo literário seria uma forma de “*you-know-it-when-you-see-it*” (“você sabe quando a vê” – tradução livre), para dizer que mesmo nos Estados Unidos o estilo estava em processo de sistematização (KRAMER, 1995).

O desencontro da conceituação seria o motivo para a modalidade ser conhecida por diferentes nomes, como “jornalismo narrativo, literatura da realidade, literatura criativa de não ficção” (LIMA, 2016), entre outros. Nota-se também a presença de termos mais recentes, como o *longform journalism* (LONGHI; WINQUES, 2015), que diz respeito à forma e aos ambientes digitais, em contraposição à estética e à experiência, como defendida na obra de Hartsock (2016). Mas, ressalte-se que o jornalismo *longform* não diz respeito apenas aos ambientes digitais.

Martinez (2017) fala sobre o que faz do jornalismo literário uma modalidade autoral na sua concepção: “Possibilita (...) a cada autor apresentar seu modo de ver e relatar o mundo. Consequentemente, sobretudo no caso de produtos como livros-reportagens, favorece ao leitor a possibilidade de escolha a partir de visões que sejam semelhantes, complementares, diferentes ou mesmo diametralmente opostas a do(a) leitor(a), com ele(a) preferir. (MARTINEZ, 2017, p. 8).

Mas o jornalismo literário ultrapassa questões autorais e até mesmo jornalísticas – dessas compartilha, principalmente, a necessidade de apuração criteriosa do fato, bem como a ética nas relações com fontes e leitores. Muito além do jornalismo e da literatura, o jornalismo literário estabelece relações com outros saberes, como a sociologia, por meio de técnicas imersivas como a observação participante (MARTINEZ, 2017), técnicas que, inclusive, serão exploradas e examinadas neste projeto de livro-reportagem.

Peruzzo (2017) destaca ainda que a pesquisa participante seria a “inserção do pesquisador no ambiente natural de ocorrência do fenômeno e de sua interação com a situação investigada” (PERUZZO, 2017, p. 162). Outra área de conhecimento da qual o jornalismo literário pode transitar seria a psicologia, que igualmente contribuiria para compreender em profundidade os fatores psíquicos que movem de forma consciente ou inconsciente o indivíduo e os grupos sociais (MARTINEZ, 2017, p. 10). A visão multidisciplinar permite:

(...) compreender o jornalismo literário do século XXI como a modalidade de prática jornalística que emprega métodos de captação e observação da realidade das Ciências Sociais, área onde o jornalismo se insere. Uma vez selecionados, esses dados, ressignificados a partir da experiência do profissional, são redigidos com técnicas provenientes da

literatura com o objetivo de criar um relato não-ficcional envolvente, que permita a compreensão aprofundada do tema. (MARTINEZ, 2012, p. 120).

Enfim, para Martinez (2014, p. 66), o jornalismo literário reúne um arcabouço de conceitos, técnicas, estéticas e éticas que permitem ao jornalista “ultrapassar a camada superficial do real, mergulhando nas dimensões mais profundas da realidade de forma a apurar, resgatar, compreender e, finalmente, relatar os sentidos, os nexos e as conexões existentes no acontecimento.”

O uso de características e recursos desta modalidade neste trabalho de conclusão de curso também se deu pela possibilidade de fazer uso destes métodos e procedimentos para narrar histórias de vida em um cenário complexo, uma vez que o ser humano ocupa papel central nas narrativas contemporâneas (VILAS-BOAS, 2008, 2014). Segundo Martinez (2015), a história de vida é um método consagrado em várias áreas de conhecimento, em especial no jornalismo literário, ao qual oferece um amplo leque de possibilidades. Para a autora, nos casos em que as histórias de vida se constituem no cerne do jornalismo literário, elas permitem que o jornalista tenha o potencial de “ampliar a tentativa de compreensão sobre si mesmo e sobre o outro, num notável exercício de alteridade que se estende à relação com a comunidade e/ou a sociedade na qual ambos se inserem” (MARTINEZ, 2017, p. 11). Além do “mergulho compreensivo interno” proposto por Martinez (2017), o jornalista literário também precisa estar atento às inúmeras conexões que ligam os indivíduos a distintos sistemas, entre eles o midiático. Neste caso, trata-se do chamado ecossistema (MARTINEZ; MENEZES, 2014), que Robert Park chamava de ecologia humana.

O livro-reportagem aqui proposto, ao dialogar com diferentes histórias de vida em um cenário complexo, pretende narrar as questões relacionadas à desigualdade de gênero, luta e conquistas das mulheres do campo a partir da construção de diferentes personagens.

Para a concepção de personagens foi utilizada a obra *A Personagem*, de Beth Brait (2017), que traz um aprofundamento teórico a respeito do conceito de personagem, embora a própria autora assinale sobre sua obra que os personagens são situados no texto e ela explora o texto em “duas manifestações de naturezas diferentes:

o texto literário, artístico, a ficção literária, a prosa de ficção que materializa esses seres, e o texto crítico, que, com seus instrumentos específicos, persegue a complexa natureza dessas incríveis criaturas (BRAIT, 2017, p. 11). Sendo assim, Brait (2017) não aborda o texto jornalístico em si, mas como serão utilizadas algumas técnicas do jornalismo literário, em termos de personagens podem ser aplicados alguns conceitos de Brait, ao se entender que os entrevistados desse livro são fontes jornalísticas, evidentemente, mas vão além desse conceito técnico da área.

Em uma análise histórica do conceito de personagem, Brait regressa aos estudos aristotélicos a respeito da temática. “Aristóteles aponta, entre outras coisas, para dois aspectos essenciais: a personagem como reflexo da pessoa humana; a personagem como construção, cuja existência obedece às leis particulares que regem o texto” (BRAIT, 2017, p. 38). Essa gênese ocidental do conceito de personagem serviu de modelo até meados do século XVIII, mas tomou novos ares a partir dos séculos XVIII e XIX, quando “a concepção de personagem herdada de Aristóteles e Horácio entra em declínio, sendo substituída por uma visão psicologizante que entende personagem como a representação do universo psicológico de seu criador” (BRAIT, 2017, p. 47). A autora ressalta que foram sob as novas ideias do século XX que o conceito de personagem começa a ser mais aprofundado, surgindo então diversos conceitos.

Beth Brait (2017) ressalta que, para conhecer algo a respeito de personagens, é preciso examinar a construção do texto, procurando entender o modo que o autor encontrou para dar forma às suas criaturas. Para a autora, a personagem vive em uma realidade ficcional, ou seja, ocupa uma matéria e espaço diferente da dos seres humanos, no entanto, ela formula dois questionamentos que mostram como a realidade ficcional e real são capazes de conservar um relacionamento íntimo, são eles: “de que forma o escritor, o criador da realidade ficcional, passa da chamada realidade para esse outro universo capaz de sensibilizar o leitor?” (BRAIT, 2017, p. 20) e “que tipo de trabalho estético requer esse processo capaz de reproduzir e inventar seres que se confundem, especialmente em nível de recepção, com a complexidade e a força dos seres humanos?” (BRAIT, 2017, p. 20). Os questionamentos propostos por Brait (2017) levam o leitor a entrar no universo da linguagem e pensar nas possibilidades e formas

que o ser humano é capaz de criar para reproduzir e estabelecer relações com o mundo.

Para Brait (2017), são diversos os elementos que colaboram para uma representação da realidade, que pode criar uma intimidade entre personagens e interlocutores. Nesse caso, podem ser usados recursos como enquadramento, luz, ângulo, expressões estudadas para compor a cena enunciativa. A respeito especificamente da construção das personagens, a autora atenta aos recursos utilizados por meio da linguagem para o engendramento da trama literária. Assim, traz uma reflexão que leva o leitor a concluir que:

(...) a construção de uma personagem, o conjunto dos traços que compõem a sua totalidade, permite inúmeras leituras, dependendo da perspectiva assumida pelo leitor, assim como das linguagens e das singularidades estilísticas utilizadas em determinados momentos para a viabilização dessas leituras, isso não significa que a dimensão da personagem seja ditada unicamente pela capacidade de análise e interpretação do leitor” (BRAIT, 2017, p. 89-90).

Segundo a autora, “ao discutir a questão personagem-pessoa, os autores procuram salientar dois aspectos fundamentais: a) o problema não existe fora das palavras; b) as personagens representam pessoas, segundo modalidades próprias de ficção” (BRAIT, 2017, p. 19). Aqui é preciso esclarecer que esse entendimento de personagem no jornalismo literário permite outras compreensões diferenciadas do texto ficcional – o entendimento de Brait (2017, próprio da ficção, não resiste ao jornalismo literário, pois nesse tipo de texto o personagem é real, mas descrito e abordado com nuances que o tornam aos olhos do leitor mais do que uma fonte jornalística, mas alguém que conta uma história que parece ir além da reportagem, uma vez que está iluminado pela aura do estilo do texto literário. Nesse sentido, o personagem não ficcional que aparece no jornalismo literário precisa, inevitavelmente, estar investido de verossimilhança, pois ser verossímil é que o torna um elemento investido da “verdade jornalística”.

### 3.3 JORNALISMO DE GÊNERO

Como apresentado anteriormente, a desigualdade de gênero se instaura e naturaliza a condição masculina como universal, absoluta, atribuindo ao homem a supremacia de representar, oficialmente, aquilo que significa ser humano. À mulher resta apenas o caráter do específico, sendo um desvio à norma geral. Para Beauvoir (1970, p. 9), em um tom crítico, “há um tipo humano absoluto que é o masculino [...]. A humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele, ela não é considerada um ser autônomo”. Segundo Rocio e Henriques (2021), é neste contexto que os padrões da cobertura jornalística sobre violência contra mulheres, muitas vezes, esbarram em uma visão que não reconhece o fenômeno como um problema universal, legítimo e político.

Não se nega que o jornalismo, como instituição que pretende apresentar relatos fidedignos dos acontecimentos cotidianos, em seus princípios e procedimentos, está impregnado desse modo de compreender o que é mais ou menos adequado no processo de apreensão/reconstrução da realidade. Sobre isso, Rocio e Henriques (2021, p. 37) afirmam que “o jornalismo é sim uma das atividades que produzem, repercutem e reverberam sentidos em torno do que significa ser mulher ou ser homem”. O jornalismo não se encontra isento ou separado das ideologias hegemônicas da sociedade, mas muitas vezes pode se constituir como produto e também reproduzidor dessas ideologias. Por isso, se faz fundamental a análise da cobertura jornalística diante de questões de gênero, como violência e desigualdades, e a definição de uma cobertura especializada, que seja sensível ao tema e se atente aos desafios desta narrativa.

Este projeto jornalístico tem como pressuposto a ideia de que os produtos da mediação jornalística, entre muitos outros que circulam em nossa sociedade, constituem “uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura” (HALL, 2016, p. 32). O jornalismo representa uma atividade simbólica, que é capaz de realizar processos de codificação, articulação da linguagem e tradução dos “mapas conceituais compartilhados”, que, por sua vez, direcionam as formas como as culturas interpretam e dão sentido à realidade (HALL et al, 1993; HALL, 2016).

Neste sentido, a cobertura jornalística sobre a desigualdade e a violência contra mulheres do campo, tema deste trabalho, pode convocar significados fundados na cultura do patriarcado, que naturaliza as formas históricas de opressões, minimizando as consequências e o impacto na vida das mulheres. Mas, de modo contraditório, assim como toda atividade simbólica, a cobertura jornalística também tem o potencial de romper com o senso comum e se caracterizar como o que Genro Filho (1987, p. 49) chamou de “insensatez revolucionária”, que não se situa no patamar da teoria ou da ciência, mas, mesmo assim, pode ser determinante para as transformações políticas e histórico-sociais.

O jornalismo de gênero propõe que o jornalismo adquira uma mudança no olhar, uma reformulação das noções já estabelecidas, deslocando-as da vivência masculina tida como universal e passando a abranger experiências distintas, inclusive das identidades femininas (ROCIO; HENRIQUES, 2021). Neste entendimento, o olhar masculino também passa a ser assumido como específico, ocupando um lugar de igualdade com as demais visões particulares que compõem a vivência sociopolítica do mundo. Como cita Rago (2019):

Se considerarmos que as mulheres trazem uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina, ao menos até o presente, uma experiência que várias já classificam como das margens, da construção miúda, da gestão do detalhe, que se expressa na busca de uma nova linguagem, ou na produção de um contradiscurso, é inegável que uma profunda mutação vem-se processando também na produção de conhecimento científico (RAGO, 2019, p. 373).

Outro autor chamado Wilshire (1997, p. 106) também argumenta que, dessa maneira, a produção de conhecimento avança para além da “valorização do feminino” e chega a “tornar plena a experiência humana, resgatando o valor e o conhecimento no corpo humano, na emoção e no compartilhar humanos”.

Portanto, a produção de conteúdos jornalísticos centrados na perspectiva feminina leva não apenas a uma responsabilização dos homens por seus atos opressivos, mas também representa uma luta para igualar as estruturas de poder entre homens e mulheres (ROCIO; HENRIQUES, 2021). Esse entendimento, possibilitado pela perspectiva de gênero e o pensamento feminista, traduz uma forma de apreender

a realidade fundamental para discutir e combater as diversas formas de desigualdades de gênero.

Nas redações, a cobertura jornalística de gênero está presente em questões sobre a legalização do aborto, as manifestações feministas, crimes sexuais cometidos por homens poderosos, luta por igualdade de salários no mercado de trabalho, entre diversos outros temas que perpassam por questões de gênero. Essas são apenas algumas das maneiras pelas quais os jornalistas estão se dedicando a este tipo de cobertura, também chamada de *gender beat*, em inglês — um conceito que começou a surgir em grandes redações urbanas dos Estados Unidos em meados de 2016, inicialmente em conversas casuais entre jornalistas e publicações no *Twitter* (HECKMANN, 2021).

No entanto, a pesquisa “*Constructing the ‘Gender Beat:’ U.S. Journalists Refocus the News in the Aftermath of #MeToo*” — escrita por Meg Heckmann, jornalista, escritora e educadora da *Northeastern University*, em 2021 —, revelou que muitos jornalistas entrevistados acharam o termo muito amplo, mas ao mesmo tempo, gostaram da amplitude e flexibilidade que isso lhes deu (HECKMANN, 2021). Os jornalistas que se enquadram nesta cobertura pautam tópicos que vão desde saúde da mulher, saúde trans, questões legais sobre acesso a cuidados de saúde reprodutiva, mulheres na política, investigações sobre má conduta sexual e ampla cobertura LGBTQIA+. Também estão presentes na cobertura questões que não são necessariamente voltadas para gênero, mas, por terem sido historicamente associadas às mulheres e, como tal, pouco divulgadas na mídia, são frequentemente parte desta cobertura, como cuidados infantis, educação, trabalho doméstico, etc.

Heckmann (2021) acrescenta que muitos dos jornalistas que cobrem esta área estão adotando o feminismo interseccional e tentando evitar os erros do passado. Segundo a autora, os jornalistas entrevistados tinham a percepção de que existem mulheres diversas, cada uma com sua experiência, por isso a cobertura de gênero deve ser empoderadora e não limitante.

Mas os desafios existem e persistem, Heckmann (2021) reforça que a cultura masculina continua evidente no jornalismo. Ainda há uma grande tendência de dar mais espaço para a cobertura de esportes masculino ao invés dos femininos, por exemplo. O

mesmo acontece quando os jornalistas preferem citar homens como fontes especializadas no lugar de mulheres, mesmo que estas sejam mais qualificadas. São muitas as maneiras pelas quais a mídia noticiosa omite totalmente as mulheres ou as marginaliza nas narrativas que constroem, limitando-as a papéis estereotipados ou retratando-as sob uma perspectiva negativa, de uma forma que não fariam com um homem (HECKMANN, 2021).

Por isso, é fundamental aliar a perspectiva de gênero à construção contextual de uma reportagem ou projeto jornalístico. Como revelam Rocio e Henriques (2021, p. 37), “é esse olhar para a condição feminina que conecta o jornalismo com sua própria função social, potencializando seu papel de produção simbólica e significação do comum, no sentido de gerar mobilizações políticas para a reeducação da sociedade e o enfrentamento dessas violências contra mulheres”.

#### 4. METODOLOGIA E PLANEJAMENTO DE UM PRODUTO JORNALÍSTICO

Este trabalho resultou na elaboração de um livro-reportagem intitulado como “Mulheres e Terra - Histórias de vida e resistências no campo”, que tem como objetivo apresentar quem são as mulheres do campo. O que sabemos delas? Que mundo é esse ao qual pertencem? Que segredos e saberes carregam? O que pensam sobre a vida, a justiça, o feminismo? Observar, conversar e, principalmente, escutar sobre suas lutas, a conquista de direitos, a importância e a relação com a terra e, por fim, como a desigualdade de gênero no campo permeia e impacta a vida destes personagens. O trabalho foi realizado a partir dos conhecimentos adquiridos durante o curso de graduação em Jornalismo e, especificamente, com as leituras e pesquisas feitas na disciplina de TCC I.

O percurso metodológico se concentrou inicialmente na procura por referenciais. Esta busca se deu pela pesquisa por materiais bibliográficos em portais de periódicos, sendo os mais usados o Portal de Periódicos da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e o Google Acadêmico. Nesses bancos de teses, livros e dissertações, foram identificados materiais relacionados à política de assentamentos da reforma agrária e ao acesso das mulheres do campo à terra. Neste primeiro tópico, foram utilizadas como bases para a produção deste documento teórico-metodológico três principais referências: a obra “Gênero, reforma agrária e contra reforma agrária na América Latina”, de Carmen Deere (2000); o artigo “Titulação conjunta da terra e o protagonismo das mulheres na conquista e direitos no campo”, de Fernanda Folster Paula e Mariana Miggiolaro Chaguri (2018), e “Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro”, de Rosângela Cintrão e Beatriz Heredia (2006).

A abordagem sobre gênero e mulheres do campo foi feita a partir de um conjunto de autoras, dentre as quais destacam-se novamente Carmen Deere (2000; 2002; 2003; 2004), Heleieth Saffioti (1985; 2015) e Renata Gonçalves (2013). Houve ainda a necessidade de pesquisa sobre a organização política das mulheres do campo, tanto em contexto nacional quanto estadual. Para isso, foram utilizadas, principalmente, as obras: “Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais na reforma agrária

brasileira”, de Carmen Deere (2004); “Mulheres Rurais: quatro décadas de diálogo”, de Maria Ignez Paulilo (2016) e “Movimento Popular das Mulheres do Paraná: 10 anos construindo a vida”, de Márcia Knapik (2005).

Aspectos relacionados às características do gênero jornalístico grande reportagem foram consultados e usados como base, em especial a obra “Jornalismo e narrativa em sintonia: percurso teórico-conceitual pelos elementos da grande reportagem”, de José Augusto Mendes Lobato (2016). Sobre o elo entre o livro e jornalismo acrescenta-se ainda o livro “Páginas Ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura”, de Edvaldo Pereira Lima (2004) e a tese de doutorado “Narradores contemporâneos: jornalistas escritores e o livro-reportagem no Brasil”, de Alexandre Zarate Maciel (2018). Para finalizar o conteúdo teórico sobre jornalismo literário foram utilizados obras, artigos e reflexões de Monica Martinez (2016; 2017; 2021).

O método jornalístico e a etnografia permeiam todo o trabalho a ser desenvolvido para construir o produto final deste TCC, e para isso estão sendo estudados os seguintes materiais: o artigo “O método do jornalista”, de Liriam Sponholz (2008); o livro “A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística”, de Nilson Lage (2001) e “A voz do passado - História Oral”, de Paul Thompson (1992). Na inclusão da etnografia como método para a produção do livro-reportagem, a principal obra em consulta é “Fazendo etnografia no mundo da comunicação”, de Izabel Travancas (2006).

#### 4.1 JORNALISMO COMO MÉTODO

Por método entende-se aqui uma série de ações ou decisões planejadas e adotadas conscientemente para alcançar determinado objetivo (MEHRTENS, 1999). Estas ações são diferentes daquelas automáticas e inconscientes, como abrir a porta ou coçar o olho, mas sim conscientes, uma vez que exigem o uso de inteligência e representam uma escolha entre possibilidades diferentes.

Neste caso, no jornalismo pode-se dizer que um método é utilizado quando as ações ou decisões tomadas pelo jornalista seguem uma linha de raciocínio e

são planejadas para alcançar determinado objetivo (SPONHOLZ, 2008). O jornalismo desempenha um método a partir do momento em que organiza diferentes percepções e interpreta a realidade social, desde a ideia da pauta até a edição final do produto jornalístico.

Segundo Gandour (2019), o jornalismo se baseia em três pilares que se complementam: *atitude*, *método* e *narrativa*. Para o autor, a *atitude* é a interpretação do jornalista sobre a realidade social, a preocupação de evidenciar aquilo que não é discutido, o que o impulsiona a agir e cobrir um determinado assunto. Já o *método*, permite que a atitude do jornalista se transforme em algo de interesse público, diferenciando o jornalismo de outros tipos de trabalho. Neste contexto, Gandour (2019) utiliza o conceito de “contém jornalismo” para diferenciar os produtos que recorrem ao método jornalístico e dos que não recorrem a ele. Para ser assim conceituado, o produto necessita ter apuração de informações, pesquisa, entrevistas, relevância social, hierarquia de informações, dados e checagem de fatos, o conjunto dessas características é considerado o método de levar a notícia para as pessoas (GANDOUR, 2019).

#### 4.1.1 Entrevista e História Oral

A entrevista é uma técnica fundamental para o método jornalístico e vai desempenhar um papel importante durante a realização deste livro-reportagem. Na teoria, dentre diversas obras falam sobre o papel da entrevista no jornalismo, temos algumas para paradigmáticas, como o livro de Cremilda Medina: “Entrevista: o diálogo possível” (1995). Medina se baseia nas concepções do filósofo Martin Buber e define entrevista como “técnica de interação social, de interpretação informativa (...) pode também servir à pluralização de vozes e à distribuição democrática da informação” (1995, p. 8). Outra referência importante é Nilson Lage, que em seu livro “A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística” (2001, p. 74-75), classifica as entrevistas em quatro tipos: *ritual*, *temática*, *testemunha* e em *profundidade*. Ele ainda formula os diversos tipos de circunstâncias que envolvem as entrevistas como sendo *ocasional*, *confronto*, *coletiva* e *dialogal*, sendo esta última a “entrevista por excelência”.

Já Duarte (2005), com uma visão não jornalística, mas aplicada à ciência, aponta que entre as principais vantagens da entrevista está a flexibilidade de permitir ao informante definir os tempos da resposta e ao entrevistador ajustar livremente as perguntas. Segundo o autor, a entrevista em profundidade é uma técnica dinâmica e flexível, útil para a apreensão de uma realidade tanto para tratar de questões relacionadas ao íntimo do entrevistado, como para descrição de processos complexos nos quais está ou esteve envolvido.

Além do uso da entrevista como método no jornalismo, também é importante citar a relevância da história oral, que segundo Queiroz (1991) pode ser conceituado como:

“História oral” é um termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar. Colhida por meio de entrevistas de variadas formas, ela registra a experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade [...]. Dentro do quadro amplo da história oral, a “história de vida” constitui uma espécie ao lado de outras formas de informação também captadas oralmente (QUEIROZ, 1991, p. 5-6).

Ao realizar entrevistas com o método da história oral, o jornalista tem a oportunidade de descortinar novos campos de investigação, além de ter acesso a materiais que não são públicos (THOMPSON, 1992). O historiador Paul Thompson cita uma possível relação entre a produção jornalística e a história oral:

Uma vez que é da natureza da maior parte dos registros existentes refletir o ponto de vista da autoridade, não é de admirar que o julgamento da história tenha, muitas vezes, defendido a sabedoria dos poderes existentes. A história oral, ao contrário, torna possível um julgamento muito mais imparcial: as testemunhas podem, agora, ser convocadas também entre as classes subalternas, os desprivilegiados e os derrotados. Isso propicia uma reconstrução mais realista e mais imparcial do passado, uma contestação ao relato tido como verdadeira (THOMPSON, 1992, p. 26).

A utilização de um método que tem na escuta um de seus principais referenciais é capaz de favorecer o livro-reportagem no sentido de possibilitar a expressão de outras versões sobre um fato que pode ter sido noticiado de maneira parcial, sem

espaço para outras visões. Segundo Marta Regina Maia (2006), a partir do momento que o jornalista leva em consideração outros depoimentos pode “abrir caminhos para outros campos de investigação até então desconsiderados no processo da produção jornalística” (MAIA, 2006, p. 142).

A história oral também pode ser inserida na produção jornalística na forma da abordagem e elaboração das entrevistas, não apenas na recuperação do passado. Segundo Cremilda Medina (1995, p. 38), as entrevistas podem ser *enquete*, *confrontação/polemização*, *conceitual*, *investigativa* e o *perfil humanizado*. Destas, o método da história oral pode ser aplicado nas três últimas.

Na visão conceitual, o jornalista está interessado mais em conceitos do que em comportamentos. Na investigação, a ideia é ir além dos mecanismos usuais para conseguir que a fonte forneça pistas que possam confirmar certos aspectos da investigação. Já o perfil humanizado, característica que mais interessa na produção deste livro-reportagem, nas próprias palavras de Medina: “é uma entrevista aberta que mergulha no outro para compreender seus conceitos, valores, comportamentos, histórico de vida” (1995, p. 18).

Ainda no perfil humanizado, o uso da história oral se faz mais evidente, pois ao traçar o perfil do entrevistado deve-se levar em consideração uma trajetória de vida, uma experiência que é singular. Segundo Maia (2006, p. 45) “o encontro pode representar um momento de mergulho na existência humana, não em mero desfilar de descrições cronológicas da vida de uma pessoa”. A autora ainda evidencia que, neste caso, é importante que o jornalista deixe a sensibilidade aflorar, uma vez que não existem regras definitivas para uma situação de empatia, que pode ser o suficiente para sensibilizar os entrevistados.

O historiador Paul Thompson também aponta alguns modos pelos quais a história oral pode ser definida (1992). Especificamente para a compreensão e produção deste livro-reportagem é interessante a apresentação do que Thompson chama de “coletânea de narrativas”, na qual o jornalista é capaz de agrupar várias histórias em torno de temas comuns; como também o método da análise cruzada, onde “a evidência oral é tratada como fonte de informação a partir da qual se organiza um texto expositivo” (THOMPSON, 199, p. 304). Esta última é considerada um pouco mais difícil

de ser concretizada nos parâmetros dos meios convencionais de comunicação, mas pode ser muito utilizada na produção de livro-reportagem (MAIA, 2006).

As possibilidades de uso da história oral aqui citadas não desconsideram a importância dos registros escritos, inclusive, um dos limites da história oral são os falsos testemunhos. Entretanto, no processo de captação, acredita-se que o jornalista estará sempre sujeito a este problema, por isso a checagem de informações deve ser um procedimento constante (MAIA, 2006). É importante considerar que tanto os documentos escritos quando os orais não são totalmente conclusivos ou verdadeiros, mas sim permeados por condicionantes políticos, ideológicos e culturais.

#### 4.2 ETNOGRAFIA E AUTOETNOGRAFIA

A metodologia utilizada no presente trabalho se inspirou em técnicas e instrumentos da etnografia – método que nasceu na antropologia e que, por vezes, conversa com as pesquisas em comunicação. Segundo Tavares (2006), para realizar uma etnografia é necessário um mergulho do pesquisador em seu trabalho. Por sua vez, Lago (2007) explica que, na etnografia, o trabalho de campo é “uma experiência crucial: implica em um desenraizamento cultural, um despir-se da própria cultura e um tipo de entrada na cultura do outro” (LAGO, 2007, p. 50). Seria então, uma experiência com duas vias: despir-se de sua própria cultura e perceber a cultura do outro. Angrosino (2009) completa que a etnografia é feita *in loco* e o etnógrafo participa como um observador objetivo das vidas que estão sendo estudadas. Sendo assim, a produção deste livro-reportagem será pautada pelo trabalho de campo e a observação dos cotidianos.

Na comunicação, Izabel Travancas (2006) destaca que é fundamental, como etapa anterior à etnografia propriamente dita, um levantamento bibliográfico sobre o tema, para que o jornalista esteja minimamente “iniciado” no seu tema, saber quais as dificuldades e os riscos que vai encontrar. Como segunda etapa está a elaboração de um diário ou caderno de campo: será nele que o pesquisador anotarás as questões que o levaram a escolher aquele personagem e as perguntas que tem em mente sobre o assunto (TRAVANCAS, 2006). Atualmente, o gravador exerce o papel do caderno na

maioria dos trabalhos etnográficos. Como terceira etapa, Travancas (2006) fala sobre a entrada no “campo”, isto é, a inserção do pesquisador no grupo a ser observado. Neste momento, pode ser encontrado uma infinidade de possibilidades e variáveis que na realidade estão mais relacionadas ao universo pesquisado do que ao método propriamente dito.

Neste sentido, a autoetnografia também se fará presente nesta obra devido à minha familiaridade com as vivências do campo, principalmente nos cotidianos e as experiências das mulheres do campo. Ao estender a pesquisa para minha região, o Norte do Paraná, onde nasci e vivi durante 18 anos, e a intenção de tornar membros da família personagens do livro em questão, surgiu a necessidade de inserir um método teórico para a abordagem dessas vivências e sensações pessoais.

Para Marilyn Strathern (2018), a autoetnografia é uma ferramenta que traz a “[...] possibilidade de estruturação de questões subjetivas inerentes à própria história de vida” da pesquisadora “[...] e que caminham conjuntamente com questões de cunho sociocultural” (SILVA; ALMOZARA, 2019, p. 59). Dessa forma, o texto auto etnográfico pretende abrir a perspectiva científica para além da racionalidade objetiva, integrando os aspectos negligenciados pela cultura científica ocidental na produção do conhecimento. Além disso, ao fazer uso deste método também se tem a intenção de propor, por meio do engajamento e reflexividade, que cada autor viva e escreva sobre a vida de forma honesta, complexa e apaixonada (MOTTA; BARROS, 2015, p. 1.339 *apud* SILVA; ALMOZARA, 2019, p. 59).

Ao ter isto em vista, a autoetnografia pode ser definida como uma estrutura narrativa com o potencial de subsidiar falas das minorias marginalizadas, subvertendo a ordem comumente usada pela ciência que parte de um lugar em que o “[...] ‘olhar de fora’ costuma ‘representar’ ou ‘inventar’ o outro (alteridade)” (SILVA; ALMOZARA, 2019, p. 59).

#### 4.4 PROJETO DO LIVRO E EXPERIÊNCIA DE PRODUÇÃO

O livro-reportagem intitulado como “Mulheres e Terra - Histórias de vida e resistência no campo”, investiga a relação ancestral das mulheres com a terra e a

desigualdade de gênero que encontram no seu cotidiano de vida e trabalho. A primeira etapa da produção foi conduzida a partir das bases de pesquisa e apuração usadas neste documento teórico-metodológico. As leituras foram utilizadas para a pesquisa de fontes e personagens e para a elaboração de pré-entrevistas, com roteiros de perguntas direcionadas.

Em um primeiro momento, foi realizado um mapeamento de pesquisadores e especialistas em áreas como direito à terra, políticas públicas para mulheres do campo, movimentos sociais de mulheres e gênero. Também foram mapeadas lideranças sindicais e de movimentos sociais históricos que pautaram questões relacionadas aos direitos das mulheres do campo. As personagens principais são as mulheres do campo, que foram igualmente mapeadas, com o apoio dos movimentos sociais, sindicatos e jornalistas que já atuam nesta área, levando em consideração a escolha de duas regiões específicas do Paraná: Sudoeste e Norte.

A região Sudoeste do Paraná (Figura 1) foi uma área importante de lutas e conflitos agrários. Ainda na década de 1950, os camponeses-colonos foram expulsos de suas terras pelo governo estadual, que concedeu terras “devolutas” a uma empresa colonizadora (BONIN et al., 1991). O conflito resultou na “Revolta dos Posseiros”, que também contou com a participação das mulheres (FRANCISCHETT, 2022) e iniciou-se então o que se pode chamar de fagulha de movimentos sociais de mulheres do campo, o que motivou a escolha.

Atualmente, a região conta com 42 municípios e 582.029 habitantes (IBGE, 2019). O Sudoeste é composto majoritariamente por propriedades familiares, consequência histórica da forma que se deu a ocupação de terras. Em relação à economia, a região é tipicamente agrícola, caracterizada por pequenas propriedades e culturas de subsistência, que encontram na agricultura familiar uma base estruturadora e dinamizadora do processo de desenvolvimento associado à valorização e proposição de novas alternativas para a atual matriz produtiva.



Figura 1. Fonte: Wikipédia

Já o Norte Pioneiro do Paraná (Figura 2) foi uma região marcada por intensos conflitos agrários na década de 1950, devido à “Guerrilha de Porecatu”, quando os camponeses-posseiros se armaram para manter as terras devolutas de Jaguapitã e Porecatu sob seu domínio e posse, uma vez que o governo do estado havia repassado estas terras a grandes proprietários rurais. Neste conflito, o Partido Comunista passou a apoiar os camponeses que lutavam contra os despejos e buscavam garantir as condições objetivas de seu modo de vida, dependente de sua manutenção na terra (BONIN et al., 1991). Na região foi marcante a luta dos camponeses contra a proletarização de suas famílias e a expansão das relações capitalistas no campo, o que despertou o interesse diante da investigação dos direitos, lutas e consequências da desigualdade de gênero que permanece no campo desta região. Além disso, o Norte do Paraná é a região na qual nasci e vivi a maior parte da minha vida, inclusive inserida em um contexto campesino de agricultura familiar,

convivendo cotidianamente com mulheres do campo e suas complexidades, o que reforça a importância desta escolha. Atualmente, especificamente, o Norte Pioneiro do estado conta com 46 municípios e 554 mil habitantes (IBGE, 2019).



Figura 2. Fonte: Wikipédia

Após finalizar o mapeamento das fontes, foram feitas as primeiras abordagens e entrevistas em profundidade. Aqui foram utilizadas as técnicas e métodos citados anteriormente. Foram entrevistadas quatro mulheres do campo de cada uma das regiões citadas, somando oito personagens, sem contar com as fontes especialistas e as lideranças de movimentos sociais.

Em paralelo à realização das entrevistas, a proposta foi capturar o máximo possível do cotidiano das mulheres, a fim de compreender suas rotinas familiares e de trabalho, e conseqüentemente, de que forma a desigualdade de gênero impacta, ou não, as suas vidas. Para compreender estes procedimentos multi metodológicos, fez-se

uso de diários de campo durante as visitas às mulheres rurais, assim como cita o método da etnografia. Este instrumento proporcionou uma maior liberdade para registrar os detalhes observados, um gesto, uma expressão, ações ou reflexos percebidos durante a conversa com a personagem, que foram descritos no livro.

A terceira parte do trabalho foi dedicada à decupagem, organização de capítulos e redação do material. A organização dos capítulos do livro-reportagem “Mulheres e Terra - Histórias de vida e resistência no campo” foi estruturada com o objetivo de intercalar análises histórico-teóricas e narrativas pessoais das mulheres do campo, proporcionando uma leitura que combina jornalismo, reflexões e vivências práticas. O livro se inicia com uma apresentação, que traz um relato pessoal sobre a escolha do tema e os desafios enfrentados ao longo do processo de escrita. Essa introdução busca situar o leitor quanto às motivações da autora e ao enfoque adotado na obra.

O primeiro capítulo, intitulado *A luta pelo reconhecimento das mulheres como trabalhadoras rurais*, explora o histórico de invisibilidade enfrentado por essas mulheres no contexto rural, com destaque para as desigualdades de gênero no reconhecimento profissional e social. Na segunda parte desse capítulo, são apresentadas as histórias de Luciana e Zelide, lideranças sociais e políticas do Sudoeste do Paraná, que ilustram as lutas por visibilidade e direitos.

O segundo capítulo, *As mulheres do campo e a luta pela terra e pelo território*, aborda o papel central da terra nas vidas dessas mulheres, enfatizando as dificuldades de acesso e os desafios enfrentados na garantia de seus direitos territoriais. Esse capítulo é complementado pelas histórias de Jeniane, que narra seus caminhos na luta por terra e dignidade, e de Cleide, cuja trajetória revela as adversidades e esperanças em uma vida marcada pelo trabalho árduo.

No terceiro capítulo, *A emancipação econômica da mulher do campo*, a discussão gira em torno da busca por autonomia financeira e das possibilidades trazidas pela agricultura familiar e orgânica. Na segunda parte, são apresentadas as histórias de duas mulheres chamadas Maria Aparecida: a primeira destaca a força da agricultura familiar e orgânica como instrumento de liberdade e desenvolvimento,

enquanto a segunda aborda como a produção orgânica transformou uma vida de dependência em uma trajetória de independência e esperança.

O quarto capítulo, *Ficar ou partir? A juventude no campo e a ausência de futuro*, reflete sobre o dilema enfrentado pelos jovens em relação à permanência no campo ou à migração para a cidade, com base na ausência de oportunidades e no esvaziamento do meio rural. Nesse contexto, são narradas as histórias de Thayz, que vive entre o campo e a cidade, e de Cristiane, uma jovem liderança que aponta caminhos para o futuro da agricultura familiar.

Por fim, o quinto capítulo, *O feminismo popular camponês e a desigualdade de gênero*, discute como o feminismo popular camponês se constitui em uma ferramenta para enfrentar as desigualdades de gênero no campo, trazendo reflexões sobre as marcas que essas lutas deixam no corpo e na memória das mulheres rurais. Ao longo do livro, cada capítulo foi organizado com uma introdução histórico-teórica que contextualiza os temas abordados, seguida pelas narrativas das mulheres, conferindo ao trabalho um equilíbrio entre análise e relato pessoal. Essa estrutura visa não apenas informar, mas também sensibilizar o leitor para a complexidade das vivências das mulheres do campo e para as múltiplas dimensões de suas lutas por direitos e reconhecimento.

O processo de escrita do texto e das histórias do livro-reportagem exigiu uma imersão tanto nas entrevistas realizadas com as mulheres do campo quanto nas pesquisas sobre os temas abordados ao longo dos capítulos. Durante essa etapa, dediquei-me à transcrição minuciosa dos áudios das entrevistas, buscando não apenas registrar as falas das mulheres, mas também captar as nuances emocionais, os silêncios e os contextos que permeava suas narrativas. Esse cuidado foi essencial para preservar suas vozes e histórias. Paralelamente, aprofundei a pesquisa sobre questões centrais como o acesso à terra, as desigualdades de gênero no meio rural e os movimentos sociais protagonizados pelas mulheres do campo, de forma a contextualizar e enriquecer as histórias individuais com dados e análises históricas e teóricas. Essa combinação entre relato oral e pesquisa permitiu construir narrativas que não apenas descrevem os desafios enfrentados pelas mulheres, mas também revelam as complexidades de suas vidas no âmbito pessoal, profissional e político. A escrita do

livro foi, portanto, um exercício de equilíbrio entre a objetividade necessária ao jornalismo e a sensibilidade indispensável para representar a trajetória de luta dessas mulheres de forma fiel e humanizada.

O projeto gráfico-editorial foi realizado por Davi de Sousa, designer gráfico e diagramador. Ao lado dele foram definidas questões de identidade visual, fotografias a serem utilizadas e a arte da capa. Também foram utilizadas fotografias produzidas pela própria autora durante as visitas de campo e entrevistas com as personagens, com a intenção de ambientar e dar rosto às personagens retratadas.

O livro-reportagem foi produzido em formato de e-book tradicional e impresso em pequena tiragem, a ser distribuído para os envolvidos e entrevistados. O livro foi impresso no formato 140x210mm, no papel Avena 80g, com miolo colorido e capa fosca.

#### 4.4.1 Materiais que inspiram

A obra “Mulheres da Terra e da Água”, de Lucila Losito (2010), é a inspiração mais marcante para a produção deste trabalho. Lucila Losito é uma terapeuta corporal e escritora, que pesquisa a relação entre a literatura emergente e a escrita do corpo na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); neste livro da autora são apresentadas as histórias de doze mulheres – indígenas, caiçaras, caipiras e quilombolas –, que, segundo Losito, trazem vidas à luz, enrugam e ressecam no contato diário com o sabão, fazem xaropes e garrafadas para tirar a dor do “Outro”, sustentam o contato direto com a terra, enquanto muitos se perdem tentando ganhar dinheiro, afeto e reconhecimento, afastados do “evento-palavra-corpo”. As mulheres apresentadas neste livro estão espalhadas pelo Brasil, mas são invisíveis enquanto colhem morango, cuidam das crianças dos outros para dar conta das próprias, limpam as praias do lixo deixado pelos turistas e deixam de ser alfabetizadas porque não havia tempo nem interesse pelo que as pudesse afastar de suas naturezas. O livro traz o relato fiel de cada personagem e traduz com sensibilidade e empatia o trabalho que se pretende realizar no livro-reportagem aqui proposto.

Outra obra marcante é “Olho da Rua”, de Eliane Brum (2008). A obra concentra uma coletânea de reportagens produzidas para a revista *Época*, entre 2000 e 2008, sob o olhar atento de Brum. As histórias resgatadas contam sobre aqueles sujeitos que passam despercebidos, ao passo que são reveladas discussões de grande importância para o país. Aqui, Brum se coloca como “escutadeira” e observadora dos cotidianos, as dificuldades, dilemas, emoções, desigualdade e subjetividades. Este livro-reportagem inspira por se colocar em um lugar de escuta e revelar o poder de observação do repórter, ensinando como costurar o jornalismo com a vida das pessoas.

Cito também a reportagem “Severinas: as novas mulheres do sertão”, da Agência Pública, que narra como as sertanejas estão começando a transformar seus papéis na família e na sociedade do interior do Piauí e se libertando da servidão do homem. A reportagem garante um fôlego diante da histórica desigualdade de gênero das mulheres do campo, ao mostrar um exemplo de conquista que inspira.

Outra grande inspiração são os inúmeros conteúdos relacionados a gênero e terra produzidos pelo portal jornalístico *Modifica*, uma organização sem fins lucrativos que produz e dissemina conteúdo multimídia sobre questões socioambientais, a partir de uma perspectiva ecofeminista. Alguns exemplos são: “Mulheres e MST: as múltiplas facetas do feminismo no campo”, de Alessandra Nahra, e “Resistência Feminista: comunidades agroecológicas se organizam para soberania alimentar”, de Carol Almeida. Infelizmente, em dezembro de 2022 o *Modifica* suspendeu as suas atividades depois de quase uma década, mas as pesquisas e conteúdos desenvolvidos pela organização continuam disponíveis.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vilenia Venâncio Porto. Mulheres Rurais, Movimento Social e Participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade** - Florianópolis - Vol. 15 - Edição Especial – 2016.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e Observação Participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009. 138p.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BIRD, S. Elizabeth. Anthropological methods relevant for journalists. University of Florida, EUA, **Journalism Educator**, 1987, p. 301 – 308.

BRAIT, Beth. **A personagem**. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

BRUMER, Anita. **Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul**. Paper presented at the XXII International Congress of the Latin American Studies Association (LASA), Miami, March 16-18, 2000.

BRUM, Eliane. **O Olho da Rua: uma repórter em busca da literatura da vida real**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2008.

BOFF, L. e BOFF, C. (1986). **Como fazer Teologia da Libertação**. Petrópolis: Vozes/IBASE.

BONIN, Anamaria Aimoré et al. “Luta pela terra e contradições de um projeto comunitário de vida.” In: Bonin, Anamaria Aimoré et al: **Movimentos sociais no campo**. Curitiba: Edições Criar, 1989.

BUTTO, Andrea. Políticas para as mulheres rurais: autonomia e cidadania. In A. Butto & I. Dantas (Orgs.). In: **Autonomia e cidadania: Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural** . Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2011, pp.11-35

BUTTO, Andrea; HORA, Karla Emmanuela. Mulheres e reforma agrária no Brasil. In BUTTO, Andrea; LOPES, A. L. (Org.) **Mulheres na reforma agrária: a experiência recente**. Brasília: NEAD, 2009, pp, 21-37

CAPPELLIN, Paola. Trabalhadoras rurais e aspirações feministas: um diálogo em curso. In: SILVA, E. M. et al. **Camuflagem e transparência: as mulheres no sindicalismo**. Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora. São Paulo: CUT, 1990. p. 17-20.

CAPPELLIN, Paola. “Silenciosas e combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical do Nordeste, 1976/1986”. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BUSCHINI Cristina (Orgs.). **Rebeldia e submissão: estudos sobre a condição feminina**. São Paulo: Ed. Vertice/Fundação Carlos Chagas, 1997. p. 225-298.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Reforma agrária: compromisso de todos**. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, 1997.

CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994. **Estudos Sociedade e Agricultura**, pp.11- 22. 1994.

CASTRO, Gustavo de. **Jornalismo literário: uma introdução**. Brasília: Casa das Musas, 2010.

CINTRÃO, Rosângela; HEREDIA, Beatriz. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, ano 9, n. 8, 2006, p. 01-28.

CHAPARRO, Carlos. “De como a ciência pode ajudar a notícia”. Midiamix – Assessoria de Imprensa. Disponível em: [www.midiamix.com/assessoria/nota2.htm](http://www.midiamix.com/assessoria/nota2.htm). Acesso em: 15 jun 2023.

CUNHA, Euclides da. **Rebellion in the Backlands**. Chicago: University of Chicago Press, 1944

DEERE, Carmen. Gênero, reforma agrária e contra reforma agrária na América Latina. In FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria; NOBRE, Miriam (Orgs.) **Gênero nas políticas públicas**. São Paulo: SOF, 2000, pp. 87 - 102

DEERE, Carmen. Diferenças regionais na reforma agrária brasileira: gênero, direitos à terra e movimentos sociais rurais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, nº18, pp. 112-146, 2002

DEERE, Carmen. Diferença de gênero em relação à bens: A propriedade fundiária na América Latina. **Sociologias**, nº 10, pp 100-153, 2003

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais na reforma agrária brasileira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004.

DEERE, Carmen, LASTARRIA-CORNHIEL, Susana; RANABOLDO, Claudia. **Tierra de mujeres: Reflexiones sobre el acceso de las mujeres rurales a la tierra en America Latina**. Bolívia, Fundación Tierra, 2011.

DUARTE, J. (orgs.), **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006, pp. 98-109.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução Coletivo Sycorax, São Paulo, Editora Elefante, 2017.

FERNANDES , José Carlos; DEL VECCHIO-LIMA, Myrian. O imaginário de viagem como rito de passagem em livros-reportagem por estudantes de Jornalismo. In: SOSTER, Demétrio de A.; PICCININ, Fabiana. **Narrativas Midiáticas Contemporâneas**: sujeitos, corpos e lugares. Santa Cruz do Sul (RS): Catarse, 2019. pp.357-375.

FRANCISCHETT, Leandra. A participação da mulher na Revolta dos Posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná. In: **Anais...** II Congresso Iberoamericano Nós Propomos! - Colégio Pedro II campus Realengo II, 2022. Disponível em: <<https://www.doity.com.br/anais/-CONGRESSO-IBEROAMERICANO%20N%C3%93S%20PROPOMOS!/trabalho/246363>>. Acesso em: 1 maio 2023

FRANCO, Renata Brasileiro. **O trabalho das mulheres camponesas e a desigualdade de gênero nos faxinais Marmeleiro de Baixo e Linha Paraná Anta Gorda, nos municípios de Rebouças e Prudentópolis/PR**. 2018. 137 f. Dissertação Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2018.

GADELHA, Renata R; RODRIGUES, Sandra M. R; MARQUES, Siomara A; ANDRIOLI, Antônio I. História das origens do Movimento de Mulheres Camponesas do Paraná (1981-2016). **Revista Ártemis**, Vol. XXIII nº 1; jan-jun, 2017. 180-195 pp.

GANDOUR, Ricardo. **Jornalismo em retração, poder em expansão**: a segunda morte da opinião pública. São Paulo: Summus, 2020.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GONÇALVES, Renata. Prefácio in: SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes**: mito e realidade. 3a ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido**: fundamentos da ciência dos jornais. Petrópolis: Vozes, 2011

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Apicuri, 2016.

HARTSOCK, John C. **A history of American Literary Journalism**: the emergence of a modern narrative form. Amherst: University of Massachusetts Press, 2000.

HECKMANN, Meg. Constructing the “Gender Beat: U.S. Journalists Refocus the News in the Aftermath of #MeToo, **Journalism Practice**, DOI: [10.1080/17512786.2021.1997151](https://doi.org/10.1080/17512786.2021.1997151)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro, p.1-267, 2006. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/>. Acesso em 03 de março de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro, p.1-267, 2017. Disponível em [https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo\\_agro/resultadosagro/pdf/pr.pdf](https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/pr.pdf). Acesso em 03 de março de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **Estatística de gênero: uma análise dos resultados do censo demográfico de 2010**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88941.pdf>. Acesso em 03 de março de 2023.

KAGEYAMA, A. (2004). Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, 21(3), 379-408.

KAGEYAMA, A. (2008). **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicações ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs

KNAPIK, Márcia (2005). **Movimento Popular de Mulheres do Paraná: 10 anos construindo a vida**. 1ª edição. Curitiba: Editora Gráfica Popular: Cefuria.

KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. **Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir**. São Paulo, Geração Editorial, 2004.

KRAMER, Mark. Breakable Rules for Literary Journalists. In: SIMS, Norman; KRAMER, Mark. (Eds.). **Literary journalism: a new collection of the best American nonfiction**. New York: Ballantine Books, 1995. p. 21–34.

KRAMER, Silvia Ana; ZANELLA, José Luiz. A participação da mulher na Revolta dos Posseiros. **Revista Faz Ciência**. V. 1. N. 1, Francisco Beltrão, pp. 115-120, 1997.

LAGARDE, Marcela. Claves feministas para el poderío y la autonomía de las mujeres. Nicarágua: **Puntos de Encontro**, 1991

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001

LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

LECHAT, Noelle Marie Paule. “**Relações de gênero em assentamentos do MST (RS): a participação da mulher na produção e reprodução em unidades familiares e coletivas**”. In: PRESVELOU, Clio; ALMEIDA, Francesca Rodrigues; ALMEIDA, Joaquim Anécio

(Orgs.). **Mulher, família e desenvolvimento rural**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1996. p. 93-116.

LEITE, Sérgio et alli (coord). **Impactos dos Assentamentos** – Um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Nead e São Paulo: Edunesp, 2004.

LEITE, Sérgio; CINTRÃO, Rosângela; CARARINE, Cloviomar. **Políticas agrárias, agrícolas e comerciais e seu rebatimento sobre a agricultura familiar no contexto nordestino**. Relatório de Pesquisa – Convênio CPDA/UFRRJ-Redes-Intermón-Oxfam-Oxfam GB-Novib. (CD Room). 2004

LIMA, Edvaldo Pereira. **Jornalismo literário para iniciantes**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014

\_\_\_\_\_. **Páginas Ampliadas, o Livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. Barueri: Manole, 2009

LIMA, Raphael Augusto Mendonça. **Direito Agrário**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

LOBATO, A. M. JOSÉ. Jornalismo e narratividade em sintonia: um percurso teórico-conceitual pelos elementos da grande reportagem. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, volume 13, nº , p. 66-77, julho a dezembro de 2016.

LONGHI, Raquel Ritter; WINQUES, Kérley. The place of longform in online journalism: quality versus quantity and a few considerations regarding consumption. **Brazilian Journalism Research**, v.11, n.1, p.104 – 121, 2015.

LOSITO, Lucila. **Mulheres de Terra e Água**. São Paulo: Elefante Editora, 2022.

MACIEL, Alexandre. Z. **Narradores do contemporâneo: jornalistas escritores e o livro-reportagem no Brasil**. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

MAGNANI, José Guilherme C. De Perto e de Dentro: notas para uma etnografia urbana. **Rev. bras. Ci. Soc.** vol.17 no.49 São Paulo, Junho de 2002.

MAIA, Marta Regina. **Quadros radiofônicos: memórias da comunidade radiouvinte paulistana (1930-1950)**. 2003. Tese (Doutorado em Comunicação) Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo.

MARTINEZ, Monica. O jornalista-autor em ambientes digitais: a produção da jornalista Eliane Brum para o portal da Revista Época. **Comunicação Midiática**, v. 9, n. 1, p. 56-77, 2014.

MARTINEZ, Monica. **Jornalismo literário: tradição e inovação**. Florianópolis: Insular, 2016a.

MARTINEZ, Monica. Reflexões sobre Jornalismo e História Oral: um campo com mais convergências do que dissonâncias. **Revista Observatório**, v. 2, n. 1, p. 75, 1 de maio de 2016b.

MARTINEZ, Monica. Jornalismo Literário: revisão conceitual, história e novas perspectivas. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 40, n. 3, p. 21-36, dez. 2017.

MARTINEZ, Monica. Reflexões sobre jornalismo literário e cotidiano. **Mídia e Cotidiano**, v. 16, n. 1, p. 1-20, dez. 2021.

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano**. São Paulo: Summus, 2003

MEDINA, Cremilda Celeste Araújo de. **Ato presencial, mistério e transformação**. São Paulo: Casa da Serra, 2016.

MEHRTENS, A. Methode/ Methodologie (Método/Metodologia). In: SANDKÜHLER, H. J. **Enzyklopädie Philosophie**. Hamburg: Felix Meiner, 1999.

MESQUITA, Ana C. Mulheres do campo e o acesso à terra como caminho de garantia de direitos. **Cadernos de Agroecologia - Diálogos Convergências e divergências: mulheres, feminismos e agroecologia**, v. 16, n. 1, 2021.

NAVARRO, Zander. Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990". In: NAVARRO, Zander (Org.). **Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996. p. 62-105.

NEVEU, E. **Sociologia do Jornalismo**. Porto, Porto Editora, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA, **Women in agriculture: closing the gender gap**. Roma, 2016. Disponível em: [https://www.academia.edu/9661988/WOMEN\\_IN\\_AGRICULTURE\\_CLOSING\\_THE\\_GENDER\\_GAP](https://www.academia.edu/9661988/WOMEN_IN_AGRICULTURE_CLOSING_THE_GENDER_GAP). Acesso em 02 de março de 2023.

PAULA, Fernanda; CHAGURI, Mariana. **Titulação conjunta da terra e o protagonismo das mulheres na conquista e direitos no campo**. 2018. Disponível em:

<[https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor\\_2018/0/8\\_Fernanda\\_Paula.pdf](https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2018/0/8_Fernanda_Paula.pdf)>. Acesso em: 15 abril. 2023.

PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres Rurais**: quatro décadas de diálogo. Florianópolis: ed. Da UFSC, 2016. 383 p.

PAULILO, Maria Ignez; SILVA, Cristiane (2007). A Luta das Mulheres Agricultoras: entrevista com Dona Adélia Schmitz”. **Estudos Feministas**, n. 15, 240: p. 399-417, mai-ago.

PAULINO, Roseli Aparecida Figaro.; NONATO, Cláudia; GROHMANN, Rafael. **As mudanças no mundo do trabalho do jornalista**. São Paulo: Salta/Atlas, 2013.

PERUZZO, Cicilia Maria Khroling. Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa-ação. **Estudios sobre las culturas contemporáneas**, v.XXIII, n.Especial III, p. 161–190, 2017.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A Queiroz Editor, 1991.

RAGO, Margareth. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs.). **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

ROCHA, Paula; XAVIER, Cíntia. O livro-reportagem e suas especificidades no campo jornalístico. **Revista Rumores**, volume 7, nº 14, julho a dezembro de 2013.

ROCIO, Lais; HENRIQUES, Rafael. **Jornalismo e violência contra mulheres**: o livro-reportagem do #MeToo e o sentido político da quebra de silêncio. In: Líbero, n. 48, p. 31-50, maio/ago. 2021

SAFFIOTI, H. **Força de Trabalho Feminina no Brasil**: no interior das cifras. Perspectivas, São Paulo, 8:95-141, 1985.

SAFFIOTI, H. **Gênero Patriarcado Violência**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015 (2004).

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes**: mito e realidade. Heleieth Saffioti. 3a edição. São Paulo: Editora expressão popular, 2013 [1969]

SALES, Celecina. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Revista Estudos Feministas**. 2007;15(2):437-43.

SANTOS, Aline Maiara Demétrio; WEDIG, Josiane Carine; CORONA, Hieda Maria Pagliosa. Da Igreja à luta’: trajetórias políticas de mulheres agricultoras do Sudoeste do Paraná. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 2, 67222, 2021.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimos a notícia**: uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis (RJ): Vozes, 2010.

SILIPRANDI, E; CINTRÃO R. **Pesquisa Participação das Mulheres no PAA** – Quinto Produto – Análise quantitativa das modalidades operacionalizadas pelo MDS. S/I, Relatórios de Consultoria nº 1-9, dez/2009 a nov/2010.

SILVA, V. et al. Perspectivas acerca de Assessoria Jurídica Popular: novo projeto institucional do MAJUP Isabel da Silva. **Revista InSURgência**, v. 2, n. 2447-6684, 2016.

SILVA, Thaís Gomes; ALMOZARA, Paula Cristina Somenzari. Percursos autoetnográficos pelo Ser(tão) Imaginário: caboclas-brabas e a identidade brasileira. **Geograficidade**, v. 9, n. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/29067>. Acesso em: 2 nov. 2022.

SILVA, Gabriela Bernardes; MENDES, Paula Pontes Estevane. As relações de gênero na agricultura familiar: a comunidade Ribeirão no município de Catalão (GO). In: NEVES, Adriana Freitas; FERREIRA, Idelvone Mendes; PAULA, Maria Helena de; ANJOS, Petrus Henrique Ribeiro dos (Org.). **Coletânea interdisciplinar em pesquisa, pós-graduação e inovação** 1. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2015. v. 1, p. 229-40.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de Reportagem**: notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus, 1986.

STEGE, A. (2011). **Desenvolvimento rural nas microrregiões do Brasil**: um estudo multimensional. (Dissertação de mestrado). Maringá: Universidade Estadual do Paraná.

SPONHOLZ, L. **Jornalismo, conhecimento e objetividade**: além do espelho e das construções. Florianópolis, Insular, 2009.

STRATHERN, Marilyn. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Ubu Editora, 2018

TAVARES, Lucas. **O traçado das redes**: etnografia dos grafiteiros e a sociabilidade na metrópole.. 2006. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

TEIXEIRA, Zuleide Araújo (coord). Perspectiva de Gênero na Produção Rural. **Estudos de Política Agrícola** n. 22. Documentos de Trabalho). Brasília: Ipea/Rio, jun/1994. 85pp.

THOMPSON, Alistair. Reconstituindo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias, **Revista Programa de Estudos pós-graduados em História** (Ética e História Oral), nº 15, São Paulo

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**— História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRAVANCAS, Isabel. Fazendo etnografia no mundo da comunicação. In BARROS, A. e DUARTE, J. (orgs.), **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006, pp. 98-109.

VILAS-BOAS, Sergio. **Biografismo**: reflexões sobre as escritas da vida. São Paulo: Unesp, 2008.

WILSHIRE, Donna. Os usos do mito, da imagem e do corpo da mulher na re-imaginação do conhecimento. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Record, Rosas dos Tempos, 1997. p. 101-125.

WOLF, M. **Teorias da comunicação**. Lisboa, Editorial Presença, 1995.

WOLFE, T. **The New Journalism**. Londres, Picador, 1975.

ZANETTI, Edson L; ZANETTI, Paulo F. **A reforma agrária como instrumento de efetivação dos direitos fundamentais**. 2017

# Mulheres e Terra

Histórias de vida e resistência no campo



Mayala Fernandes

# **Mulheres e Terra**

**Histórias de vida e resistência no campo**

**Mayala Fernandes**

**ORIENTAÇÃO** Profa. Dra. Myrian Del Vecchio  
**PROJETO GRÁFICO** Davi de Sousa

Livro-reportagem produzido como requisito à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso de Jornalismo pela Universidade Federal do Paraná.

<b>Apresentação: Um livro para escutar e refletir</b>	<b>9</b>
<b>A luta pelo reconhecimento das mulheres como trabalhadoras rurais</b>	<b>17</b>
Luciana e Zelide: Lideranças sociais e políticas do Sudoeste	31
<b>As mulheres do campo e a luta pela terra e pelo território</b>	<b>47</b>
Jeniane: Os caminhos da luta por terra e dignidade	61
Cleide: Uma vida entre trabalho e esperança	75
<b>A emancipação econômica da mulher do campo</b>	<b>83</b>
Maria Aparecida: A força da agricultura familiar e orgânica	93
Maria Aparecida: Uma vida de dependência encontra na produção orgânica a sua liberdade	105
<b>Ficar ou partir? A juventude no campo e a ausência de futuro</b>	<b>115</b>
Thayz: A vida entre o campo e a cidade	127
Cristiane: Uma jovem liderança para o futuro da agricultura familiar	137
<b>O feminismo camponês popular e desigualdade de gênero</b>	<b>149</b>

*Olha o dia nascendo! E nós mulheres renascemos com o sol de março. Enquanto o povo vai acordando, já estamos ao pé do fogo, que lentamente transforma água em café, a massa em cuscuz, o arroz em baião, o pensamento em palavras e gritos e lutas. Estamos despertas.*

Carta aberta de amor e de luta  
das Mulheres Sem Terra, 2022

**Um livro para  
escutar e refletir**

Nasci rodeada por mulheres. Na minha família, as mulheres sempre foram a maioria. Cada uma, à sua maneira, carrega consigo uma força inigualável, um cuidado sem limites, um carinho que acalenta a alma e um poder que parece mover montanhas. As mulheres que fazem parte da minha vida marcaram minha existência de forma profunda, deixando rastros de coragem, resistência e amor.

Com o passar do tempo, percebi que estava cercada não apenas por mulheres, mas por agricultoras. Elas, as mulheres do campo, sempre foram minha inspiração. Minhas primeiras memórias são permeadas pelas histórias que minha mãe contava, de um tempo em que era criança na roça. Falava de brincadeiras inocentes, de risos soltos, de mesas fartas e de uma vida em comunhão com a terra, mas também do árduo trabalho que essa vida exigia. Desde cedo, o mundo rural exerceu um fascínio sobre mim, encantando-me com suas paisagens, mas também desvelando as cicatrizes que a vida no campo pode deixar.

Foi assim, através da escuta atenta, que as palavras dessas mulheres atravessaram meu corpo antes mesmo de tocarem o papel. Este não é apenas um livro para ser lido, mas um convite a escutar. A escrita aqui se torna uma extensão da vida, um testemunho das histórias dessas mulheres — histórias de conquistas, de desafios, de desigualdades de gênero que se revelam no silêncio dos campos e no eco das lutas por justiça.

Para mergulhar nesse universo, foi preciso descolonizar meus ouvidos, despir-me dos conceitos pré-estabelecidos, abandonar as ideias que projetava sobre essas mulheres antes mesmo de ouvi-las. Eu precisava estar presente de verdade, deixando-me guiar pelas narrativas que surgiam diante de mim. Enquanto minhas mãos deslizavam pelo teclado, as delas estavam ocupadas em suas lidadas diárias — segurando enxadas, cuidando da casa, lutando por mais direitos e dignidade.

A relação ancestral que essas mulheres mantêm com a terra e a desigualdade que enfrentam diariamente no campo me chamaram atenção desde a infância. Sempre observei como eram fundamentais para a vida rural e, ao mesmo tempo, invisibilizadas por seus parceiros e comunidades. De mãos dadas, ainda que fisicamente separadas entre o Sudoeste e Norte do Paraná, essas mulheres são faróis que iluminam histórias de resistência, desafios e vitórias.

O recorte específico para mulheres do campo vinculadas à agricultura familiar foi escolhido porque elas representam, de forma singular, a luta diária pela sobrevivência e dignidade em um contexto marcado por desafios socioeconômicos e desigualdades estruturais. Diferentemente das empreendedoras bem-sucedidas ou proprietárias de grandes extensões de terra, essas mulheres convivem diretamente com as exigências do trabalho agrícola, o manejo de animais e a gestão doméstica, enquanto enfrentam as barreiras impostas pelo patriarcado e a invisibilidade social. Esse recorte busca ampliar a voz daquelas que, apesar de fundamentais na manutenção da agricultura familiar, permanecem às margens das narrativas dominantes.

Conheci Luciana e Zelide em Francisco Beltrão, durante uma viagem anterior organizada pela Assesoar, uma instituição que se dedica a apoiar os direitos das mulheres no campo. Elas surgiram em minha vida enquanto eu pesquisava para um documentário sobre a correlação entre a exposição a agrotóxicos e os casos de câncer de mama na região. Essas duas mulheres me abriram as portas para entender as primeiras conquistas das agricultoras. Suas trajetórias incansáveis são uma inspiração para as gerações que acreditam na capacidade das mulheres do campo de ocupar espaços que sempre lhes foram negados.

Foi através da Assesoar que também conheci Jeniane. Filha de pais sem-terra, ela presenciou, ainda criança, um

dos maiores acampamentos do MST no Paraná. Suas memórias são um testamento sincero e sensível de uma infância moldada pela luta por um pedaço de terra e por dignidade. Cleide, outra mulher aguerrida, cruzou meu caminho em minha cidade natal, Ribeirão do Pinhal, no Norte do estado. Sua história, entre ocupações e a conquista de um espaço próprio para cultivar, revela a grandiosidade de possuir um pedaço de chão para chamar de seu.

Duas outras mulheres, ambas chamadas Maria Aparecida, me ensinaram sobre a importância da agricultura familiar e da produção de alimentos orgânicos. Maria Aparecida Barbosa, com sua dedicação em plantar, colher e distribuir alimentos saudáveis, acendeu em mim a esperança de um futuro mais agroecológico. Já Maria Aparecida da Silva Tomba, com suas palavras de desabafo, expôs a crueza de uma vida marcada pela dependência e pela voz sufocada por um patriarcado que ainda se impõe no campo.

Thayz, com sua juventude vibrante, trouxe à tona os dilemas dos jovens que precisam decidir entre permanecer na terra ou buscar outros horizontes. Sua mãe, Eliana, trouxe profundidade a essa narrativa ao compartilhar uma história velada, mas ainda dolorosamente presente: a violência que assombra os lares rurais. Por fim, Cristiane, uma jovem agricultora que conheci em 2022 em Francisco Beltrão, trouxe um alento de esperança com seu engajamento político e sua determinação em transformar a

realidade do campo. Foram mais de duas horas de conversa, mas sua paixão pela vida comunitária e pela luta coletiva por direitos permanece comigo.

Cada uma dessas mulheres me ajudou a revisitar memórias de histórias que já ouvi tantas vezes em casa. Elas me ensinaram o que significa ser mulher no campo, e que o caminho para romper as correntes do patriarcado rural ainda é longo. Trazer essas histórias à tona, para que mais pessoas possam conhecê-las, é mais do que um ato político — é um compromisso ético, um dever estético, um chamado humano.

Assim, ao lançar estas palavras-sementes ao mundo, espero que este livro se torne uma ferramenta para abrir diálogos, para cultivar empatia, para inspirar reflexões. De mãos dadas com a fortaleza dessas mulheres, desejo que suas vozes ecoem e sejam ouvidas como merecem. Que estas páginas possam refletir um vislumbre da potência e dos desafios enfrentados por esses seres políticos que, apesar de tantas vezes silenciados, continuam a tecer a trama da história brasileira com coragem e determinação.

**A luta pelo  
reconhecimento  
das mulheres como  
trabalhadoras rurais**

Escondida naquele que alguns chamam de Paraná profundo, entre os campos de soja, os rebanhos de gado, os pés de café, as hortas orgânicas e os remanescentes da Mata Atlântica, está a mulher do campo paranaense. Seu rosto, marcado pelo sol e pelo vento, carrega histórias de luta e resistência. Cada ruga é um traço de uma jornada que começou com suas avós e se perpetua com as suas netas.

A mulher do campo é uma figura de força silenciosa e presença marcante. Sua voz, embora suave, carrega a firmeza de quem conhece cada pedaço de terra como a palma da mão. É ela a base de sua família, responsável pela educação dos filhos, pelos serviços domésticos e, muitas vezes, pelo trabalho na lavoura.

Essa mulher, embora potente e soberana de uma sabedoria ancestral, costuma ser invisibilizada e silenciada. Escondida na sombra do seu companheiro, pai ou irmão. Muitas das mulheres do campo ficam à sorte do homem da casa, inseridas em um ambiente mais patriarcal do que nas cidades: no cenário rural, as mulheres se defrontam com conflitos e barreiras culturais ainda mais enraizadas quando o assunto é a busca pela igualdade de direitos – as mulheres do campo precisaram se organizar com disciplina, paciência e sagacidade para conquistarem seus direitos.

A desigualdade de gênero no meio rural brasileiro se apresenta ao lado de um conjunto de outras questões sociais, que se estabelecem, ao longo do tempo, quando se compara a população rural e a urbana, por exemplo. Para identificar as disparidades que permeiam a vida das mulheres do campo, é essencial considerar as condições de vida e o acesso a políticas públicas nas zonas rurais.

Historicamente, as populações do campo obtiveram acesso a direitos trabalhistas e políticas públicas de forma bastante tardia em relação às urbanas. Enquanto a legislação trabalhista urbana foi estabelecida na década de 1940, apenas no final da década de 1960, cerca de 30 anos depois, foi promulgado o [Estatuto do Trabalhador Rural](#). Além disso, o acesso dos trabalhadores rurais a políticas de cobertura previdenciária, educação e infraestrutura também foi retardado.

O reconhecimento previdenciário dos trabalhadores rurais remonta a 1963, com a criação do Estatuto do Trabalhador Rural e do Fundo de Assistência do Trabalhador Rural (Funrural). No entanto, esse reconhecimento era restrito aos trabalhadores com carteira assinada e autônomos, classificados como “segurados especiais”, que não precisavam contribuir para garantir o benefício. A categoria incluía atividades como a agricultura familiar e a de subsistência. Durante muitos anos, esses direitos eram concedidos apenas ao “chefe de família” ou “arrimo” – termo usado para designar a pessoa responsável pelo sustento da família. As mulheres

seguradas especiais perdiam o direito aos benefícios ao se casarem, e aquelas com carteira assinada recebiam valores inferiores aos pagos ao “chefe de família”. Além disso, não havia reconhecimento da dupla jornada de trabalho das mulheres e nem do aleitamento materno.

Neste cenário histórico de desigualdades entre a população rural e urbana no Brasil, a mulher do campo foi ainda mais afetada e teve que lutar muito por políticas públicas e reconhecimento como trabalhadora rural – antes de conquistar esse reconhecimento elas eram nominadas como “do lar”, “donas de casa” ou “domésticas”. O Censo Agropecuário de 1980, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que 88% das mulheres do campo no Brasil eram declaradas como “membros não remunerados da família”.

Até a promulgação da Constituição Federal de 1988, a vida das mulheres do campo permanecia invisível aos olhos da sociedade e do Estado. Foi esse marco legal que finalmente trouxe à tona a luta por igualdade e reconhecimento dessas trabalhadoras rurais, garantindo-lhes os direitos de cidadania que haviam sido historicamente negados. O [artigo 226, §5º](#), reconheceu a igualdade de direitos entre homens e mulheres na família; e o [artigo 189, parágrafo único](#), estabeleceu a igualdade de direitos entre homens e mulheres na obtenção de título de domínio ou de concessão de uso de terras para fins de reforma agrária.

A Constituição assegurou não apenas o reconhecimento formal de seu papel no campo, mas também abriu caminho para a conquista de direitos trabalhistas e previdenciários, fundamentais para a dignidade e a autonomia dessas mulheres, que até então se viam à margem das políticas públicas. No entanto, essas conquistas esbarraram em obstáculos como a falta de documentos e escolaridade.

## Luta pelo reconhecimento no Paraná

No Paraná, as agricultoras da região Sudoeste foram as pioneiras na organização política rural. Luciana Rafagnin, 59, atual deputada estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT), é um exemplo dessa trajetória de mobilização. Agricultora familiar, sem-terra e única mulher na Câmara de Vereadores do município de Francisco Beltrão em 1993, ela conta que foram muitos os dias em que chorou sozinha e sentiu vontade de desistir, mas manteve-se na luta por acreditar na necessidade de transformação.

Luciana recorda que, no período anterior à Constituição de 1988, as mulheres do campo começaram a se mobilizar no movimento sindical em busca de direitos previdenciários, licença maternidade e auxílio-saúde. “A profissão não era reconhecida. Lutamos para que as mulheres fossem vistas como trabalhadoras rurais”, afirma. Foram realizadas manifestações, ocupações de ministérios e conversas com deputados para garantir o reconhecimento dessas agricultoras.

A luta pelos direitos das mulheres foi intensificada nesse período, impulsionada por eventos globais como as conferências mundiais, a aprovação da *Década da Mulher* (1975-1985) e o *Ano Internacional da Mulher*, em 1975. Na segunda metade da década de 1980, as trabalhadoras rurais começaram a conquistar espaços políticos, reivindicando sindicalização, documentação, direitos previdenciários e participação política.



Em 1985, foram realizados doze encontros de trabalhadoras rurais em várias regiões do Brasil. No ano seguinte, em novembro de 1986, aconteceu o primeiro Encontro Nacional de Trabalhadoras Rurais em Brasília, consolidando a força e organização dessas mulheres na busca por seus direitos.

Esse processo organizativo marcou o despertar das trabalhadoras rurais, que perceberam a importância de reivindicar seus direitos.

**“A mulher agricultora é a primeira a se levantar e a última a se deitar. Elas se deram conta de que não estavam sendo valorizadas”,**

relembra Luciana. A mobilização cresceu, e muitas agricultoras se uniram à luta.

Com o reconhecimento das mulheres do campo como trabalhadoras no final da década de 1980, novos desafios surgiram, como a falta de documentação básica que impedia o exercício pleno da cidadania. Pensando nisso, a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR) lançou a campanha “Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documento”, em 1995, essencial para garantir os direitos trabalhistas e previdenciários das mulheres do campo.

Ao lado de Luciana, Zelide Cattelan Possamai, 71, foi outra personagem importante nessa história. Como parte da organização do movimento de agricultoras da região Sudoeste do Paraná, elas realizaram campanhas e mutirões para a emissão do Cadastro de Pessoa Física (CPF), o Registro Geral (RG) e o bloco do produtor rural, a carteira de trabalho de quem trabalha no campo.

No Paraná, muitas mulheres viviam sem documentação, utilizando o CPF de seus maridos para realizar compras ou se cadastrar em programas do governo. A ausência de documentos refletia a invisibilidade delas na sociedade. Zelide relembra como essa realidade começou a mudar quando as trabalhadoras rurais se mobilizaram para exigir seus direitos.

Uma manifestação marcou a campanha – em marcha organizada, a mulherada caminhou da sede do sindicato dos trabalhadores rurais até a prefeitura de Francisco Beltrão, em um movimento de exigência de que todos os documentos fossem emitidos naquela mesma tarde.

Com os documentos em mãos, essas mulheres saíram de uma posição de dependência e viram que a organização e a luta levam à conquista de direitos. “Essas conquistas deram vida nova para as mulheres, hoje em dia muitas delas não se lembram o quanto tivemos que lutar para a conquista desses direitos”, afirma Luciana Rafagnin.

Nos anos seguintes, as trabalhadoras rurais ampliaram sua participação em encontros, seminários e campanhas voltadas para temas como violência contra a mulher, mortalidade materna e direitos constitucionais. Esses eventos passaram a ser marcos importantes na trajetória das mulheres do campo, que se fortaleceram politicamente e começaram a exercer plenamente o direito de se expressar, propor e reivindicar.

Ao longo da década de 1990, por meio de campanhas de conscientização, conquistas importantes começaram a ser implementadas. Em 1992, foi ampliado o benefício por acidente de trabalho aos trabalhadores rurais, e, em 1994, foi assegurado o direito ao salário-maternidade. As leis nº 8.212/1991 (Lei de Custeio da Seguridade Social) e a Lei 8.213/1991 (Lei de Benefícios da Previdência Social) representaram marcos ao equiparar os direitos previdenciários dos trabalhadores rurais aos dos urbanos. Essas conquistas só foram possíveis após anos de luta, especialmente para o reconhecimento da dupla jornada das mulheres e da invisibilidade do trabalho feminino no campo.

“Quando as primeiras agricultoras começaram a receber o salário maternidade foi uma alegria. O mesmo aconteceu com o auxílio-doença. Antes, a gente ficava doente e não tinha dinheiro para ir ao médico, tínhamos apenas chás e coisas caseiras. Com o auxílio estávamos mais amparadas”, conta Zelide.



Grupo de mulheres do campo de Francisco Beltrão. Foto: Arquivo Pessoal



“Toda essa luta mudou a vida das mulheres do campo, principalmente na questão da autoestima – a partir do momento em que elas conseguem se aposentar a autoestima melhora muito, porque estão recebendo por aquele trabalho que realizaram a vida toda, mas que antes não era reconhecido”, diz Luciana.

**LUCIANA E ZELIDE**

**Lideranças sociais e  
políticas no Sudoeste  
do Paraná**



### **LUCIANA GUZELLA RAFAGNIN**

Nascida no Rio Grande do Sul, cresceu em Francisco Beltrão, Paraná, onde a vida no campo e a atuação da Igreja Católica moldaram sua visão de mundo. Inspirada pela Comissão Pastoral da Terra, engajou-se na luta por justiça social e pelos direitos das trabalhadoras rurais. Em 1993, tornou-se a única mulher na Câmara de Vereadores da cidade, marcando sua trajetória como liderança feminina no meio político e sindical.



### **ZELIDE CATTELÁN POSSAMAI**

Entre as plantações e as reuniões sindicais, Zelide encontrou seu propósito: lutar pelos direitos dos trabalhadores rurais. Primeira mulher a presidir o sindicato em Francisco Beltrão, enfrentou preconceitos e desafiou tradições, equilibrando a vida no campo com a liderança sindical.

Luciana Guzella Rafagnin, nascida no Rio Grande do Sul em 1965, mudou-se com a família para Francisco Beltrão ainda criança. Criada no ambiente rural, onde a Igreja Católica exercia forte influência na vida dos pequenos agricultores, ela cresceu imersa na cultura do campo e nas atividades comunitárias

Zelide Cattelan Possamai, por sua vez, nasceu em Santa Catarina em 1953 e também migrou para o Sudoeste paranaense na infância, onde a militância sindical de seu pai moldou seu engajamento político social, especialmente no Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). Segundo ela, a militância política “deve ser de sangue”, uma vez que seguiu os passos do seu pai na luta sindical.

Luciana Rafagnin e Zelide Possamai são exemplos de mulheres que, na década de 1980, se destacaram na luta pelos direitos das trabalhadoras rurais no Paraná. Suas experiências pessoais e coletivas ajudam a traçar um panorama da luta das agricultoras pela igualdade de direitos.

Elas narram suas jornadas, marcadas por obstáculos e preconceitos, seja pela condição de mulheres no meio rural, seja por serem agricultoras em uma sociedade patriarcal. Como lideranças, suas ações sempre estiveram voltadas para as questões das mulheres trabalhadoras e da agricultura familiar. O reconhecimento de suas vozes e o espaço conquistado foi resultado de uma luta constante contra a discriminação e o machismo que permeavam o cotidiano rural.

Ambas encontraram na Igreja Católica o ponto de partida para a militância. A igreja, naquela época, era um espaço onde as mulheres agricultoras podiam se reunir e se organizar, muitas vezes utilizando sua influência para legitimar a participação feminina fora do lar. Esse espaço, que servia de refúgio e encontro, foi fundamental para que elas dessem os primeiros passos na luta por direitos no campo.

“Na época, o único lugar que as mulheres podiam ir era na catequese e cursos na igreja, mas o machismo era muito forte, e muitas não conseguiam frequentar. Foi lá que eu aprendi o que era sindicalismo”, conta Zelide.

No Sudoeste do Paraná, a Igreja Católica desempenhava um papel central na vida das comunidades rurais, especialmente para as mulheres. Além das práticas religiosas, era um espaço de lazer e sociabilidade. As organizações de mulheres tiveram influência e orientação de padres belgas

que chegaram à região na década de 1960, instituindo um trabalho de evangelização e formação política das famílias agricultoras. O movimento de agricultoras foi apoiado pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), e passaram a questionar as injustiças sociais e de gênero no espaço rural.

A **Teologia da Libertação**, que surgia na época, trouxe uma nova perspectiva para a sociedade em que os clérigos deixavam de ter uma posição conservadora – que é marca da sua relação colonial com os povos –, passando a incentivar movimentos sociais do campo.

A Teologia da Libertação é uma corrente teológica que nasceu na América Latina nos anos 1960 e defende o compromisso da Igreja com a justiça social. Ela propõe que a fé cristã esteja ligada à defesa dos pobres e oprimidos, incentivando a transformação das estruturas sociais para combater a desigualdade e a exclusão.

Zelide lembra que essa aproximação entre a igreja e o sindicalismo se intensificou ao longo dos anos. “Se tornou comum as lideranças da igreja se aproximarem do sindicato. Um padre chegou a me dizer em tom de brincadeira: ‘Vocês estão tirando todos os nossos ministros para ir aos sindicatos’. A maioria sabia que tinha que ir para a luta, mas a igreja sempre apoiou”, conta Zelide.

Com o tempo, Zelide trocou a função de ministra da eucaristia pelas reuniões sindicais. Sua dedicação e liderança resultaram em uma conquista histórica: ela se

tornou a primeira mulher a presidir o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão, com dois mandatos de 1993 e 2000. “No início foi muito difícil. Eu morava e trabalhava na roça, tinha duas crianças pequenas. Todos me diziam para parar de sair tanto e ficar mais tempo com minha família, mas eu sentia que meu propósito era outro”, relembra. “As pessoas me perguntavam:

**‘Não tinha um homem para ser presidente do sindicato, sobrou apenas você?’”, conta.**

Assim como Zelide, Luciana Rafagnin cresceu com uma forte ligação com a Igreja Católica. Ainda jovem, envolveu-se com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), uma relação que moldou suas primeiras percepções sobre justiça social e a luta pelas trabalhadoras rurais. No entanto, foi ao lado de seu companheiro que Luciana deu os primeiros passos nas pautas sindicais e na militância política.

Ela recorda que o movimento de conhecimento das mulheres como trabalhadoras rurais foi um marco em sua trajetória. Durante essas mobilizações, percebeu a importância de ter trabalhadores rurais nos cargos políticos. A falta de entendimento sobre as dificuldades do trabalho no campo, sem direitos ou reconhecimento, era evidente nas esferas de decisões. Esse despertar impulsionou Luciana a buscar espaço na política.

Nos anos 1990, ela participou da Coordenação Regional de Mulheres da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf) e, em 1989, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT). Foi vereadora em Francisco Beltrão por dois mandatos seguidos, de 1993 a 2000, e, posteriormente, deputada estadual por quatro legislaturas, de 2001 a 2014. Atualmente, ocupa novo mandato no cargo de deputada estadual.

“Quando as mulheres do movimento começaram a me incentivar a disputar as eleições, fiquei com muito medo”, relembra. “Nós, mulheres, pensamos muito antes de tomar uma decisão. Foi uma escolha difícil, mas no fundo eu sabia que era o momento certo”.

Luciana enfrentou desafios ao ser a única mulher na Câmara de Vereadores de Francisco Beltrão em 1993, um cenário que refletia as barreiras enfrentadas por mulheres na política. Mesmo nas eleições municipais de 2000, o Paraná elegeu apenas 10% de mulheres para os cargos municipais. No mesmo ano, em Francisco Beltrão, foi eleita apenas uma mulher vereadora entre 14 homens. Nas eleições de 2024, 34% das candidaturas foram femininas e apenas 17% foram eleitas. As informações são do portal de dados abertos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

“Eu já sofri muito preconceito na política, não só pelos homens. A minha liderança foi questionada inúmeras

vezes e me comparavam com outros políticos. As pessoas acham que política não é um espaço de mulher”, diz Luciana. A resistência à presença das mulheres rurais em espaços de representação política está enraizada em estereótipos difundidos em várias regiões, onde seu trabalho é visto como limitado às funções domésticas, como o cuidado da casa, dos filhos, dos idosos e dos doentes. Além disso, elas também são responsáveis pelo preparo da comida, manutenção de hortas e cuidado com pequenos animais. Esse contexto reforça a ideia de que o papel da mulher no campo deve ser restrito ao ambiente doméstico, desqualificando sua atuação no espaço público e nas instâncias de decisão política, onde sua participação é frequentemente desvalorizada ou ignorada.

Zelide também precisou superar obstáculos semelhantes. Mãe de dois filhos e casada, assumiu a presidência do sindicato em uma época em que era raro mulheres em posições de liderança. Sem transporte entre as comunidades rurais e a cidade, ela passava a semana longe de casa, enquanto seu marido cuidava das crianças, da casa e da propriedade. “Ele cozinhava, lavava e cuidava da casa enquanto eu estava fora”, conta ela.

A atitude do companheiro despertou críticas na comunidade. O estado do Paraná reproduz, territorialmente, as bases culturais e políticas que o caracterizam como uma sociedade patriarcal. Comportamentos machistas e

preconceituosos podem ser intensificados em determinadas regiões e contribui para a reprodução da disparidade de gênero, atingindo em maior parte mulheres, mas homens também são vítimas. “As pessoas da comunidade perguntavam para meu marido: ‘Como você deixa sua mulher ficar fora mesmo com criança para cuidar?’”, lembra. “O chamavam de um monte de coisas que hoje podem dar cadeia”.



Zelide Possamai foi a primeira presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão. Foto: Arquivo Pessoal

Ela conta que eram poucas as mulheres que conseguiam participar do espaço político. “A mulher tinha que cuidar dos filhos, fazer o serviço da casa, tirar leite. Qual é o homem que ia cuidar das crianças para a mulher ir para uma reunião?”. Por isso, o apoio do marido foi fundamental para sua atuação no sindicato.

Na liderança do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão por sete anos, Zelide promoveu ações que beneficiaram diretamente as trabalhadoras rurais. Ela organizou cursos para geração de renda, como bordado, crochê e fabricação de produtos alimentícios, e lutou pela documentação das mulheres.

“Eu realizava muitas reuniões nas comunidades e quando falava que as mulheres iriam ter bloco de produtor rural nos seus nomes, aposentadoria, salário maternidade, ninguém acreditava. Com o tempo, começamos a conquistar coisas que muitas não acreditavam”.

Um marco em sua trajetória foi a mobilização para a construção do Hospital Regional do Sudoeste (HRS). “Um dia, fizemos uma mobilização pela saúde, que era muito ruim na região. Na época não tínhamos unidades do Sistema Único de Saúde (SUS). Só havia hospitais particulares e a gente não podia pagar”, diz.

Foi o movimento de mulheres do campo que liderou a luta pela construção do hospital. O município de Francisco Beltrão não contava com UTI neonatal na época, por exemplo, e precisava levar grávidas até a capital, Curitiba, que fica a mais de 500 quilômetros e seis horas de distância de carro. Tratamentos de alta complexidade também exigiam a ida à capital e a população permanecia negligenciada e dependente de uma estrutura sucateada e sem acesso ao SUS.

A primeira grande manifestação pela construção do hospital ocorreu em 1996. Após meses de mobilizações e campanhas para arrecadação de dinheiro, realizadas principalmente através das igrejas, o movimento conseguiu locar ônibus que transportaram cerca de 10 mil mulheres agricultoras para a cidade de Francisco Beltrão. “Fizemos um *banner* enorme e cerca de cinco mil mulheres assinaram”, relembra Zelide. “Depois chamamos o prefeito da cidade, a vice-governadora e o secretário estadual da Saúde e entregamos o abaixo-assinado”, diz.

A partir de 1999, a luta pela construção do Hospital Regional do Sudoeste ganhou força com a entrada de Luciana Rafagnin no Legislativo paranaense como suplente. “Minha primeira ação foi apresentar o Projeto de Lei PL 653/1999, que deu origem à Lei 13.199/2001, ainda no governo de Jaime Lerner”, explica Luciana. Essa legislação autorizou o início das obras do hospital, sancionada em 2001. No entanto,

as tratativas para a construção só avançaram em 2003, com a eleição de Roberto Requião (PMDB) como governador.

O HRS foi inaugurado no dia 26 de fevereiro de 2010 e hoje atende os 42 municípios das 7ª e 8ª Regional de Saúde do Paraná. Nos 10 primeiros anos de atendimento, o número de partos realizados no HRS teve um crescimento de 766%, passando de 145 para 1.256. “Hoje temos um hospital de ‘primeiro mundo’. Tive uma bisneta que nasceu ali”, diz Zelide.

A atuação de Zelide e Luciana em espaços políticos foi essencial para romper as barreiras do ambiente doméstico e promover uma nova dinâmica de participação feminina na liderança. Ao ocupar posições de poder, ambas questionaram a condição das mulheres e as normas de gênero. Suas trajetórias mostram que, para uma mulher exercer liderança política, ela precisa constantemente reafirmar sua legitimidade em um cenário dominado por homens brancos de classe alta, onde as opressões de gênero e outras interseccionalidades prevalecem.

A partir da perspectiva da interseccionalidade, a experiência de Luciana e Zelide, como mulheres agricultoras e líderes, é única e não se enquadra em uma visão universal de gênero. Elas enfrentam preconceitos e resistências por serem mulheres, mães, trabalhadoras rurais, associadas a estigmas que delimitam seu espaço social. No entanto,

essas opressões coexistem com certos privilégios — ambas são mulheres brancas, casadas em modelos heteronormativos, ligadas à religião católica e com famílias nucleares estruturadas, o que lhes concede vantagens em relação a outros grupos sociais com diferentes marcadores, como raça e orientação sexual.

**As mulheres do  
campo e a luta  
pela terra e pelo  
território**

O acesso das mulheres à terra é uma realidade desigual em quase todo o mundo, e a América Latina não é exceção. No Brasil, essa disparidade se evidencia. De acordo com o [relatório da Oxfam Brasil](#), divulgado em novembro de 2016, as mulheres têm a posse de 13% da totalidade de estabelecimentos rurais do país, sendo que esses representam apenas 5% da área rural total brasileira. Sem o direito de uso e controle do território, as mulheres do campo se tornam dependentes dos detentores da terra, tendo sua autonomia financeira, qualidade de vida e exercício de cidadania comprometidos.

Segundo o [Censo Agropecuário de 2017](#), o mais recente desenvolvido pelo IBGE, os homens controlam 81% das propriedades rurais, enquanto as mulheres são responsáveis por apenas 19% do total, o que corresponde a apenas 8% da área ocupada por estabelecimentos rurais no país.

Já o relatório de [Estatísticas de Gênero](#), divulgado em 2010 pelo IBGE – o último disponível até o momento –, comprova a importância econômica das mulheres no campo. Elas representam mais de 40% da força de trabalho rural remunerada e foram responsáveis por 42% do orçamento familiar, superando até mesmo as mulheres que vivem nas áreas urbanas, que contribuíram com 41%. Ainda assim, boa parte de seu trabalho continua invisível – seja o cuidado com a horta, o cultivo de plantas medicinais, a criação de pequenos animais ou os cuidados domésticos, tarefas essenciais para a economia e a sustentabilidade da vida no campo. No Paraná, ainda segundo o Censo Agropecuário de 2017, a presença feminina nos estabelecimentos rurais representava então apenas 13%, cerca de 40 mil mulheres. Mesmo sendo minoria, elas vêm desempenhando um papel histórico na luta por direitos e pelo reconhecimento de sua contribuição para a agricultura familiar e a sustentabilidade rural.

A posse da terra é, para essas mulheres, mais do que um direito de propriedade: é um direito à dignidade, à liberdade e à igualdade de condições. A reforma agrária, instituída como um conjunto de medidas para promover

uma distribuição justa de terras, visa atender aos princípios de justiça social de aumento da produtividade, conforme estabelecido pela [lei nº 4.504](#), de 1964.

No entanto, o progresso nessa área tem sido lento e desigual, especialmente para as mulheres. Sua luta não é apenas pela terra em si, mas pelo direito de existir com autonomia e segurança em um espaço que historicamente lhes foi negado. Ao desafiar as estruturas patriarcais e a concentração fundiária, as mulheres do campo buscam não apenas o acesso à terra, mas uma transformação profunda no sistema que rege o campo brasileiro.

O período entre o governo de João Goulart (1961) e o início da ditadura militar no Brasil (1964) foi marcado por tentativas de implementar políticas de reforma agrária e garantir direitos para os trabalhadores rurais. Durante o governo de Goulart, foi aprovada a primeira legislação que estendia aos trabalhadores rurais direitos anteriormente restritos aos trabalhadores urbanos, incluindo a possibilidade de organização sindical. Além disso, foi criado o Instituto para a Reforma Agrária e uma legislação que delimitava as condições de expropriação de terras para fins de redistribuição.

Como consequência da mobilização popular em torno da reforma agrária naquele momento, o governo militar do general Castelo Branco foi forçado a adotar uma lei de reforma agrária branda em 1964, quando se estabelece o

Estatuto da Terra. Esta lei permitia que grandes latifúndios fossem expropriados desde que houvesse uma compensação e quando isso fosse considerado de interesse social.

O regime militar, nas mais de duas décadas da ditadura, focou seus esforços na colonização da Amazônia como uma forma de expansão territorial e na modernização do campo, que causou a expropriação de milhares de agricultores que venderam suas pequenas propriedades e migraram para as periferias das grandes cidades. Segundo o Censo Agropecuário de 1985, apenas 185 propriedades foram expropriadas ao longo de todo o período da ditadura (1964 a 1985), mostrando o baixo impacto da política de reforma agrária.

Sob uma perspectiva de gênero, as políticas de reforma agrária beneficiaram poucas mulheres no Brasil em comparação com outros países da América Latina. Foi somente em 1988 que o Brasil passou a incluir as mulheres como potenciais beneficiárias da posse de terra, permitindo também a titulação conjunta para casais. No entanto, mesmo nos anos 1990, o percentual de mulheres beneficiárias permaneceu baixo, enquanto no Brasil apenas 13% das mulheres foram beneficiadas, nas distribuições de terra na Colômbia esse percentual chegava a 45%.

Com o fim do regime militar, a democratização trouxe novas possibilidades para a reforma agrária, como o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) durante o

governo Sarney. Embora o plano pretendesse assentar milhões de famílias e incentivar a produção rural, dificuldades políticas e limitações legislativas resultaram em pouco progresso. Entre 1964 e 1994, somente 850 assentamentos foram criados, cobrindo apenas 2% das terras rurais, o que evidencia o longo caminho a ser percorrido para uma reforma agrária efetiva no Brasil.

## A luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) desempenhou um papel central na luta pela reforma agrária no Brasil, sobretudo a partir das décadas de 1970 e 1980. Esse movimento surgiu em resposta às ocupações de terra promovidas no Sul do país, impulsionadas pela Teologia da Libertação e apoiadas por organizações religiosas, como as **Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)** e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) são grupos locais de católicos que se reúnem para estudar a Bíblia e discutir problemas sociais, buscando unir a fé à ação prática. Surgidas no Brasil na década de 1960, elas promovem justiça social e participação ativa dos fiéis, especialmente entre comunidades mais pobres, com foco em transformar a realidade social.

O MST consolidou sua força no cenário nacional com a transição do regime militar para a democracia, tornando-se um dos principais movimentos na luta por políticas públicas voltadas ao trabalhador rural.



A organização das mulheres no MST é um exemplo de como as lutas de gênero têm sido incorporadas à prática dos movimentos sociais. Foto: Dowglas Silva

A mobilização das mulheres rurais também foi fundamental nesse processo. O Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) e a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR) emergiram nos anos 1980, buscando assegurar que as demandas das mulheres fossem incorporadas nas políticas de reforma agrária. Isso contribuiu para a criação de programas específicos, como o “Programa de Apoio à Mulher Rural” (1995), promovido pelo Ministério da Agricultura com o apoio do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que visava melhorar as condições de trabalho e fomentar a participação feminina na reforma agrária.

A promulgação da Constituição de 1988 representou um marco, estabelecendo que as mulheres, independentemente do estado civil, poderiam ser titulares de lotes de reforma agrária, algo inédito até então. Além disso, acordos

internacionais, como o Comitê para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Cedaw, na sigla em inglês), assinado pelo Brasil em 1981, reafirmaram a necessidade de igualdade de gênero nas áreas rurais. Esses tratados internacionais, junto com a política nacional, influenciaram diretamente as ações para garantir direitos às mulheres no campo, destacando a importância da titulação da terra em nome das mulheres para sua segurança e empoderamento.

No entanto, muitos desses avanços foram interrompidos no governo de Fernando Collor (1990-1992), que desmantelou vários órgãos e programas de apoio à mulher do campo, interrompendo o progresso na inclusão de gênero na reforma agrária.

Após 1995, houve um avanço importante na implementação de assentamentos rurais, resultado direto da pressão dos movimentos sociais pela reforma agrária, como o MST e organizações de trabalhadores rurais. De acordo com dados disponibilizados pelo portal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), entre 1985 e 1995 foram assentadas cerca de 350 famílias no Brasil; já no ano de 2002 houve um crescimento exponencial, registrando mais de 500 famílias assentadas.

A expansão desses assentamentos trouxe benefícios tangíveis, como acesso à terra, políticas de crédito rural, programas de educação e melhorias na infraestrutura local,

favorecendo especialmente as famílias agricultoras. Entretanto, as desigualdades de gênero permaneciam evidentes, pois as mulheres continuavam enfrentando barreiras para a obtenção da titularidade da terra.

O Censo de Reforma de 1996 revela que apenas 13% dos beneficiários eram mulheres. Entre essas mulheres, 8% eram da região Sul. A maioria das mulheres titulares da terra na época vivia em união estável ou eram casadas, enquanto a maioria das mulheres solteiras, viúvas ou divorciadas não era titular da terra onde moravam. Mesmo nos casos em que havia a ausência de um companheiro, a titulação do lote era registrada no nome de algum filho ou parente do sexo masculino.

A desigualdade de gênero no campo se traduzia em limitações no acesso a programas essenciais como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ambos fundamentais para o fortalecimento econômico das mulheres agricultoras.

Com a chegada do governo Lula em 2003, houve iniciativas normativas para enfrentar essas desigualdades. A Instrução Normativa nº 981/03 obrigou que as terras fossem tituladas em nomes de ambos os cônjuges em união estável, promovendo a inclusão das mulheres como co-titulares nos assentamentos. Em 2007, a Instrução Normativa nº 38 complementou essa norma ao exigir a titulação conjunta para o

acesso às políticas públicas de reforma agrária e estabelecendo preferência para famílias chefiadas por mulheres. Essas mudanças foram significativas, refletidas no aumento de mulheres beneficiárias, que passou de 3% em 1996 para uma média de 48% entre 2008 e 2010, segundo informações do Sistema de Processamento de Informação da Reforma Agrária (Sipra).

A titulação conjunta representa não só um avanço formal, mas também facilita a autonomia das mulheres, garantindo segurança no caso de separação conjugal e maior acesso a créditos para produção. A inclusão das mulheres na titularidade da terra fortalece sua posição econômica e social, criando condições para uma maior participação política e autonomia no campo, essencial para enfrentar a dependência econômica e os modelos patriarcais frequentemente perpetuados no meio rural.

Esses avanços mostram como a reforma agrária pode ser uma ferramenta transformadora para a emancipação das mulheres do campo, ao reconhecer seu papel produtivo e garantir que elas sejam tratadas como sujeitos plenos de direitos.

## **A organização das mulheres no MST**

A organização das mulheres no MST é um exemplo de como as lutas de gênero têm sido incorporadas ao discurso e à prática dos movimentos sociais no campo. Desde a sua fundação em 1984, o MST buscou a reforma agrária e

uma sociedade mais justa e igualitária, mas foi somente com o tempo que as questões de gênero começaram a ser explicitamente abordadas e reconhecidas dentro do movimento.

Inicialmente, o movimento focava na luta coletiva pela terra e, em muitos casos, as pautas de gênero eram vistas como divisórias. No entanto, a partir do final dos anos 1980, mulheres militantes começaram a se organizar para exigir maior visibilidade e participação. A criação da Comissão Nacional de Mulheres do MST foi um marco, que pressionou o movimento por discussões sobre desigualdade de gênero e incentivou formações de comissões femininas nos assentamentos. Documentos e manuais de treinamento começaram a abordar a importância da participação feminina, especialmente nas áreas de liderança e produção coletiva.

O 3º Congresso Nacional do MST, em 1985, trouxe avanços importantes ao reconhecer as condições difíceis enfrentadas por mulheres no campo e a necessidade de lidar com a subordinação de gênero. A partir disso, eventos como o 1º Encontro Nacional de Mulheres Militantes do MST, em 1996, foram fundamentais para estruturar o Coletivo Nacional das Mulheres do MST, que elaborou a primeira cartilha tratando do direito das mulheres à terra e abordando a dominação de gênero dentro do próprio movimento.

Ao longo dos anos, o MST expandiu sua atenção às questões de gênero, reconhecendo que os direitos das

mulheres à terra são fundamentais para o desenvolvimento dos assentamentos. Essa abordagem evoluiu para práticas como a titulação conjunta de terras e a inclusão das mulheres em processos organizativos e políticos, fortalecendo o movimento e promovendo maior equidade. Movimentos mais recentes, como a Jornada Nacional de Luta das Mulheres Sem Terra, reforçam o compromisso das mulheres do campo em luta contra o agronegócio e a violência patriarcal, além de exigir a reforma agrária e a soberania alimentar.

A importância de resgatar a história dos movimentos sociais, especialmente dos movimentos de mulheres no campo, é central para compreender a realidade e os desafios atuais enfrentados por elas. Esse resgate histórico permite entender como a mobilização e a organização social foram essenciais para conquistar direitos e combater a discriminação e a exploração.

A memória dessas lutas não é apenas uma forma de reconhecimento, mas uma fonte de inspiração e aprendizado para as novas gerações. Esse entendimento reforça que mudanças sociais e políticas significativas não acontecem sem uma mobilização ativa e estruturada. As mulheres que participaram desses movimentos no passado deixaram um legado de coragem e resiliência, que continua a motivar o avanço dos direitos no presente e que inspira as próximas gerações a lutar por um futuro mais justo e igualitário.

**JENIANE**

**Os caminhos da luta  
por terra e dignidade**



## JENIANE GONÇALVES DE LIMA

Aos seis anos, Jeniane viu o mundo mudar de cima de um pau de arara, cercada por irmãos, sacos de comida e o sonho de seus pais: a terra própria. A luta marcou sua infância e culminou na conquista do Assentamento José Dias, no Paraná. Hoje, ela carrega a memória viva de quem cresceu entre barracos de lona, plantações e a esperança semeada pelo MST.

Jeniane Gonçalves de Lima, 42 anos, tinha apenas seis quando seus pais anunciaram que a família estava prestes a embarcar numa jornada inesquecível. Para e seus sete irmãos, parecia o começo de uma grande aventura. Naquela noite de 4 de agosto de 1988, a família subiu em um pau de arara – um caminhão improvisado com lona e bancos de madeira – rumo a um novo destino: o sonho da terra própria, guiado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

“Aquilo para mim era divertido e emocionante, parecia algo muito bonito na minha cabeça”, recorda Jeniane – sua voz mistura nostalgia e o brilho da inocência de quem, à época, não compreendia a profundidade do que seus pais planejavam enfrentar. A cada parada do caminhão, novas famílias subiam com seus filhos, cachorros e sacos de comida. A viagem, que levou a noite inteira, teve como destino a Fazenda Pinheiros, no município de Inácio Martins, no Sul do Paraná, onde a luta por terra daria seus primeiros passos.

Inicialmente, para muitas crianças, o acampamento parecia uma festa. Os adultos, contudo, carregavam no olhar uma sombra de apreensão que se intensificava a cada amanhecer. “Era uma celebração para mim, mas eu percebia que algo estava acontecendo”, reflete Jeniane. Muitas famílias que romperam as cercas da Fazenda Pinheiros, em 1988, voltaram na mesma semana devido às dificuldades enfrentadas, especialmente a falta de alimentos.



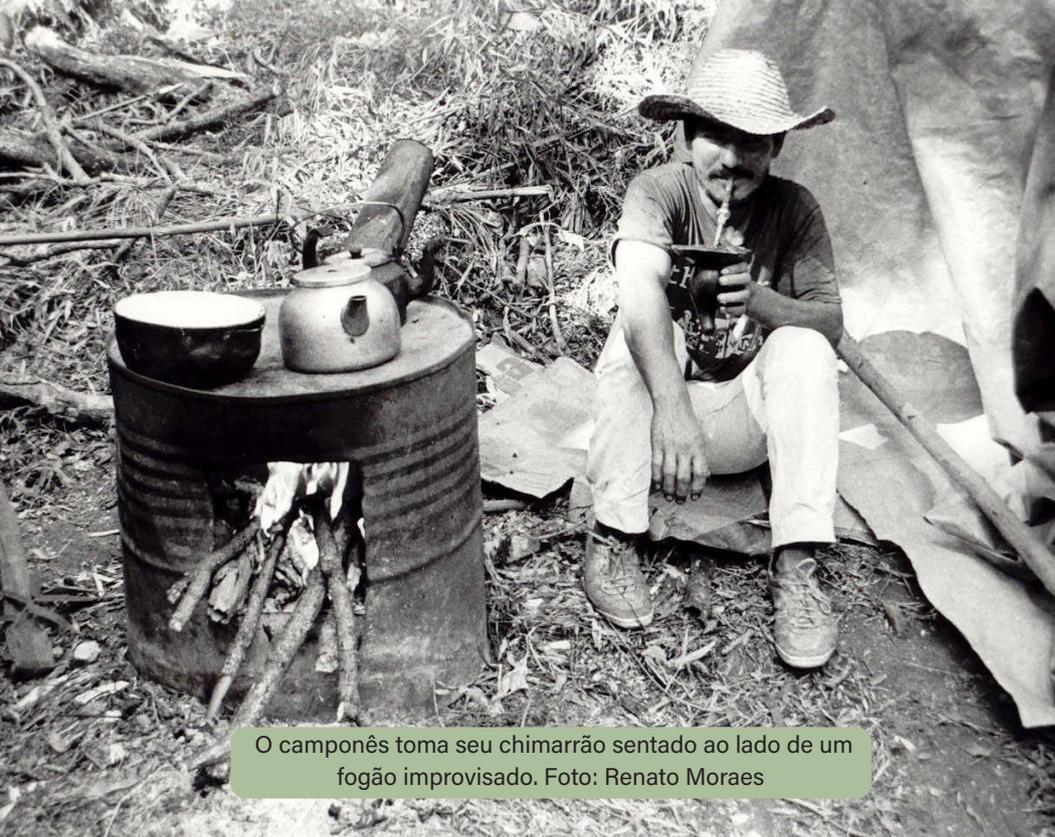
Para amenizar os momentos de tensão, os acampados encontravam refúgio nas rodas de música. Foto: Renato Moraes

Além disso, o município de Inácio Martins está localizado a quase 1.200 metros acima do nível do mar, sendo considerado um dos municípios mais altos do Paraná, logo mostrou suas dificuldades. O frio cortante deixava as famílias desprotegidas, enquanto as geadas fortes atacavam noite após noite. “Não esperávamos enfrentar uma geada tão grande, foi um choque para todos”, relembra Jeniane.

No entanto, mesmo com o frio e a fome rondando as barracas feitas de lona preta, 1.200 famílias resistiram às primeiras dificuldades. A ocupação tornou-se uma das maiores da história paranaense. Contudo, o sofrimento logo se fez presente, intensificado pela ameaça de pistoleiros a mando do proprietário das terras.

A fome era um fator decisivo: inibia muitos, mas também encorajava outros à luta.

**“Foi muito difícil. Muitas famílias passaram dificuldades. Nós só sobrevivemos porque tínhamos ajuda dos meus avós. Desconfio que meus pais passaram fome, mas eles não falam sobre isso”.**



O camponês toma seu chimarrão sentado ao lado de um fogão improvisado. Foto: Renato Moraes

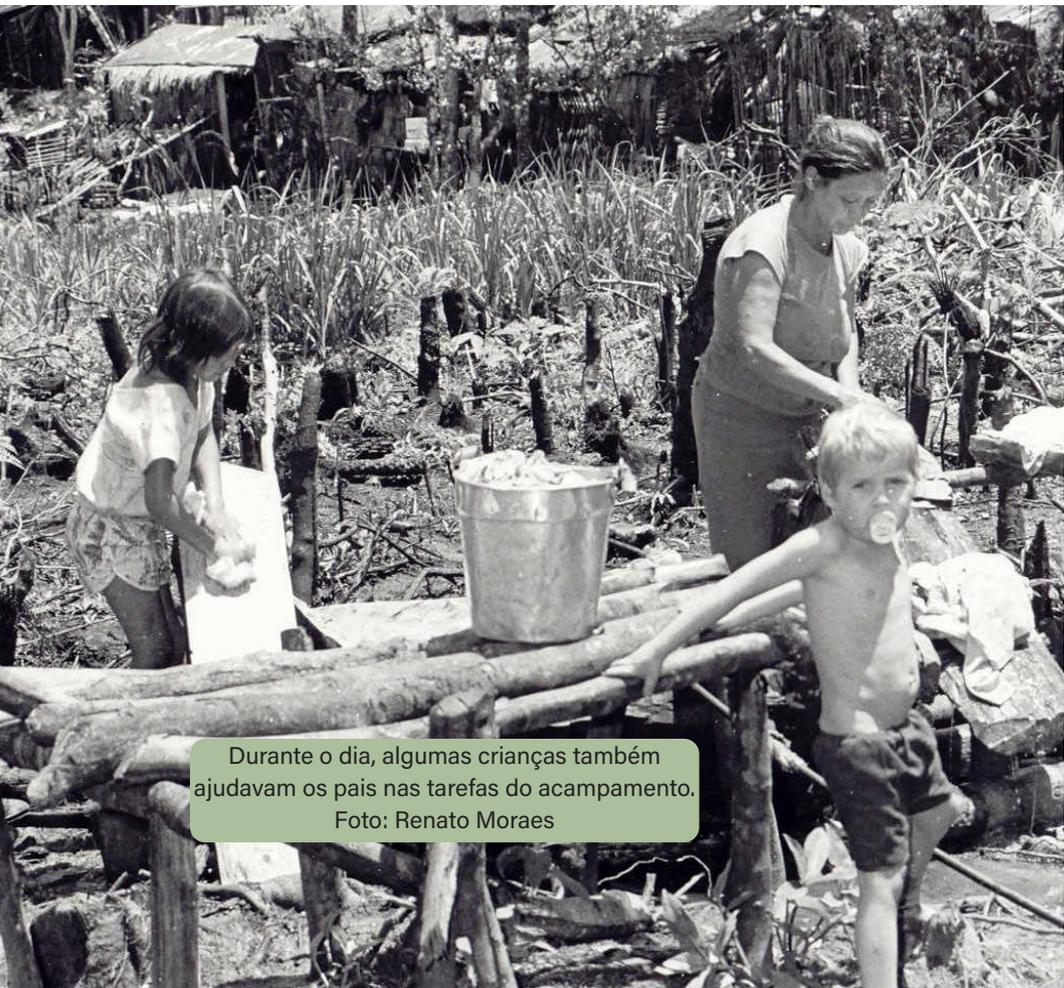
Grupos foram formados, inicialmente, pela proximidade dos municípios e relações de parentesco. A primeira providência foi a criação de brigadas para organizar a área. Alguns montaram guarda, outros cuidaram da saúde, outros da educação, e assim teve início uma organização fundamental para a solidificação da luta. “Meu pai e minha mãe sempre estiveram na linha de frente. Lembro que meu pai fazia rondas para verificar se havia pistoleiros no acampamento. Isso me assustava muito”, diz Jeniane. Já a sua mãe era a responsável pela frente de saúde. “Como tinha muita criança que passava fome, ela preparava uma multimistura, um conjunto de alimentos com maior valor nutritivo, e distribuía para as famílias”.

À medida que as famílias chegavam, montaram o acampamento. “Ali, as famílias construíram barracos com lonas pretas e esteiras de taquara, fizeram fogões com pedras, latões recortados e barro”, relata Jeanine. Os primeiros dias de acampamento eram marcados por tensões e a possibilidade de ataques. “Somente as crianças conseguiam dormir, cansadas de tanto brincar, enquanto os adultos montavam guarda e contavam as estórias da luta, pensavam em voz alta das possibilidades de um futuro que estavam construindo”.



Enquanto as crianças brincavam o dia todo, os pais se esforçavam para garantir condições de vida no acampamento. Foto: Renato Moraes

Nos dois primeiros anos, a fome fez muitas vítimas. Segundo levantamento dos acampados, 21 crianças morreram por desnutrição e três mulheres em trabalho de parto. Ainda de acordo com eles, estas mortes tiveram como causa o cerco de policiais e pistoleiros, que impediam a entrada ou saída de qualquer alimento ou remédio. “A única coisa que havia para comer era broto de taquara, que parece um palmito e havia muito na região.



Durante o dia, algumas crianças também ajudavam os pais nas tarefas do acampamento.  
Foto: Renato Moraes

Com o tempo, as tensões aumentaram, acompanhadas de ameaças de morte e sequestro. O ponto de virada chegou com a trágica morte de José Dias, trabalhador sem-terra, em 1990. Esse episódio não apenas mobilizou os acampados, mas também despertou a atenção de fora, intensificando a luta por justiça e melhores condições. “Fiquei com muito medo porque a tensão era permanente, e foi minha mãe quem o acompanhou ao hospital”, conta Jeniane, lembrando como a tragédia marcou o destino do acampamento. A morte de José Dias foi um divisor de águas na organização dos camponeses. Com o fim do cerco militar, as condições começaram a melhorar, especialmente com a permissão para entrada de alimentos no acampamento, dando novo fôlego aos acampados.

A resistência deu frutos: a divisão dos lotes começou, e a primeira grande ocupação de terras no Paraná se consolidou na criação do Assentamento José Dias. Cerca de 120 famílias se organizaram em lotes no que antes era chamado de Fazenda Pinheiros – as demais famílias foram realocadas em outros acampamentos ou assentamentos.



Mas a história da família de Jeniane ainda passaria por mais deslocamentos e desafios. Precisaram deixar o acampamento para continuar a luta em outro local. “Juntamos nossos pertences e mais uma vez estávamos na estrada rumo a um novo lar”, relata. Finalmente, foram assentados em Goioxim, na região Centro-Sul do Paraná.

**“Do barraco de lona conseguimos construir uma casa de madeira. Depois, chegou a energia elétrica e a vida começou a melhorar.”**

Começamos a nos organizar a partir daquele território”, diz Jeniane. Em Goioxim, a terra era muito mais produtiva, e logo tiveram uma colheita farta de melancia. “O sonho dos meus pais sempre foi ter um pedacinho de terra para plantar e criar os filhos. A vida em Goioxim foi uma alegria e uma fartura”.

**CLEIDE**

**Uma vida entre  
trabalho e esperança**



## CLEIDE MARIA MODA MARCOLINO

O chão duro e a lona fria marcaram os primeiros dias de Cleide no assentamento, mas também plantaram as sementes de uma vida construída com suor e fé. Na terra que conquistou, ela encontrou sustento, criou os filhos e moldou um legado. Hoje Cleide vê na simplicidade o fruto mais precioso de sua história: a conexão inabalável com a terra que a fez forte

A caminhada de Cleide Maria Moda Marcolino, 58, pelo direito à terra começou em 1989, no Assentamento São Francisco, em Ribeirão do Pinhal, Norte do Paraná. Ela, o marido e dois filhos foram pioneiros entre as 80 famílias que ali chegavam, todos trazendo um sonho simples e carregado de simbolismo: ter um pedaço de chão para plantar, sustentar a família e viver com dignidade.

Cleide vinha de uma trajetória marcada pela dureza do trabalho no campo, iniciada ainda na infância. Filha de uma família de 12 irmãos, aprendeu desde cedo que o trabalho pesado e a labuta diária moldariam sua vida. A escolaridade avançou apenas até o oitavo ano, mas suas lições mais duras e profundas vinham da roça. “A gente aprendia desde cedo que as coisas não seriam fáceis”, relembra. Ela conta que cresceu dividindo-se entre o trabalho doméstico e a roça, numa realidade em que as expectativas para as mulheres eram sempre de dupla jornada e persistência.

Quando Cleide se casou, em 1983, ao lado do marido e com os primeiros filhos, deu início a um novo capítulo em busca da terra própria. A primeira tentativa, em uma fazenda próxima, terminou de forma abrupta e dolorosa: despejados, viram seus poucos pertences amontoados à beira da estrada, sendo carregados por quem passava.

### **“Perdemos tudo que tínhamos. Restou apenas a roupa do corpo”,**

recorda. As dificuldades iniciais pareciam intransponíveis, mas com a ajuda de doações e com o apoio das famílias vizinhas, Cleide e sua família seguiram em frente.

Pouco tempo depois, surgia a notícia de outra fazenda, em Ribeirão do Pinhal, que estava sem cultivo e em processo de desapropriação. Ali, Cleide e dezenas de outras famílias começaram. Limparam o terreno, montaram barracos de lona e dividiram o espaço que cada um poderia chamar de seu.

A vida era marcada pelo improviso. Sem cama, sem fogão, ou qualquer conforto, dormiam no chão duro e enfrentavam o frio e a chuva. O medo era presença constante. Os fazendeiros da região não aceitavam a ocupação e as ameaças eram diárias, com promessas de retaliação e até de morte. “Foi um sofrimento que se contar as pessoas não acreditam”, diz Cleide, com o olhar firme.

Nos mercados, eram olhados com desconfiança. O rótulo de “sem-terra” acompanhava cada família. Para Cleide, tudo o que queriam era um lugar para plantar, mas muitos os viam apenas como invasores. A adaptação ao assentamento, mesmo após a conquista definitiva dos lotes, não foi fácil. Em meio ao mato e ao solo inculto, a família foi desbravando o terreno, criando galinhas, plantando feijão e montando uma pequena casa. Cada conquista era resultado de esforço coletivo e de dias exaustivos de trabalho.



Cleide é grata por ter um pedaço de terra para cultivar e compartilhar seus conhecimentos com os netos. Foto: Mayala Fernandes

Os primeiros anos foram de muitos sacrifícios. Sem água encanada ou energia elétrica, buscavam água em riachos e cozinhavam a lenha. A jornada era implacável, principalmente para as mulheres. Cleide se dividia entre o trabalho no campo, os cuidados com os filhos e as tarefas da casa. “A mulher é forte porque ela cansa e mesmo assim continua ali, firme”, comenta.

A luta continuou pela sobrevivência e pela dignidade: ela lembra que por vezes sequer havia comida, e a preocupação constante era de que seus filhos passassem fome. “Na época, a gente pensou em ir embora para a cidade. Aquilo não era vida. Mas percebemos que o bom mesmo era plantar, porque tudo o que se plantava produzia muito bem. Isso foi nos animando. A terra aqui é muito boa”, conta Cleide.

“Boia-fria” é o termo popular usado para se referir aos trabalhadores rurais sazonais que realizam atividades agrícolas temporárias, como colheita e plantio, geralmente em condições precárias.

Ao longo da vida no assentamento o casal plantou, mas também trabalhou como **boia-fria** para outros agricultores da região, seja colhendo café ou cana-de-açúcar. “Quando meus filhos eram menores eu precisava levar eles para a roça, não tinha jeito”, conta Cleide. Quando os filhos cresceram, eles também passaram a ajudar na roça, formando um ciclo de trabalho que unia gerações.

Aos poucos, os frutos do esforço começaram a aparecer. Com a colheita da terra generosa, a rotina da roça deixou de ser um fardo e tornou-se um motivo de gratidão. “A

vontade de vencer animava a gente. Éramos novos, o nosso sonho era um pedaço de terra e a gente não desanima fácil”.

Hoje, com a concessão de uso da terra, Cleide ainda aguarda pela titulação definitiva. Para ela, essa garantia de posse não é apenas uma segurança pessoal, mas um legado para seus filhos e netos. Ela se orgulha de ter criado os filhos e de agora estar rodeada pelos netos, todos próximos, cultivando os mesmos valores de simplicidade e trabalho.

Aposentada, Cleide não se afastou da terra. Mantém uma horta ao lado de casa, onde planta verduras frescas. “Faço isso para não ficar parada, senão a gente não aguenta”, diz. Ela fala do prazer que sente ao colher alimentos frescos para o almoço e ao saber que o que planta alimenta sua família. “Eu sou uma pessoa privilegiada, porque pego o alimento fresquinho na minha horta”.

Após 35 anos de assentamento, Cleide encontra no presente a recompensa de uma vida dedicada ao trabalho e à terra. Em suas palavras, sente-se em paz e grata.

**“Desde que nasci me percebo como uma mulher do campo, é algo que está no meu sangue. Eu sou feliz aqui. Eu amo a terra, amo esse lugar”,**

ressalta com emoção.

**A emancipação  
econômica da  
mulher do campo**

A luta das mulheres rurais pela titularidade da terra está intimamente ligada a um desejo mais amplo: a emancipação econômica. Em um cenário marcado pela estrutura patriarcal familiar, a autonomia econômica dessas mulheres enfrenta barreiras que há gerações limitam seu protagonismo. No modelo patriarcal, a mulher é destinada ao trabalho doméstico e à reprodução de tarefas vistas como menores, relegadas historicamente ao âmbito privado.

Essa naturalização do papel doméstico da mulher – presente tanto no meio urbano quanto rural – reforça um ciclo geracional em que as atividades domésticas e maternas são vistas como exclusividade feminina. O modelo hegemônico de família perpetua a ideia de que o trabalho doméstico é uma responsabilidade da mulher, enquanto ao homem cabe a função de provedor, realizando trabalhos remunerados fora do lar.

Essa dependência econômica mina as oportunidades das mulheres do campo de se tornarem protagonistas na gestão de suas produções agrícolas. Mesmo sendo responsáveis por jornadas duplas, dentro e fora das propriedades, muitas vezes elas permanecem à sombra do trabalho masculino. Para superar essas barreiras, as mulheres buscam, por meio da educação e do empoderamento, caminhos que lhes permitam conquistar a cidadania plena e a autonomia financeira.

No Brasil, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) reconheceu a importância do empoderamento feminino e, nas últimas décadas, implementou políticas públicas voltadas à garantia dos direitos das mulheres no campo. O acesso ao crédito agrícola, por exemplo, tem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) um de seus principais pilares. Criado nos anos 1990 e popularizado em 2006 com a [Lei nº 11,326](#), o Pronaf se dedica às iniciativas que promovam a autonomia da agricultura familiar.

Dados iniciais revelaram o baixo acesso das mulheres ao crédito rural: em 2000, apenas 7% das beneficiárias do Pronaf eram mulheres. Embora o percentual tenha crescido para 12% em 2003, ainda era insuficiente. Os dados são da Secretaria de Agricultura Familiar do MDA. O baixo acesso, especialmente na região Sul do Brasil, onde o percentual ficou em 10%, revelou a necessidade de políticas mais inclusivas. Em

resposta, a Portaria nº 121, de 2001, estabeleceu uma cota de 30% de participação feminina no Pronaf. Ainda assim, a falta de estratégias para garantir a implementação efetiva dessa cota impediu que o impacto fosse significativo.

As **Marchas das Margaridas**, mobilizações nacionais lideradas por mulheres do campo, impulsionaram a criação de um crédito específico voltado às mulheres rurais. Em 2003, surgiu o “Pronaf Mulher”, um avanço significativo ao facilitar o acesso ao crédito para atividades agrícolas e não agrícolas, como a criação de hortas e a produção de alimentos artesanais. No entanto, limitações burocráticas, como a falta de documentação básica e titularidade da terra, continuaram a impedir a plena participação feminina.

A Marcha das Margaridas é um importante ato de mobilização que reúne mulheres do campo, da floresta e das águas no Brasil, com o objetivo de reivindicar direitos sociais, políticos e econômicos.

Além do Pronaf, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) também tem sido uma ferramenta importante para a emancipação das mulheres do campo. Executado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e apoiado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, o programa registrou um protagonismo feminino em 2023 e 2024: 73% das fornecedoras do PAA são mulheres, e na modalidade Compra com Doação Simultânea, 78% dos projetos em execução são liderados por elas. No Nordeste, essa participação chega a 85%.

Esses programas de crédito não só promovem a autonomia financeira das mulheres, como também contribuem para o combate às desigualdades de gênero. Em 2023, o PAA ampliou seu alcance, priorizando setores excluídos do mercado institucional e beneficiando assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, indígenas e agricultores familiares.

Ainda assim, os desafios persistem. A divisão sexual do trabalho, baseada em concepções familiares tradicionais, continua a prejudicar essas mulheres, que enfrentam condições de trabalho precárias, salários mais baixos e jornadas reduzidas para equilibrar com o cuidado da casa e da família. As limitações de acesso a crédito e recursos adequados refletem uma realidade em que o valor do trabalho feminino ainda é subestimado.

## **Agricultura familiar e agroecologia: caminhos para a transformação**

No Brasil, a agricultura familiar se consolidou como um pilar fundamental para o desenvolvimento rural e para a segurança alimentar, ganhando destaque nos anos 1990. Com o surgimento do termo nos documentos oficiais, movimentos sociais no campo, vinculados a sindicatos rurais, encontraram no conceito uma forma de se articular politicamente. Esses movimentos, associados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), promoveram a agricultura familiar

como uma alternativa ao agronegócio dominante, exigindo políticas de crédito e preços justos com a criação do Pronaf.

Antes da popularização do debate sobre a agricultura familiar, a década de 1980 já assistia ao nascimento do movimento agroecológico no Brasil. Contrário à modernização conservadora que intensificava a industrialização no campo, o movimento agroecológico cresceu impulsionado pelo aumento dos conflitos ambientais e sociais, que mobilizaram pautas sobre sustentabilidade e justiça social. Na virada do século, a agroecologia se fortaleceu institucionalmente com o I Encontro Nacional de Agroecologia em 2000 e, em 2003, a inclusão do tema na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Foi em 2012 que o movimento agroecológico alcançou um marco importante com a criação do [Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica \(Planapo\)](#), impulsionado por pressões de movimentos sociais e articulado com agentes públicos e privados. O Planapo integrou a agroecologia às políticas públicas de planejamento e desenvolvimento, destacando a importância de um modelo produtivo que respeite a biodiversidade e valorize o conhecimento tradicional dos trabalhadores rurais.

Mais do que uma alternativa à agricultura convencional, a agroecologia representa um processo de construção social pautado na preservação dos ecossistemas e no

manejo sustentável. Esse modelo enfatiza a produção orgânica, sensível às práticas culturais e ambientalmente responsáveis, promovendo um desenvolvimento social justo e economicamente viável.

## **Mulheres no campo e agroecologia: potencial para emancipação**

A perspectiva agroecológica oferece uma base sólida para a emancipação das mulheres do campo. Na América Latina e Caribe, as mulheres representam quase metade da população rural, sendo responsáveis por até 80% da produção de alimentos consumidos localmente, segundo a [ONU Mulheres](#). Contudo, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) aponta que a melhoria do acesso das mulheres a recursos como terra, educação, crédito e tecnologia poderia incrementar significativamente a produção agrícola e, com isso, impulsionar a segurança alimentar e o crescimento econômico. A redução da desigualdade de gênero no campo teria, ainda, o potencial de diminuir a fome mundial em até 150 milhões de pessoas.

O empoderamento das mulheres rurais não se limita aos benefícios diretos da autonomia econômica, ele contribui também para o desenvolvimento socioeconômico de suas comunidades. A posse de recursos e o fortalecimento do capital humano são determinantes para a

independência e para a capacidade de tomar decisões, fatores essenciais para a diligência feminina. A agroecologia, nesse sentido, surge como uma via estratégica para transformar o papel da mulher nas esferas familiar e comunitária, incentivando a organização coletiva, especialmente entre mulheres, e a revitalização das ações cooperativas.

Pesquisas recentes indicam que as mulheres tendem a ter maior preocupação com questões ambientais do que os homens, e isso se reflete em uma adesão mais ampla a práticas agrícolas sustentáveis e alternativas, como a agricultura orgânica. Essas práticas não apenas favorecem o equilíbrio ecológico, mas também valorizam o saber das mulheres e sua participação no sistema produtivo, desafiando as estruturas de poder tradicionais que historicamente excluíram as mulheres dos processos decisórios.

A redefinição do papel das mulheres no meio rural além de passar pela implementação de políticas nacionais de apoio ao crédito rural, requer o fortalecimento das cooperativas – ambos representam mecanismos que podem ampliar a autonomia feminina e garantir sua participação ativa nas decisões que afetam suas vidas e comunidades. Ao fortalecer a posição das mulheres no campo, a agroecologia contribui para a construção de uma sociedade rural mais justa e inclusiva, em que a sustentabilidade e a equidade de gênero caminham juntas em prol de um futuro mais equilibrado e promissor.

**MARIA APARECIDA**

**A força da  
agricultura familiar  
e orgânica**



## MARIA APARECIDA BARBOSA

Presidente da Associação de Produtores de Ribeirão do Pinhal, Maria é referência no cultivo de orgânicos no Norte do Paraná. Mãe solo e agricultora familiar, ela transformou a terra em um instrumento de autonomia e resistência.

“A melhor sensação que existe é plantar uma muda de tomate e depois ver o pé carregado. É gratificante ver a planta germinar, tomar forma e ficar madura para a colheita”, conta Maria Aparecida Barbosa, 53, agricultora familiar que encontrou na produção de orgânicos uma alternativa para a emancipação financeira.

O cultivo do tomate começa com a semente plantada em solo fértil, regado com equilíbrio e preparado para receber luz e nutriente. Com o passar dos dias, os brotos surgem e transformam-se em mudas. Entre as folhas verdes, pequenas flores amarelas desabroçam, sinal de que os primeiros frutos estão a caminho. Sob o calor do sol, os tomates começam a ganhar cor e peso, transformando-se do verde ao vermelho vivo. Quando chega a hora da colheita, as mãos do agricultor, com cuidado e precisão, identificam aqueles que estão prontos para serem colhidos.

Essa é a parte favorita de Maria: plantar e acompanhar o crescimento de suas frutas e verduras. Mas o trabalho não para por aí; após a colheita, ela organiza cada lote de alimentos, destinando-os a feiras locais, cestas orgânicas para famílias da região e até mesmo para supermercados distantes. Para ela, cada destino é a continuidade de um ciclo – o alimento que nasceu pelas suas mãos ganha novos lares.

**“Eu costumo falar que para viver da terra é preciso ser produtor. Tem que saber trabalhar a terra e tirar o seu sustento dela”, afirma Maria. “Não é só o produtor de soja e milho que consegue. Hoje, quem coloca comida na mesa dos brasileiros é o pequeno agricultor familiar”.**

Muitas mulheres vêm, há anos, tecendo novas formas de estar no mundo, de se conectar com a vida e de se relacionar com a natureza. No meio rural, essa ligação com a terra vai além do cultivo: é um laço ancestral, um modo de existir. São essas mulheres as protagonistas na luta pela soberania alimentar, utilizando a agroecologia como um instrumento vital. Seu trabalho, fundamentado na harmonia com a mãe terra, não é apenas um meio de subsistência, mas uma afirmação de vida, cultivada com cuidado e respeito ao solo que sustenta.

Cerca de 70% dos alimentos que chegam às casas brasileiras vêm de produções familiares, segundo o IBGE (2024). A agricultura familiar tem um papel fundamental no abastecimento nacional e ocupa 67% das áreas rurais do país, divididas em quase 4 milhões de propriedades. As informações são do último Anuário Estatístico da Agricultura Familiar publicado pela Contag. O levantamento mostra ainda que cerca de 10,1 milhões de agricultores familiares são responsáveis por produzir 23% do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) nacional. A agricultura familiar brasileira é a oitava maior produtora de alimentos no mundo, movimentando a economia de 90% dos municípios com até 20 mil habitantes, que representam 68% do total.



A agricultura familiar é responsável por 70% dos alimentos que chegam às casas brasileiras. Foto: Leonardo Henrique/MST

Mulher do campo, mãe solo e presidente da Associação de Produtores da Agricultura de Ribeirão do Pinhal, cidade de 12,9 mil habitantes no norte do Paraná, Maria Aparecida Barbosa acredita no potencial da agricultura familiar e da produção de alimentos orgânicos. Ela foi pioneira na certificação de orgânicos da região, em 2005.

## O desafio da produção orgânica

Produzir alimentos orgânicos não é tarefa fácil. Para obter a certificação, é preciso armazenar, beneficiar, processar e comercializar de acordo com as normas específicas da Lei 10.831, além de se obter certificação por meio de certificadora acreditada ou por organismo participativo credenciado segundo as normas da Portaria nº 52 do Ministério da Agricultura.

Maria conta que plantar de forma orgânica é um desafio. “Na forma convencional eu posso usar um herbicida e controlar a praga rapidinho, mas no orgânico esse método não é possível”. Acrescenta ainda que “tudo precisa ser separado e ter uma barreira ecológica para que não seja contaminado com o agrotóxico usado pelos vizinhos”. Ressalta que ‘também não pode ter lixo por perto, precisa estar tudo limpo e organizado”. No entanto, ela acredita que uma produção livre de agrotóxicos é ambientalmente importante para uma região que faz uso intenso dos pesticidas.

A agricultora conta que começou a produzir alimentos orgânicos motivada pela procura de famílias que estavam decididas a comer de forma saudável. “Eram recorrentes os casos de contaminação por agrotóxico no estado, as pessoas ficavam assustadas e pediam produtos orgânicos”, lembra.

As preocupações não são em vão. Um [estudo](#) revelou níveis elevados de 11 agrotóxicos na água que abastece 127 cidades produtoras de grãos no Paraná, que abrigam cerca de 5,5 milhões de pessoas. Segundo o estudo, o problema está associado a pelo menos 542 casos de câncer diagnosticados em moradores da região Oeste do estado, entre 2017 e 2019.

Com os impactos da exposição aos pesticidas cada vez mais visíveis, a procura por produtos livres de agrotóxicos tem se intensificado. Uma pesquisa do [Panorama do Consumo de Orgânicos no Brasil](#), realizada em



Desde 2005, Maria é produtora orgânica certificada em Ribeirão do Pinhal. Foto: Mayala Fernandes

2023, mostrou que 46% da população brasileira consome alimentos orgânicos. Entre 2021 e 2023, houve um crescimento de 16% no consumo desses alimentos, o que demonstra uma tendência clara de valorização da qualidade e da origem dos alimentos. “Ultimamente as pessoas têm valorizado muito a saúde, principalmente a dos filhos. O orgânico pode ser um pouco mais caro, mas é o melhor para a família. Se a pessoa puder pagar, ela prefere o orgânico”, diz Maria.

A demanda por produtos orgânicos, segundo a Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica, tem sido estimulada principalmente pelos Estados Unidos e por países europeus, a exemplo da Alemanha e França, bem como pela China. Observa-se que desde o ano 2000, o crescimento médio anual das vendas no varejo de produtos orgânicos no mundo foi superior a 11%. No Brasil, o segmento de orgânicos movimentou 5,8 bilhões de reais no ano de 2020, valor 30% superior ao de 2019, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O potencial de crescimento da cadeia de alimentos orgânicos pode ser constatado pela demanda crescente, no consumo interno e externo, e pela credibilidade do processo de certificação. E na maior parte dos casos os alimentos orgânicos são comercializados pelas cadeias curtas que possibilitam maior apropriação do valor gerado pelo produtor

e preço mais acessível aos consumidores. As cadeias curtas que possibilitam a oferta de produtos orgânicos têm sua origem na agricultura familiar e tem se mostrado promissora na agricultura familiar, como alternativa em relação à agricultura convencional, proporcionando sustentabilidade para as famílias no campo. Isso tem contribuído para a permanência das famílias no meio rural.

Mas a associação de produtores que Maria preside quer ir além. Ela quer mostrar para as mulheres do campo da região que elas também têm potencial de comercializar os produtos orgânicos.

### **“A mulher precisa ter maior autonomia no campo, ela tem potencial para isso”,**

afirma. Para isso, ela iniciou um projeto que incentiva a certificação de produtoras. Até o momento, são 21 produtores certificados na associação.

Apesar de ainda estar no início, o projeto se mostra promissor. “Uma das produtoras entregava apenas R\$ 30,00 de orgânicos no mês, produzia cebolinha”, conta. “Hoje ela já consegue entregar R\$ 2 mil em produtos. Para ela, isso é um avanço muito grande. Eu fico muito contente e elas se sentem orgulhosas porque os alimentos são desenvolvidos por elas”, diz Maria, emocionada.

Grande parte dos alimentos produzidos e entregues na associação fazem parte do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que prevê a aquisição de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar.

O Pnae atende mais de 40 milhões de estudantes em todo o país, oferecendo mais de 50 milhões de refeições diariamente. O programa é um eixo fundamental para a garantia da segurança alimentar e nutricional no país. A Lei nº 11.947 determina que 30% do valor repassado ao Pnae deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar. Em 2023, o valor de recursos do programa teve um aumento de 75%, passando de R\$ 4,5 bilhões em 2021 para R\$ 7,9 bilhões.

**“É bonito ver as mulheres se desenvolverem e percebendo que elas também conseguem ter renda no campo”,**

afirma Maria, com os olhos brilhando de orgulho.

**MARIA APARECIDA**

**Uma vida de  
dependência  
encontra na  
produção orgânica  
sua liberdade**



## **MARIA APARECIDA DA SILVA TOMBA**

Mãe de quatro filhos, ela cultiva produtos orgânicos e os vende para a Associação de Produtores da Agricultura de Ribeirão do Pinhal. Após muitos anos de dependência e limitações, Maria Aparecida encontrou na agricultura um caminho para conquistar mais autonomia e dignidade.

Maria Aparecida da Silva Tomba, 46, estava na área externa de sua casa, a poucos metros da horta que cultiva como parte do projeto de produção orgânica das agricultoras de Ribeirão do Pinhal, norte do Paraná. Sentada em uma cadeira vermelha, ela organizava uma mesa ampla repleta de quiabos frescos. Separava o quiabo, pesava, embalava e o deixava pronto para a venda. Essa era parte dos produtos orgânicos que ela entrega mensalmente para a associação de produtores.

Mãe de quatro filhos e casada desde os 14 anos, Maria viveu toda a sua vida na roça, mas só nos últimos três anos passou a sentir-se realmente agricultora. “Agora sim me considero uma agricultora de verdade, porque quem planta e colhe sou eu”, diz, com um brilho orgulhoso nos olhos.

Para Maria, a descoberta dos produtos orgânicos foi um ponto de virada. “Antes, eu nem sabia o que significava essa palavra... orgânico”, confessa. Tudo começou quando produtores da Associação de Produtores da Agricultura de Ribeirão do Pinhal começaram a organizar reuniões na pequena sede da comunidade, explicando sobre técnicas de cultivo livre de agrotóxicos e os benefícios de uma produção sustentável. O conceito era novo, mas a promessa de autonomia e renda extra parecia uma ótima oportunidade para as mulheres da região.

Ela decidiu tentar. “Naquela época, muitos diziam que não dava para entrar no orgânico, que era muito complicado. Mas eu não acho. É questão de aprender, se adaptar”, reflete. “Pretendo continuar plantando minhas verdurinhas. Elas ficam tão bonitas, só que de vez em quando as formigas vêm e levam tudo”, comenta, com um sorriso leve, cheio de resignação e humor.

Embora seu marido não a impedisse de utilizar a terra para os orgânicos — e até a ajudasse nos momentos mais difíceis —, essa não era a realidade para muitas de suas colegas. “Muitas mulheres queriam produzir orgânicos também, mas os maridos arrancaram tudo que elas plantaram”, conta. “Eles acham que a soja dá mais lucro, mas isso era uma renda para elas”.

Maria Aparecida lembra das histórias que ouvia durante as reuniões da associação, sobre homens que se recusaram a apoiar suas esposas.

**“Eles têm medo que a gente consiga viver sozinha, sem precisar pedir dinheiro para eles”,**

reflete. “Tem uma amiga que me disse que o marido não deixa ela fazer nada do que quer. O machismo ainda é muito forte por aqui”.

Para Maria Aparecida, os primeiros frutos da horta trouxeram mais do que apenas alimentos à mesa; trouxeram dignidade. “Antes, eu era totalmente dependente do dinheiro dele. Quando a gente casou, eu era só uma menina e tinha que pedir tudo o que eu queria comprar. Hoje, posso comprar minhas coisas com o meu próprio dinheiro”, revela.

Essa autonomia recém-descoberta permitiu a ela transformar a pequena propriedade em um espaço de resistência silenciosa, um símbolo de resiliência. Parte da produção vai para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), garantindo alimentação saudável para as crianças da cidade e, ao mesmo tempo, gerando uma renda importante para o seu dia a dia.

## **Invisíveis no trabalho, silenciadas na vida**

As mulheres do campo têm menos autonomia nas decisões familiares em comparação às que vivem nas áreas urbanas. Quando trabalham fora de casa e recebem um salário, sua contribuição para a prosperidade da família se torna mais evidente, o que também aumenta sua influência nas decisões, ao dependerem menos de terceiros. Essa realidade é mais comum entre as mulheres urbanas, enquanto, no campo, elas tendem a se concentrar na manutenção da vida doméstica.

No meio rural, o trabalho feminino é pouco valorizado, frequentemente restrito a atividades reprodutivas que têm baixa ou nenhuma remuneração. A participação das mulheres na geração de renda e na produção para o mercado é ofuscada pelo protagonismo masculino, que domina a negociação nos espaços públicos.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE de 2013, embora homens e mulheres apresentem taxas de ocupação similares entre pessoas de 16 anos ou mais, a diferença na natureza das atividades revela desigualdades de gênero. Na zona rural, 36% dos homens trabalham por conta própria e 21% em empregos sem carteira assinada. Em contraste, 47% das mulheres se dedicam a atividades não remuneradas ou para o próprio consumo, e apenas 19% atuam por conta própria.

Maria Aparecida Silva nasceu e cresceu no campo, cercada pelos costumes rígidos de uma comunidade onde as decisões eram dominadas pelos homens. Desde muito jovem, aprendeu que seu lugar era dentro de casa, cuidando das tarefas domésticas. “Meu irmão pôde ir para a escola agrícola, mas eu não tive essa chance”, relembra com um misto de frustração e tristeza. “Na escola do campo só havia até a quarta série. Minha mãe não permitiu que eu continuasse na cidade, pois, naquela época, uma menina não podia ir sozinha para a escola urbana. Seria uma absurdo para eles”.

A educação é um ponto de ruptura evidente entre as áreas urbanas e rurais. Segundo o Pnad, na cidade, 25% das mulheres/meninas com 10 anos ou mais concluíram o ensino médio, enquanto 11% alcançaram o ensino superior. No campo, esses números caem drasticamente: apenas 13% concluíram o ensino médio e menos de 2% chegaram ao nível superior. A maioria das mulheres do campo (19%) tem apenas um ano de estudo formal, e 17% — mais de 2 milhões de mulheres — têm menos de um ano de escolaridade ou nunca estudaram.

Outro fator que agrava essa desigualdade educacional é o fechamento massivo de escolas do campo. Entre 2002 e 2022, segundo o Fórum Nacional da Educação do Campo (Fonec), mais de 155 mil instituições foram encerradas em todo o Brasil, sendo 106 mil delas em áreas rurais. Esse desmonte compromete o direito à educação, garantido pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, que prevê a oferta de ensino adaptado às comunidades rurais. O impacto é sentido na fragmentação das comunidades e na ausência de oportunidades para crianças e jovens que dependem dessas escolas para um futuro melhor.

Apesar das adversidades, Maria Aparecida sempre incentivou os filhos a romperem esse ciclo de exclusão. Três dos seus quatro filhos já passaram pelo ensino superior, e o caçula segue o mesmo caminho. “Sempre quis que eles tivessem uma vida diferente da minha, que conhecessem

outras realidades”, conta com orgulho. Contudo, ela admite com certo pesar que se arrepende de não ter seguido seu sonho de ser professora.

A infância de Maria Aparecida foi marcada pela repressão. “Nunca pude me expressar”, confessa.

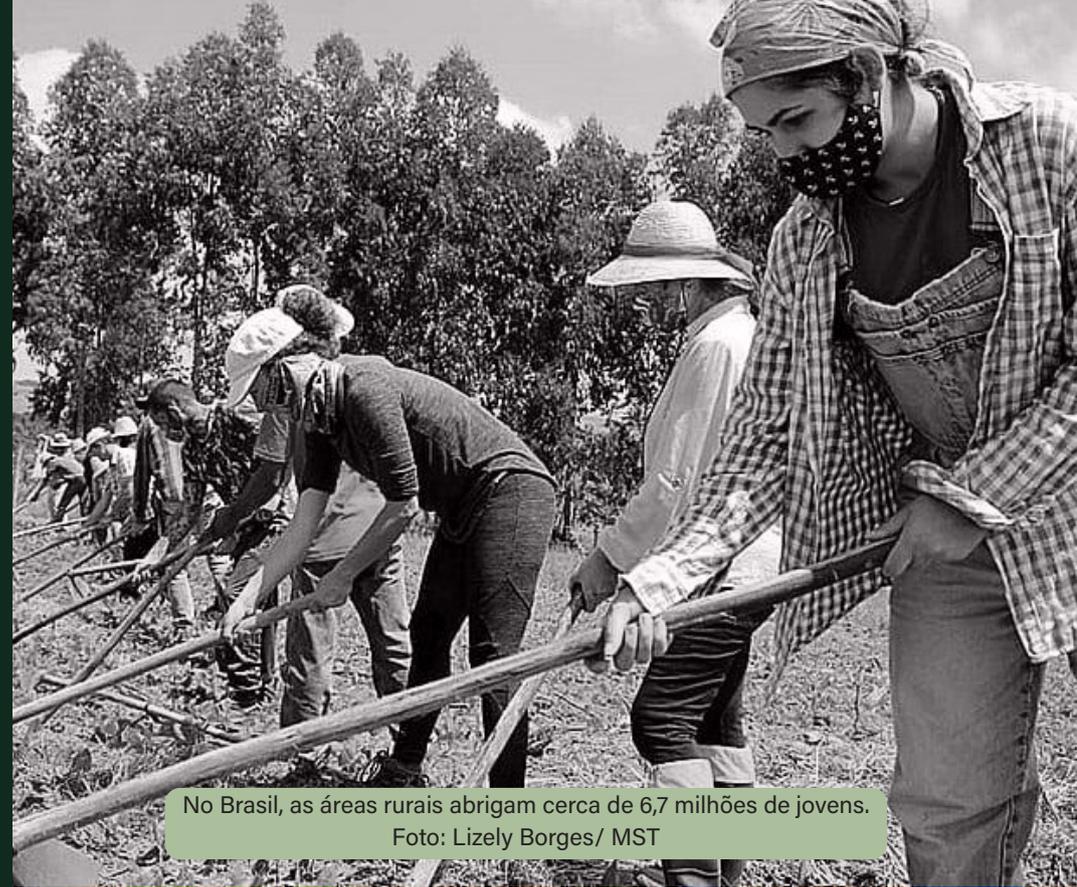
**“Nunca tive a liberdade de me abrir, de compartilhar o que sentia com alguém. Eu fui uma criança que aprendeu cedo a guardar tudo para si.**

Não tinha amizades com pessoas da minha idade... Não sabia o que era conversar sobre sentimentos. Isso era um luxo que eu simplesmente não podia ter”.

Ela cresceu cercada por homens, figuras que, mesmo sem palavras, ditavam o que era aceitável e o que não era. “Na minha casa, não existia um exemplo feminino que eu pudesse seguir”, diz. “Minha mãe, que poderia ter sido esse apoio, não era. Qualquer coisa que eu tentava falar, ela me cortava, me calava. Eu apanhava por qualquer coisa que dizia”.

Hoje, embora tenha conquistado uma independência relativa através de seu trabalho na agricultura familiar, Maria ainda sente o peso desse passado. “Eu tive que aprender a viver calada. Acho que isso me acompanha até hoje”, conclui.

**Ficar ou partir?  
A juventude no  
campo e a ausência  
de futuro**



No Brasil, as áreas rurais abrigam cerca de 6,7 milhões de jovens.  
Foto: Lizely Borges/ MST

A juventude rural brasileira enfrenta desafios complexos e interligados: conquistar seu espaço nas dinâmicas sociais do campo e afirmar sua identidade entre outras juventudes. Em um cenário marcado pela invisibilidade nos espaços decisórios — seja na família, nas associações, cooperativas ou colegiados territoriais —, esses jovens ainda precisam disputar reconhecimento com seus pares urbanos, combatendo a visão preconceituosa que considera o meio rural como atrasado e sem relevância para o desenvolvimento do país.

Ser jovem no meio rural é mais do que simplesmente residir nessa área; envolve uma vivência que ultrapassa fronteiras geográficas. Não basta estar vinculado à agricultura para ser considerado um jovem rural. A identidade desses jovens é moldada pela participação em unidades produtivas familiares e por um estilo de vida em que o trabalho e a vida pessoal se fundem. Eles ocupam papéis culturalmente definidos, inseridos em um contexto em que o “ser” e o “fazer” se entrelaçam.

A saída dos jovens no campo é frequentemente associada a uma sensação de invisibilidade social. Essa migração está ligada a diversos fatores: falta de acesso à educação de qualidade, ausência de infraestrutura básica como internet e lazer, e, acima de tudo, a escassez de políticas públicas que apoiem a permanência no meio rural. Segundo dados da Pnad de 2020, as áreas rurais brasileiras abrigam cerca de 6,7 milhões de jovens entre 16 e 32 anos. No entanto, a ausência de investimentos governamentais pesa na decisão de muitos de deixarem suas comunidades em busca de melhores oportunidades.

A invisibilidade social da juventude rural é agravada pelo não reconhecimento dessa categoria como um grupo com necessidades e anseios específicos. Para muitos, a decisão de partir não é motivada por um desejo de romper laços comunitários, mas sim por uma imposição de condições socioeconômicas adversas. A saída desses

jovens é vista como um problema para o futuro do campo, contribuindo para seu esvaziamento e ameaçando a continuidade da agricultura familiar, essencial para a segurança alimentar do país.

Entre as razões que levam os jovens a abandonar o campo, destacam-se a busca por melhores condições de trabalho e educação, além da necessidade de lazer e sociabilidade. Ao contrário do que se pensa, esses jovens não estão dispostos a aceitar o papel tradicional que lhes foi imposto de “trabalhadores em formação” ou de meros ajudantes familiares. Eles querem mais do que apenas contribuir para a reprodução social de suas famílias; desejam acesso a um estilo de vida que inclua experiências culturais como cinema, teatro e viagens.

## **Desvalorização do jovem trabalhadora do campo**

A questão do êxodo juvenil nas áreas rurais brasileiras também é fortemente influenciada por perspectivas de gênero, que evidenciam disparidades significativas entre as experiências de rapazes e moças no campo. Essa migração seletiva, que afeta principalmente as jovens mulheres, está enraizada em uma série de fatores socioeconômicos e culturais que desvalorizam suas contribuições e limitam suas oportunidades.

As jovens mulheres são as que mais frequentemente deixam o meio rural, um fenômeno que pode ser atribuído à desvalorização de suas atividades nesse espaço. A invisibilidade de seu trabalho é um reflexo de uma cultura que não reconhece plenamente suas contribuições econômicas, especialmente quando comparadas às dos homens. Enquanto os rapazes têm suas atividades agrícolas vistas como produtivas e dignas de herança, as moças são relegadas a funções organizativas consideradas “passivas”, como o cuidado da casa, a preparação de alimentos e outras tarefas domésticas.

Essa divisão de tarefas baseadas em gênero perpetua uma hierarquia em que as mulheres são subjugadas a uma dupla submissão: tanto à autoridade da mãe, em um contexto de tarefas domésticas, quanto à autoridade masculina, representada pelo pai e pelos irmãos. Assim, as jovens crescem em um ambiente que reforça papéis tradicionais e limitam suas perspectivas de autonomia, o que torna a vida no campo menos atraente para elas.

Ao contrário, os rapazes, que geralmente herdaram terras ou recebem apoio para desenvolver atividades agrícolas, conseguem imaginar um futuro produtivo no meio rural, enxergando oportunidades que lhes permitem evitar a migração para áreas urbanas.

Para as jovens, a perspectiva de se tornar esposa de um agricultor e de continuar uma vida de trabalho invisível

e não remunerado não é tão promissora, especialmente quando conhecem alternativas de vida cultural e ocupacional disponíveis na cidade. Elas são levadas a rejeitar um futuro que limita suas possibilidades de crescimento pessoal e profissional. Ao serem sistematicamente excluídas de atividades agrícolas com maior visibilidade e prestígio, muitas não se veem como verdadeiras trabalhadoras rurais e, por consequência, não aspiram a assumir esses papéis.

O resultado é uma masculinização gradual das áreas rurais, onde a ausência feminina pode comprometer a dinâmica social e a sustentabilidade das comunidades. A presença reduzida de mulheres no campo não só altera o equilíbrio demográfico, mas também enfraquece as redes de apoio social e comunitário que são, muitas vezes, sustentadas pelas mulheres. Essa masculinização pode ter consequências de longo prazo, dificultando a reprodução social das unidades familiares e agravando o despovoamento das áreas rurais.

## **A difícil escolha entre ficar e partir**

A decisão de ficar no campo ou migrar para áreas urbanas não é uma questão simples de escolha individual, mas está profundamente enraizada em fatores estruturais. Para muitos jovens rurais, permanecer no campo significa enfrentar dificuldades como ausência de políticas de apoio, dificuldades no acesso à terra e o envelhecimento da população rural. Ao mesmo tempo, o desejo de sair reflete uma

aspiração por melhores condições de vida e a recusa em aceitar papéis socialmente pré-determinados.

Esse dilema influencia diretamente a continuidade da agricultura familiar, essencial para a soberania alimentar e energética do Brasil. A permanência no campo requer não apenas políticas de incentivo econômico, mas também um esforço de revalorização cultural, que inclua o jovem rural como protagonista no desenvolvimento sustentável e social.

## Iniciativas para jovens rurais

A manutenção dos jovens no meio rural é importante para a sustentabilidade e o avanço da agricultura familiar no Brasil. A sucessão rural não apenas garante a continuidade das práticas agrícolas, mas também impulsiona a inovação, permitindo que métodos tradicionais sejam adaptados às novas tecnologias e práticas sustentáveis. Com essa visão, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) tem desenvolvido uma série de programas para fomentar o empreendedorismo e a autonomia entre os jovens agricultores.

Uma das principais iniciativas do MDA é o [Plano Safra da Agricultura Familiar 2024/2025](#), que trouxe novidades para estimular a participação dos jovens no setor agrícola. Um destaque é o novo limite de crédito específico para jovens no Pronaf B, estabelecido em R\$ 8 mil.

Esse crédito permite que os jovens agricultores iniciem ou expandam seus próprios projetos produtivos, proporcionando-lhes maior autonomia financeira e incentivando sua permanência no campo.

O Plano Safra destinou um total de R\$ 161 bilhões para a agricultura familiar em 2024, sendo R\$ 76 bilhões apenas para o crédito rural. Os recursos estão voltados para ações que promovem a sustentabilidade e a produção de alimentos saudáveis, além de facilitar a aquisição de máquinas agrícolas, tecnologias inovadoras e microcrédito produtivo. Essas medidas são fundamentais para aumentar a produtividade e melhorar a qualidade de vida no campo.

Dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), a modalidade Pronaf Jovem teve um aumento significativo em seu limite de crédito, que passou para R\$ 24 mil, com uma taxa de juros reduzida para 4% ao ano. Esse incentivo é importante para que jovens agricultores possam implementar projetos que aumentem sua capacidade produtiva, gerem emprego e melhorem a renda familiar.

Outro programa é o [Terra da Juventude](#), que integra o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Destinado a jovens de até 30 anos, o programa oferece condições atrativas para aquisição de terras, como taxa de juros de apenas 0,5% ao ano, carência de três anos e um prazo

de pagamento de até 25 anos, com abatimento de 40% nas parcelas pagas em dia. Essa iniciativa visa facilitar o acesso à terra para famílias agricultoras de baixa renda e oferece oportunidades para que os jovens construam uma vida no campo com mais segurança e perspectivas de crescimento.

A qualidade de vida dos jovens agricultores também tem sido uma prioridade para novas iniciativas. O [Programa Mais Alimentos](#) busca reduzir o trabalho pesado no campo por meio da promoção de máquinas e implementos agrícolas acessíveis e adequados à agricultura familiar. Esse apoio não só melhora a eficiência das atividades rurais, mas também torna o trabalho no campo mais atraente para os jovens, que frequentemente migram para as cidades em busca de melhores condições de vida.

No âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a juventude rural tem prioridade na venda de produtos para compras públicas. O programa determina que pelo menos 30% das compras públicas de gêneros alimentícios sejam destinados à agricultura familiar, o que assegura um mercado estável para os produtos dos jovens agricultores. Esse incentivo fortalece a segurança alimentar no país e gera renda para as comunidades rurais, podendo ser um agente de incentivo para a permanência do jovem no campo.

A continuidade e a renovação geracional na agricultura familiar são vistas como fundamentais para garantir a

produção de alimentos saudáveis e sustentáveis no Brasil. Especialistas apontam que políticas públicas voltadas para fortalecer o protagonismo dos jovens no campo podem transformar o cenário rural, incentivando um futuro mais equilibrado e próspero. Ao implementar programas voltados para a juventude, o governo busca não apenas promover a sustentabilidade da agricultura familiar, mas também fomentar o engajamento dos jovens em práticas agrícolas inovadoras e modernas, contribuindo para a revitalização do setor.

**THAYZ**

**Uma vida entre o  
campo e a cidade**

## THAYZ MARQUES ROCHA

Desde criança, Thayz já sabia que o campo seria sua vida. Entre o cuidado com o gado e os momentos de diversão, ela aprendeu a ser forte e resiliente. Agora, no início da faculdade, ela busca novos horizontes, mas com a certeza de que, por mais distante que esteja, o campo sempre será sua base, o lugar que a formou e a fortaleceu.



Desde que Thayz Marques Rocha, 18, era criança, o campo era seu refúgio. “Eu sempre amei viver no sítio. Nunca gostei de ficar dentro de casa, sempre ia tirar leite e cuidar dos bezerros”, ela confessa, lembrando com saudade dos dias em que corria pelos pastos verdes e ensolarados do norte do Paraná. “Os carneiros eram a minha paixão”, declara com um brilho nos olhos. “O mais divertido? Era laçar os bezerros, sentia uma adrenalina”, acrescenta, rindo.

O sítio onde Thayz cresceu, ao lado da mãe, Eliana Severino, 49, é um terreno de dez alqueires onde cuidam, juntas, do gado de leite e corte. O trabalho com gado de leite envolve a criação e manejo de vacas leiteiras para a produção de leite. Isso inclui cuidados com a alimentação, saúde, ordenha e bem-estar dos animais, visando uma produção sustentável e de qualidade. Já o gado de corte consiste na criação e manejo de bovinos destinados à produção de carne. Isso envolve alimentação adequada, cuidados veterinários, manejo reprodutivo e práticas de engorda para garantir animais saudáveis e carne de boa qualidade.

Esse ambiente moldou quem Thayz é, ensinando-lhe lições de responsabilidade, trabalho duro e, acima de tudo, resiliência. Desde muito jovem, ela se mostrou uma “menina do campo”, sua diversão sempre envolveu tarefas ao ar livre, ajudando a mãe nas atividades da roça.



Cada animal do sítio é criado como se fosse parte da família. Foto: Mayala Fernandes



Mãe e filha compartilham os desafios e as belezas da vida no campo. Foto: Mayala Fernandes

“Tudo que sei, aprendi com meus pais”, diz Thayz com orgulho. Ela recorda que, recentemente, enquanto ajudava seu pai em exames de reprodução do gado, um proprietário de fazenda duvidou de suas habilidades por ser mulher e jovem. “Meu pai disse: ‘Minha certeza é ela’”, conta Thayz. Ela realizou 20 exames do “toque” e errou apenas dois, provando que, mesmo tão jovem, já tinha um talento natural para a lida com o gado.

O pai de Thayz nem sempre está presente, ele e sua mãe se separaram quando ela tinha apenas oito anos. No dia a dia de trabalho com os animais, ela e sua mãe enfrentam preconceitos e desconfianças. “Na hora de negociar o gado, acham que por sermos mulheres não sabemos o valor. Temos que ser firmes e até mesmo grosseiras”, afirma. “Várias vezes já nos perguntaram onde está o marido para negociar os animais”.

A força de Thayz vem da criação ao lado de sua mãe, uma mulher que sempre foi sua maior apoiadora e exemplo de coragem. Juntas, elas enfrentam as dificuldades da vida no campo com um espírito inabalável e um senso de parceria que transcende gerações.

Embora sua paixão pelo campo seja evidente, Thayz decidiu expandir seus horizontes e seguir um caminho que a levasse além dos limites da fazenda. Agora, ela está cursando o primeiro ano de Biomedicina na Faculdade

Faveni, em Ibaiti, no norte do estado, um sonho que surgiu da curiosidade científica que ela nutre desde pequena. “Sempre gostei de abrir os bichos, fazer partos, mexer nas vísceras”, revela com entusiasmo, explicando seu interesse pela área de perícia forense. A escolha pelo curso foi estratégica, pois oferece uma gama de possibilidades para o futuro, desde atuação em laboratórios até a tão sonhada atuação na área de perícia criminal.

No entanto, a transição do campo para as aulas na cidade não foi simples. Thayz agora enfrenta uma nova forma de preconceito, desta vez, na vida acadêmica. “Me chamam de ‘bicho do mato’. Tem um rapaz que até me chama de ‘estrupício’ por causa do meu jeito caipira”, conta ela, com os olhos cheios de lágrimas. “Levo na brincadeira para finalizar a piada. Pago e estudo igual a todos, mas me tratam diferente. Isso machuca”, confessa.

A nova profissão pode impedir que a jovem continue os trabalhos no campo. Mesmo com o coração dividido, Thayz não renuncia ao sonho de outro futuro para ela e sua mãe. Caso consiga um bom emprego na área de Biomedicina, ela considera se mudar definitivamente para a cidade, mas sem jamais abandonar suas raízes. “A ideia é não vender o sítio. Contratamos alguém para morar e cuidar e podemos vir todo fim de semana”, planeja. Ela fala sobre o campo com carinho, como se fosse uma extensão de si mesma. O dilema que enfrenta é complexo: enquanto

busca uma nova vida na cidade, não consegue deixar para trás a simplicidade e a liberdade do campo que tanto ama.

Eliana, sua mãe, é parte essencial de todos esses planos. Todos os dias, ela lava Thayz de carro para a faculdade, num trajeto que beira os 50 quilômetros. “Às vezes, ela me corta a liberdade. Quero tomar um sorvete com as amigas, ir ao cinema, mas ela me puxa para voltar logo”, relata. Mas não hesita ao dizer que, para onde quer que vá, a mãe vai junto. “Aqui no sítio sozinha ela fica muito vulnerável, é perigoso. Por isso, eu sempre falo, a gente começou juntas e assim vamos seguir”.



Em uma propriedade a cerca de 17km da cidade, Thayz desfruta de uma vida calma e tranquila, mas sente falta das oportunidades da cidade. Foto: Mayala Fernandes

Apesar dos desafios que enfrenta tanto no campo quanto na cidade, Thayz continua com um profundo orgulho de suas origens. Ela relembra com carinho de uma noite recente, quando saiu para dar comida aos bezerros e viu a lua cheia iluminando a serra. “Foi uma coisa linda demais. Eu mandei foto para um amigo da cidade, ele ficou encantado porque lá nem dá para ver as estrelas direito”, diz, refletindo sobre as belezas simples que a vida no campo oferece.

Thayz Marques Rocha representa a resiliência da juventude rural no Brasil, equilibrando suas raízes no campo com as aspirações urbanas. Entre os desafios da vida acadêmica e o trabalho duro no sítio, ela busca novas oportunidades sem abrir mão de suas origens. Com um pé na terra e outro na cidade, Thayz segue determinada a construir um futuro que valorize tanto o conhecimento adquirido nos laboratórios quanto a experiência prática que o campo lhe proporcionou. Sua trajetória reflete a força e a adaptabilidade necessárias para transitar entre esses dois mundos, mostrando que é possível manter viva a conexão com suas raízes enquanto persegue novos horizontes.

**CRISTIANE**

**Uma jovem liderança  
para o futuro da  
agricultura familiar**



## **CRISTIANE KATZER**

Entre as formações da Assessorar e os desenhos na infância, Cristiane desenvolveu a consciência de classe que a guia por toda a vida. Mesmo diante dos desafios de conciliar a educação com o trabalho no campo, tornou-se a mais jovem presidente da Assessorar. Hoje, ela é símbolo de resistência e luta pelo campo, sempre com o olhar voltado para os direitos dos trabalhadores rurais.

Cristiane Katzer, aos 31 anos, é a mais jovem presidente da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assessorar), a terceira mulher a assumir essa posição em mais de meio século de história da entidade.

Fundada em 1966, a Assessorar nasceu dos sonhos de jovens agricultores e do apoio solidário de padres belgas da Congregação do Sagrado Coração de Jesus, em Francisco Beltrão, Sudoeste do Paraná. O que começou como um projeto de emancipação rural, hoje é um movimento de resistência e inovação na agricultura familiar, congregando cerca de 180 associados ativos espalhados por 26 municípios da região. Essa rede de agricultores é guiada por princípios de ecologia, agroecologia e educação popular, que promovem o fortalecimento da educação no campo e a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Para Cristiane, a história da Assessorar está entrelaçada à sua própria trajetória de vida. “Eu cresci ouvindo sobre política, sobre coletividade”, relembra ela. “Meu pai sempre teve um espírito político muito forte. Me criei neste ambiente político e com uma consciência de classe latente”.

Aos pés das colinas de Flor da Serra do Sul, a infância de Cristiane foi marcada por um misto de liberdade e engajamento político. Enquanto outras crianças brincavam despreocupadas, ela era presença constante nas formações promovidas pela Assessorar. “Enquanto os adultos discutiam política, nós, crianças, nos reuníamos ao redor, entretidos com lápis e papéis. Os desenhos que fazíamos eram livres, uma expressão espontânea de nosso mundo”, conta ela, sorrindo ao recordar. “Nunca vou esquecer das músicas que preenchiam aqueles encontros. Cecília, uma das líderes, sempre levava um violão e criava a mística dos encontros. Foi aí que me apaixonei pelo som do violão”.

Embora cercada pela natureza, a vida no campo não era isenta de desafios. Os pais de Cristiane, migrantes do Rio Grande do Sul, se estabeleceram em Flor da Serra do Sul em busca de um pedaço de terra para chamar de seu. A comunidade era unida; havia uma compreensão tácita de que o coletivo era a melhor forma de prosperar em tempos difíceis. “Não tínhamos muito, mas compartilhávamos tudo. Juntamos nossas pequenas terras com as dos vizinhos para formar uma espécie de cooperativa”, explica Cristiane. “Vivíamos com pouco, mas vivíamos em comunidade”.

Apesar do espírito progressista de sua família, os papéis de gênero tradicionais eram respeitados à risca.

“Meu pai e meu irmão iam para a roça, enquanto eu ficava em casa”, diz Cristiane. “Eu lavava a roupa, limpava a casa, preparava o almoço. Desde cedo, me disseram que eu seria professora”.

Mas Cristiane tinha outros planos. Ao concluir o ensino médio, sentiu o chamado da cidade, não tanto como uma fuga, mas como uma busca. “Eu queria algo mais, uma forma de contribuir que fosse além da cerca da nossa propriedade”, confessa. Assim, aos 18 anos, mudou-se para a casa de uma tia em uma cidade próxima, mergulhando em uma rotina de trabalhos variados, incluindo um período extenuante no chão de fábrica.



Entre as memórias da infância no campo, Cristiane guarda um acervo de lembranças felizes em família. Foto: Arquivo pessoal

Foi em uma noite dessas, após um turno particularmente desgastante, que o destino interveio. “Estava assistindo TV quando vi um comercial anunciando o vestibular da Unioeste. Só havia um dia restante para a inscrição”, lembra. Impulsionada por um misto de audácia e urgência, telefonou para uma amiga e pediu que fizesse sua inscrição no curso de Geografia.

## **O retorno ao campo: entre livros e lavouras**

A universidade abriu um novo horizonte para Cristiane, mas não a afastou de suas raízes. Descobriu que poderia fazer o trajeto diário até a universidade, sem abandonar a vida no campo. E assim, retornou ao lar dos pais, conciliando as aulas com a lida na terra. “Eu sempre tive carinho por aquele lugar, mas havia também o desejo de independência, de buscar fora o que não tinha lá. Mas depois voltei para casa”, conta.

O acesso à educação, no entanto, não era simples. A casa de Cristiane estava em uma zona onde o sinal de internet era praticamente inexistente. Para fazer suas pesquisas, ela se via obrigada a caminhar até a propriedade dos vizinhos, onde ficava sentada na varanda até tarde da noite, aproveitando a conexão para realizar seus trabalhos acadêmicos. “A solidariedade da comunidade nunca falhou”, diz. “Mesmo sem ter muito, estávamos sempre dispostos a ajudar uns aos outros”.

Historicamente, o campo sempre enfrentou desafios de conectividade. Em 2016, o cenário começou a mudar, com um crescimento acelerado no acesso à internet rural. Segundo o IBGE, em 2023, 81% das áreas rurais já tinham acesso à internet, um salto significativo em relação aos 32% registrados em 2016. No entanto, a falta de acesso a dispositivos como computadores e tablets continua a ser um entrave. Apenas 13% dos domicílios rurais possuíam computadores em 2022, uma queda em relação a anos anteriores, reflexo das crises econômicas recentes e o maior uso de aparelhos celulares.

Cristine Katzer traz à tona uma jornada de resiliência e liderança que se entrelaça com suas raízes no campo e com a militância pelos direitos dos trabalhadores rurais. Após voltar a morar com seus pais, Cristiane redescobriu sua identidade como agricultora. Levantava-se todos os dias às seis da manhã para tirar leite das vacas antes de estudar ou ajudar sua mãe nas tarefas domésticas.

Apesar das dificuldades que marcaram sua trajetória educacional, Cristiane se formou em Geografia, graças ao apoio constante dos pais. “Só eu sei o quanto foi suado para eu ter o meu diploma na mão. Muitos filhos de trabalhadores não tiveram essa sorte”, conta.

Logo após sua formação, Cristiane passou a dar aulas, mas seu caminho mudou de direção quando recebeu

um convite para integrar o conselho diretor da Assessorar, uma associação que admira desde a infância. Mesmo com receio sobre sua capacidade, encorajou-se a aceitar o desafio, principalmente pelo entusiasmo do pai, que via na filha um potencial político e de liderança. “Eu me lembro até hoje. Na hora que recebi o convite me voltou tudo na memória, a Cecília sentada em roda com o violão, meus desenhos de criança. Eu gelei”, diz ela. “Meu pai já brilhou o olho. Ele sempre teve sonhos ideológicos comigo. Ele sabia que eu poderia iniciar a minha caminhada política ali”, acrescenta.

“Eu aceitei o desafio, disse que, se precisavam de alguém jovem no conselho, eu estava disponível. Foi assim que comecei”, conta Cristiane. A partir desse momento, ela passou a assumir responsabilidades mais amplas, rapidamente se destacando como uma liderança na Assessorar.

Em pouco tempo, tornou-se o rosto público da organização. “Lembro da minha primeira fala em público como líder, em cima de um caminhão de som durante uma manifestação de agricultores em Francisco Beltrão. Fiz uma analogia entre a cambota, a roda da carroça, e a força da luta coletiva. A Assessorar luta há mais de 50 anos pelos trabalhadores rurais. Assim como a cambota mantém os raios da roda unidos para conseguir girar, precisamos estar unidos enquanto classe trabalhadora para fazer a roda da história se mover”, relembra, emocionada.

A presença das mulheres em sindicatos e movimentos sociais tem crescido significativamente nos últimos anos, mas elas ainda enfrentam barreiras para alcançar cargos de liderança. No âmbito da política partidária e dos espaços de poder, as dificuldades são ainda mais acentuadas, o que reforça o desafio de romper com estruturas patriarcais profundamente enraizadas.

Dados da Pnad mostram uma mudança interessante no perfil de sindicalização entre 2022 e 2012. Enquanto a participação masculina em sindicatos caiu de 22% para 18%, a adesão feminina aumentou de 14% para 16%. O crescimento é ainda mais expressivo entre as mulheres do campo, cuja taxa de sindicalização triplicou nesse período. Esse avanço reflete o fortalecimento da organização feminina em movimentos como o Movimento de Mulheres Camponesas, a Marcha das Margaridas e o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais.

Esses movimentos têm pressionado por mais inclusão feminina nas estruturas sindicais, resultando em conquistas como a adoção de cotas para mulheres em cargos de direção em diversos sindicatos. No entanto, apesar dos progressos, ocupar posições de liderança continua sendo um desafio, com destaque para a necessidade de políticas que promovam a equidade de gênero nesses espaços.

Pouco tempo depois de assumir o cargo de secretária, Cristiane foi eleita a presidente mais jovem da Assessoria. No entanto, enfrentou resistência em um ambiente ainda marcado pelo machismo. “Ouvi muitos comentários disfarçados de brincadeira, como

**‘Será que essa menina magrinha e jovem vai dar conta de ser presidente?’. Nunca vi um homem receber esse tipo de pergunta”,**

desabafa. Ela revela que, por ser mulher, sentia constantemente que precisava provar sua capacidade, seja com argumentos mais embasados ou sendo impecável em suas funções. “Para um homem me ouvir, eu precisava ter muito mais argumentos”.

Apesar dos desafios, Cristiane se manteve firme em sua liderança, representando a voz dos pequenos agricultores e defendendo seus direitos. Ela se orgulha de ser agricultora e militante, enfatizando que sua luta pelo campo e contra o modelo opressor do agronegócio está longe de acabar. “A militância é algo que não vou abandonar. Acredito que ainda há muitas batalhas importantes a serem travadas. Continuar produzindo alimento no campo é minha forma de resistência”, afirma com convicção.

Ao longo dos anos, Cristiane acumulou uma lista extensa de realizações e projetos, e, embora esteja prestes a encerrar seu ciclo como presidente, sua trajetória de liderança apenas começou, com novos desafios à sua espera.

**O feminismo  
camponês popular  
e desigualdade de  
gênero**

A compreensão do que significa o feminismo camponês popular é, para as mulheres do campo, um pilar essencial. É um elo com a história que é traçado silenciosamente no meio rural, especialmente para aquelas mulheres que se dedicam à produção agrícola. Elas não apenas cultivam a terra, mas também semeiam uma consciência: uma consciência de suas práticas cotidianas, de seus saberes, das emoções. A visibilidade dessa vivência é o que as permite reavivar a esperança de um mundo transformado.

Esse feminismo se desenvolve de forma orgânica, a partir das bases, buscando transformar as desigualdades estruturais do campo. É uma proposta revolucionária e identitária, conectado ao sentido da vida rural e ao ambiente em que as mulheres vivem e trabalham. Essas mulheres – que cultivam a terra, pescam e atuam como trabalhadoras rurais – têm uma compreensão profunda de como a vida rural e seu entorno influenciam suas próprias condições de vida. Além disso, para elas, a identidade de classe é inseparável da luta por emancipação.

Na perspectiva das trabalhadoras, essa emancipação precisa também considerar a questão de gênero. Segundo Sônia Fátima Schwendler, pesquisadora e vice-líder do Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Federal do Paraná (UFPR), as mulheres do campo têm ampliado o debate de gênero em seu cotidiano, com uma visão de feminismo que abrange problemas específicos das mulheres rurais, como trabalho, políticas públicas, acesso à educação e enfrentamento de violências estruturais. Schwendler argumenta que é necessário um feminismo que considere essas interseccionalidades, apontando que

**uma mulher proprietária de latifúndio, por exemplo, tem uma realidade diferente das trabalhadoras do campo, o que muitas vezes leva a escolhas políticas divergentes.**

As mulheres do campo contribuem de forma vital para a sociedade, mas essa contribuição ainda é pouco reconhecida. Elas enfrentam diariamente a violência de gênero, uma realidade que exige novos métodos de união e resistência coletiva para transformar essa situação. A luta contra o capitalismo também é central, pois ele e o patriarcado operam juntos, buscando acumular capital em detrimento das vidas no campo.

Essas mulheres defendem uma ruptura com as práticas capitalistas e promovem um reencontro com a cultura e a cosmovisão dos povos originários, onde a terra não é apenas um recurso econômico, mas base para a soberania alimentar e para

a vida. O feminismo camponês popular, nesse sentido, torna-se uma estratégia para enfrentar a exploração e a expropriação das terras que, direta e duramente, afetam as mulheres do campo.

O feminismo camponês popular reivindica o campo como espaço de vida e território de luta. Valoriza a diversidade de culturas e identidades dos povos rurais, ele desmascara as dinâmicas patriarcais e racistas que atravessam essas comunidades, confrontando práticas discriminatórias e violentas. Essa proposta busca uma redefinição da noção de campesinato e dos povos do campo, defendendo um projeto popular de soberania dos povos sobre seus territórios e seu futuro político. É uma luta que coloca as mulheres do campo e toda a classe trabalhadora como protagonistas no processo de construção de uma sociedade mais justa, solidária e emancipada.



Mulheres camponesas, indígenas e afrodescendentes se unem na luta por igualdade de gênero. Foto: Tineke D'haese/ Via Campesina

## A violência de gênero e a solidão da mulher do campo

*A construção social da subordinação da mulher foi imposta através de diferentes formas de dominação e, principalmente, por meio da violência, desempenhada pelos homens e pelo Estado, e consentida por toda a sociedade. Cotidianamente, as diversas expressões da violência contra as mulheres foram sendo naturalizadas, como se a mulher precisasse ser castigada até aprender qual é o seu lugar na sociedade. (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2015)*

“A minha dificuldade em viver no sítio sempre foi a de ficar isolada, fechada dentro de casa, sem companhia, tudo longe, não tem onde encontrar alguém para conversar”, desabafa Maria Aparecida da Silva Tomba. “Sempre fiquei muito tempo sozinha em casa”. Para Maria Aparecida, a dependência gerou um ciclo de isolamento, uma violência silenciosa que a aprisionou durante toda a vida entre as paredes da casa e nos limites da propriedade. Ali, ela experimentou uma dependência silenciosa, quase invisível, onde a violência de gênero se revelava mais pelo abandono e pela falta de voz.

A dependência se manifestava também na economia. “Eu não dirijo, não tenho carteira, nem carro, nem moto. Se preciso ir ao médico, tenho que pedir, qualquer coisa na cidade preciso pedir. Vivi a vida inteira pedindo ao meu

marido para me levar a algum lugar”, relata. A privação de mobilidade deixou marcas profundas, levando Maria Aparecida a se sentir excluída das transformações do mundo. “Sinto falta de ter convivido numa vida diferente. Até hoje eu não tenho esse negócio de maquiagem, nem sei usar. Vejo que as mulheres são tão vaidosas, sabem comprar as coisas, eu nunca soube comprar nada”, diz ela.

Desde os 14 anos, quando se casou, Maria Aparecida entregou a seu marido o papel de provedor absoluto. As compras da casa, as decisões do que seria ou não necessário, tudo passava por ele, sem a participação dela, que, em suas idas ao mercado, limitava-se a esperar e torcer para que, naquele dia, ele trouxesse tudo o que precisava. “Eu sempre faço a lista, às vezes ele traz, às vezes não. Essas coisas de mulher, xampu, absorvente, ele nunca comprou,” confessa Maria, o rosto assumindo uma expressão de desconforto ao lembrar. “Eu não saía de casa, ele não me comprava essas coisas, ninguém comprava, eu precisava usar pano. Não gosto nem de lembrar daqueles panos, me dá raiva.”

O direito de menstruar com dignidade foi negado a Maria Aparecida por décadas – uma violência que atinge também outras jovens no Brasil. De acordo com o relatório [Livre para Menstruar](#), uma em cada quatro adolescentes brasileiras não possui acesso a absorventes, um reflexo da pobreza menstrual, que inclui a falta de acesso a itens de higiene devido a dificuldades financeiras ou de infraestrutura.

No Brasil, a pobreza menstrual é agravada por desigualdades raciais e de renda. Em situações de vulnerabilidade, as famílias acabam priorizando a alimentação em detrimento dos itens de higiene. O estudo [“Pobreza Menstrual no Brasil: desigualdade e violações de direitos”](#), elaborado pelo UNFPA (Fundo de População das Nações Unidas) e pelo Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), aponta que 713 mil meninas no país não têm acesso a banheiro ou chuveiro em casa, e 4 milhões não dispõem de itens básicos para cuidados menstruais nas escolas.

Com o tempo, Maria Aparecida conseguiu mais autonomia para acessar itens de higiene, especialmente devido ao Bolsa Família, que oferece um suporte financeiro essencial para as famílias de baixa renda. Esse auxílio é fundamental para reduzir a dependência de cônjuges ou familiares, proporcionando uma segurança mínima a mulheres que enfrentam situações de violência e vulnerabilidade.

A violência de gênero é um obstáculo constante à emancipação das mulheres no campo. Em 2023, foram registrados 2.203 conflitos no campo, um recorde desde que a Comissão Pastoral da Terra começou a contabilizar esses dados. Sete mulheres camponesas foram assassinadas, um aumento de 16,7% em relação ao ano anterior. A violência no campo vai além das mortes; inclui expulsões, torturas e ameaças. Quando assassinatos ocorrem, as mulheres muitas vezes ficam como mães solo, com baixa assistência estatal e em meio a conflitos.

## “Ele falava que ia me matar”,

diz Eliane Severino, de 49 anos. “Eu comecei a ficar com medo do meu marido, eram muitas ameaças de morte e violência. O irmão dele matou a mulher.” Ela, que compartilha uma história de amor e dor com o pai de sua filha Thayz, lutou por dez anos antes de se separar em 2015. “Sofri muito com a separação, ele era violento e possessivo. Pensei, ‘vivi tantos anos sozinha, para que viver essa violência?’ Mas nós éramos muito apaixonados um pelo outro,” confessa Eliane, ainda vulnerável à lembrança de um relacionamento tumultuado. “Até hoje ele é possessivo comigo.”

A realidade do Brasil mostra que quase cinco feminicídios ocorrem por dia. Entre janeiro e junho de 2024, o Monitor de Feminicídios no Brasil registrou 905 feminicídios consumados e 1.102 tentativas. No Paraná, foram 168 casos de feminicídios no primeiro semestre, colocando o estado como o segundo no país em número de ocorrências, atrás apenas de São Paulo.

Para Thayz, filha de Eliane, a violência é uma presença que não cessa. “Até hoje o meu pai faz algumas graças aqui em casa, por motivos fúteis. A última vez, a gente gritou socorro para a minha avó e ninguém respondeu,” conta. A voz de Thayz carrega a resignação de uma experiência vivida com medo, em um ambiente onde a cumplicidade e a ajuda não vêm dos vizinhos, que preferem o silêncio. “Os vizinhos

não ajudam, eles sempre dizem que em briga de marido e mulher não se mete a colher,” lamenta Eliane.

A violência de gênero no campo no Brasil apresenta características específicas que a diferenciam do contexto urbano, ao refletir as desigualdades socioeconômicas e estruturais presentes nas áreas rurais. Muitas vezes, as mulheres que vivem no campo enfrentam situações de vulnerabilidade devido ao isolamento geográfico, o que limita o acesso a serviços essenciais de saúde, proteção e justiça. Essa realidade é exacerbada pela falta de políticas públicas efetivas e pela presença de estruturas sociais patriarcais, que perpetuam práticas de dominação e violência dentro das comunidades rurais. As denúncias de violência tendem a ser mais difíceis nesses ambientes, tanto pela ausência de órgãos de apoio quanto pelo receio de retaliações, especialmente em comunidades pequenas onde todos se conhecem.

Além disso, as mulheres camponesas, indígenas e quilombolas frequentemente enfrentam múltiplas formas de violência, que vão desde abusos físicos e psicológicos até violências de caráter econômico e patrimonial. Essas agressões não se limitam ao âmbito doméstico, mas também se manifestam em conflitos agrários, onde muitas mulheres acabam sendo ameaçadas por defender seus territórios e modos de vida tradicionais.

A violência sexual é outra questão preocupante, frequentemente invisibilizada pelo medo de exposição e pela impunidade dos agressores, que muitas vezes são figuras de poder nas comunidades ou no agronegócio local. As iniciativas de enfrentamento, como programas de acolhimento e suporte jurídico promovidos por movimentos sociais, têm sido fundamentais para romper o ciclo de violência, embora ainda insuficientes diante da magnitude do problema.

Nas áreas rurais as políticas públicas e programas de proteção governamentais ainda são muito escassos e de difícil acesso e, portanto, pouco eficientes. No Brasil, as políticas públicas e programas de proteção para combater a violência de gênero no campo têm avançado, embora ainda enfrentem muitos desafios. Uma das principais iniciativas é a [Lei Maria da Penha](#) (Lei n. 11.340/2006), que, apesar de ser uma legislação urbana, também é aplicada em áreas rurais para proteger mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

No entanto, a implementação da lei no campo é limitada pelo difícil acesso a delegacias especializadas, redes de apoio e unidades de saúde. Em resposta a essas lacunas, o governo tem tentado expandir a rede de atendimento por meio das Patrulhas Maria da Penha Rural, programas que visam oferecer proteção e apoio especializado em regiões mais isoladas. Além disso, movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

têm desempenhado um papel fundamental na criação de redes de proteção e conscientização, promovendo oficinas e campanhas de prevenção à violência doméstica e sexual em comunidades rurais.

No âmbito federal, o [Programa Mulher, Viver sem Violência](#), criado em 2013, busca integrar serviços de acolhimento, proteção e orientação, com unidades móveis que levam assistência a áreas rurais e remotas. Estas unidades oferecem atendimento psicológico, jurídico e social, promovendo um atendimento humanizado e integrado para as mulheres do campo que, de outra forma, estariam desassistidas. Apesar dos avanços, ainda há uma necessidade crescente de ampliar a infraestrutura e a presença do Estado nas regiões rurais para garantir que essas políticas cheguem de forma eficaz a todas as mulheres.

Apesar das estatísticas ainda muito negativas, alguns avanços têm ocorrido, tal como a maior participação das mulheres nos sindicatos e movimentos sociais. Por outro lado, nas instâncias maiores do poder político, são poucas as representantes mulheres, indicando ser um espaço que necessita de muitas políticas públicas, no sentido de um maior equilíbrio nos poderes legislativo e executivo.

Para superar as barreiras geográficas e o isolamento, o governo implementou [Unidades Móveis de Atendimento às Mulheres do Campo e da Floresta](#), que levam apoio

jurídico, psicológico e social diretamente às comunidades remotas. Esses veículos itinerantes ajudam a ampliar o alcance de serviços essenciais, como orientação sobre direitos, encaminhamento para serviços de saúde e acolhimento às vítimas de violência.

Ainda assim, há um reconhecimento de que é necessário fortalecer essas políticas para garantir que cheguem a todas as áreas do país, especialmente em regiões com acesso limitado a serviços básicos.

## **Desafios e conquistas da mulher do campo**

Nos últimos anos, as mulheres do campo conquistaram direitos fundamentais que, mesmo com avanços lentos, representam passos importantes rumo à emancipação e ao empoderamento. A educação tem sido um dos principais impulsionadores desse processo, oferecendo o conhecimento necessário para que essas mulheres possam romper ciclos de dependência e construir uma vida com maior dignidade. Contudo, a estrada para uma verdadeira igualdade ainda é longa.

A concentração da posse de terras nas mãos dos homens evidencia a resistência estrutural que mulheres enfrentam no meio rural. Em um contexto dominado pelo machismo, as mulheres se mantêm atreladas à dependência econômica e social. Mesmo com o nível de instrução

em crescimento, a renda média feminina ainda é inferior à dos homens, o que leva muitas a buscar oportunidades nas cidades, deixando o campo com uma maioria masculina.

O cenário, entretanto, vem mudando com políticas públicas, como as Unidades Móveis de Atendimento às Mulheres do Campo e da Floresta, que integram o programa Mulher, Viver sem Violência. Criadas em 2013, essas unidades móveis foram pensadas para levar assistência jurídica, psicológica e de saúde a mulheres em áreas isoladas. Outra iniciativa é o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, que apoia a agricultura familiar e a independência econômica feminina por meio de créditos específicos e assistência técnica. O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, por sua vez, viabiliza o acesso a benefícios sociais e linhas de crédito.

Movimentos sociais como a Marcha das Margaridas também têm sido fundamentais na luta por direitos. Em edições marcantes, como as de 2015 e 2019, conquistaram avanços em saúde, educação e segurança para trabalhadoras rurais, quilombolas e indígenas. Esses esforços têm fortalecido políticas de inclusão, como o Pronaf Mulher, que fomenta a autonomia econômica e reduz as desigualdades no crédito agrícola. Na área da segurança, a Patrulha Maria da Penha Rural monitora mulheres em risco e amplia a aplicação da Lei Maria da Penha nas áreas rurais.

Ainda que o caminho esteja repleto de desafios, o movimento das mulheres do campo no Brasil é contínuo. A criação de políticas inclusivas para elas não só combate a violência de gênero, mas fortalece o desenvolvimento social e econômico das comunidades rurais, dando espaço para uma sociedade mais justa e igualitária.

A mulher do campo é uma figura de força silenciosa e presença marcante. Sua voz, embora suave, carrega a firmeza de quem conhece cada pedaço de terra como a palma da mão. É ela a base de sua família, responsável pela educação dos filhos, pelos serviços domésticos e, muitas vezes, pelo trabalho na lavoura.